

ATA DA QUADRAGÉSIMA SEXTA SESSÃO ORDINÁRIA DA PRIMEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 24-5-2021.

Aos vinte e quatro dias do mês de maio do ano de dois mil e vinte e um, reuniu-se virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Daiana Santos, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Márcio Bins Ely, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a sessão, registraram presença Airto Ferronato, Barbara Penna, Claudio Janta, Comandante Nádia, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Lourdes Sprenger, Matheus Gomes, Mauro Zacher e Moisés Barboza. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 192/21 (Processo nº 0498/21), de autoria de Cassiá Carpes; o Projeto de Lei do Legislativo nº 149/21 (Processo nº 0383/21), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 191/21 (Processo nº 0497/21), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 029/21 (Processo nº 0101/21), de autoria de Leonel Radde. Também, foram apregoados os seguintes requerimentos, deferidos pelo Presidente, solicitando o desarquivamento de proposições: de autoria de Airto Ferronato, para os Projetos de Lei do Legislativo nºs 073 e 094/20 (Processos nºs 0175 e 0247/20, respectivamente); de autoria de Aldacir Oliboni, para o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/17 e os Projetos de Lei do Legislativo nºs 287/17, 084/18, 007, 047, 174 e 278/19 (Processos nºs 0002 e 2607/17, 0946/18, 0025, 0090, 0385 e 0651/19, respectivamente); de autoria de Cassiá Carpes, para o Projeto de Lei do Legislativo nº 078/17 (Processo nº 0813/17); de autoria de Claudio Janta, para os Projetos de Lei do Legislativo nºs 082, 122, 142, 143 e 151/20 (Processos nºs 0215, 0303, 0343, 0344 e 0356/20, respectivamente); de autoria de Felipe Camozzato, para o Projeto de Lei do Legislativo nº 078/18 (Processo nº 0841/18); de autoria de Karen Santos, para os Projetos de Lei do Legislativo nºs 094 e 132/20 (Processos nºs 0247 e 0325/20, respectivamente). A seguir, foi apregoadado requerimento de autoria de Alvoni Medina, solicitando licença para tratamento de saúde do dia vinte e quatro ao dia vinte e oito de maio do corrente, tendo o Presidente declarado empossada na vereança, em substituição, pelo mesmo período, Barbara Penna, informando-a que integraria a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana. Também, foi aprovado requerimento de autoria de Moisés Barboza, solicitando licença para tratar de interesses particulares do dia vinte e cinco ao dia vinte e sete de maio do corrente. Em continuidade, foi aprovado requerimento verbal formulado por Psicóloga Tanise Sabino, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão, iniciando-se o período de COMUNICAÇÕES, destinado a assinalar o transcurso do décimo oitavo aniversário da Escola de Gestão da Prefeitura Municipal de Porto

Alegre, por proposição de Psicóloga Tanise Sabino. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Psicóloga Tanise Sabino, como proponente. Após, o Presidente convidou Psicóloga Tanise Sabino a proceder à entrega de diploma alusivo à presente solenidade a Fernanda Jardim, presidente da Escola de Gestão da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Em TEMPO DE PRESIDENTE, pronunciou-se Márcio Bins Ely. Em prosseguimento, o Presidente concedeu a palavra a Fernanda Jardim, que se pronunciou acerca da presente solenidade. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Reginete Bispo e Moisés Barboza. Em COMUNICAÇÕES, pronunciou-se Claudio Janta, em tempo cedido por Márcio Bins Ely. Os trabalhos foram suspensos das quinze horas e um minuto às quinze horas e cinco minutos. A seguir, o Presidente concedeu a palavra, em TRIBUNA POPULAR, a Vera Justina Guasso, diretora-coordenadora do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do Rio Grande do Sul, que se pronunciou acerca da Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre. Em continuidade, nos termos do artigo 206 do Regimento, Pedro Ruas, Matheus Gomes e Jonas Reis manifestaram-se acerca do assunto tratado em Tribuna Popular. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Lourdes Sprenger, Pedro Ruas, Alexandre Bobadra, Karen Santos, Bruna Rodrigues e Claudio Janta. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Cassiá Carpes, Daiana Santos, Leonel Radde e Ramiro Rosário. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciaram-se Jessé Sangalli e Jonas Reis. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Cassiá Carpes. Após, foi aprovado requerimento verbal formulado por Márcio Bins Ely, solicitando alteração na ordem dos trabalhos da presente sessão. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 035, 048, 049, 133 e 145/21 e 127/20, este discutido por Pedro Ruas, Ramiro Rosário e Reginete Bispo; em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 033, 045, 046 e 068/21, este discutido por Jonas Reis, Bruna Rodrigues e Reginete Bispo, e os Projetos de Resolução n^{os} 020 e 021/21. Às dezessete horas e dezenove minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Foi aprovado requerimento verbal formulado por Comandante Nádia, solicitando alteração na ordem de apreciação da matéria constante na Ordem do Dia, por vinte e dois votos SIM e onze votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Roberto Robaina, Pedro Ruas, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Airto Ferronato, Idenir Cecchim e Claudio Janta, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Comandante Nádia, Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Kaká D'Ávila, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino e Ramiro Rosário e Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Bruna Rodrigues, Daiana Santos, Jonas Reis, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina. Foi aprovado requerimento de autoria de Claudio Janta, solicitando o adiamento, por três sessões, da discussão do Projeto de Lei do Legislativo n^o 151/20 (Processo n^o 0356/20). Em Votação, foi aprovado o Requerimento n^o 144/21 (Processo n^o 0414/21), por vinte e três votos SIM e seis votos NÃO, após ser encaminhado à votação por Leonel Radde, Claudio Janta, Idenir Cecchim, Karen Santos, Daiana

Santos, Pablo Melo e Pedro Ruas, tendo votado Sim Aírto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Barbara Penna, Bruna Rodrigues, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Claudio Janta, Daiana Santos, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, José Freitas, Kaká D'Ávila, Karen Santos, Leonel Radde, Matheus Gomes, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Reginete Bispo e Roberto Robaina e Não Felipe Camozzato, Fernanda Barth, Jessé Sangalli, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário. Foi aprovada a prorrogação da sessão, nos termos regimentais, por solicitação de Ramiro Rosário. Em Discussão Geral, 1ª sessão, esteve o Projeto de Emenda à Lei Orgânica nº 002/20 (Processo nº 0381/20), discutido por Pedro Ruas, Leonel Radde, Roberto Robaina, Mauro Pinheiro, Jessé Sangalli, Aldacir Oliboni, Jonas Reis, Reginete Bispo, Fernanda Barth, Matheus Gomes, Karen Santos, Claudio Janta e Alexandre Bobadra. Em Votação, esteve o Requerimento nº 155/21 (Processo nº 0458/21), o qual teve sua votação suspensa, em face da inexistência de quórum deliberativo. Às vinte horas e sete minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Ramiro Rosário, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por Márcio Bins Ely, Hamilton Sossmeier e Comandante Nádia. Do que foi lavrada a presente ata, que, após distribuída e aprovada, será assinada pelo 1º Secretário e pelo Presidente.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Boa tarde a todos. Solicito ao diretor legislativo que proceda à chamada nominal para verificação de quórum.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Há quórum.

O Ver. Alvoni Medina solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 24 a 28 de maio de 2021. A Mesa declara empossada a Ver.^a Barbara Penna, nos termos regimentais, que integrará a Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana – CEDECONDH.

O Ver. Moisés Barboza solicita Licença para Tratar de Interesses Particulares no período de 25 a 27 de maio de 2021. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que aprovam o pedido de licença permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O suplente Pai Ricardo d'Oxum, tomará posse amanhã no gabinete da Presidência e integrará a Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul – CEFOR

Registro a presença do Sr. André Barbosa, Secretário Municipal de Administração e Patrimônio.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura das proposições apresentadas à Mesa.)

Vereadora Psicóloga Tanise Sabino (PTB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem dos trabalhos, para que possamos, imediatamente, entrar no período de Comunicações. Após retornaremos à ordem normal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o requerimento de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos às

COMUNICAÇÕES

Hoje, este período é destinado a assinalar o transcurso dos 18 anos da Escola de Gestão Pública da PMPA, nos termos do processo SEI nº 215.00054/2021-65, de autoria da Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino,

Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Fernanda Jardim, presidente da Escola de Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Porto Alegre – PMPA.

A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA PSICÓLOGA TANISE SABINO (PTB): Boa tarde, saudar o nosso Presidente Márcio; demais colegas vereadores; a Sra. Fernanda Jardim, nossa coordenadora da Escola de Gestão Pública; o Sr. André Barbosa, nosso Secretário Municipal de Administração e Patrimônio; saudar os servidores da EGP – Escola de Gestão Pública, e demais público que nos assiste. A alegria, nesta tarde, em estar celebrando os 18 anos da Escola de Gestão Pública da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Eu tive a honra de ser coordenadora dessa Escola de Gestão Pública por 6 anos, de 2009 a 2015, e foi um período muito importante na minha vida pessoal, profissional e política.

A Escola de Gestão Pública é o órgão da Prefeitura que tem como função coordenar as práticas de capacitação relacionadas à aprendizagem, dentre elas treinamento, desenvolvimento, qualificação, atualização e educação continuada; são palestras, são cursos, são *workshops*, de forma presencial ou em EAD para todos os servidores da Prefeitura. Entendo que proporcionar ao cidadão um serviço de qualidade é o objetivo de todo o gestor público, mas alcançar a excelência na prestação de serviços à população pressupõe, entre outras coisas, a capacitação dos seus servidores. Se quisermos melhores resultados, precisamos investir em capacitação, e é essa exatamente a proposta da Escola de Gestão Pública da Prefeitura, que, hoje, podemos dizer, atinge a sua maioridade, pois celebra os seus 18 anos.

Percebo que, desde a sua fundação, em 2003, ao longo dos anos, a Escola de Gestão Pública foi se modernizando. São quase duas décadas de investimento em educação continuada aos servidores, e que tem como resultado final o melhor atendimento ao povo porto-alegrense. Lembro, por exemplo, de um período em que a

Escola de Gestão já ofereceu aos seus servidores o Ensino Fundamental e o Ensino Médio por meio do Projeto Compartilhar. Na sequência, foi desenvolvido o primeiro curso de pós-graduação em gestão pública voltado exclusivamente para os servidores do Município. Lembro, também, que a Escola de Gestão Pública, teve, por ocasião da Copa do Mundo, um protagonismo na questão do programa do voluntariado e capacitação, e ofertou cursos de idiomas para atender os turistas que aqui chegavam.

Também a EGP possui convênios com instituições de ensino para ofertar cursos de nível superior e cursos de pós-graduação em idiomas para todos os servidores e familiares. A Escola de Gestão Pública também já protagonizou, por meio da elaboração da Revista EGP, artigos das melhores práticas em gestão pública desenvolvidos pelos nossos servidores da Prefeitura. Também saliento e lembro aqui a Biblioteca da Escola de Gestão Pública que, neste ano, em setembro, irá também celebrar seus nove anos.

Destaco também o Programa de Preparação para a Aposentadoria. Essa iniciativa visa preparar os servidores em final de carreira do ponto de vista emocional, psicológico, familiar e social para essa nova etapa da vida. E, por fim, também destaco a Matriz de Lideranças, que é um programa destinado a todos os gestores da Prefeitura, com cursos do ponto de vista técnico e comportamental.

É preciso destacar também que a Escola de Gestão Pública, como uma escola de governo, pertence à rede ENAP, que é uma rede em todo o Brasil e que congrega todas as escolas de governo, sendo a Escola de Gestão Pública referência nessa rede. Lembro que, por diversas vezes, a Escola de gestão Pública recebeu visitas de *benchmarking* do interior do nosso Estado e do Brasil com o objetivo de conhecer as melhores práticas de gestão nesse segmento de capacitação.

Quero parabenizar a coordenadora da Escola de Gestão, a Fernanda Jardim, que vem desenvolvendo um ótimo trabalho, propondo novas alternativas de treinamento corporativo diante das mudanças provocadas pela pandemia, como, por exemplo, o trabalho remoto e o ensino à distância. Parabenizo também o secretário André Barbosa, que também tem realizado um excelente trabalho e que o secretário continue tendo esse olhar especial para a Escola de Gestão. Quero parabenizar, pelos 18 anos, todos os servidores da Escola de Gestão, dos quais eu carrego amizades até hoje. Trata-se de uma equipe que possui um papel relevante na gestão estratégica da Prefeitura. Por ter tido essa oportunidade de estar à frente da EPG, eu reconheço o trabalho técnico e o alto desempenho dessa equipe. Quero parabenizar também o quadro de educadores da EGP que são a alma da EGP. Temos servidores altamente capacitados e que contribuem nesse papel de facilitador ou educador da aprendizagem. Parabenizo também os estagiários da Escola de Gestão Pública, que são os braços invisíveis da Escola. Os estagiários são fundamentais nesse processo de capacitação.

E não poderia deixar de mencionar a rede de RH, que anualmente colabora com a EGP no levantamento de necessidades de treinamento, levantando as principais capacitações para aquele ano. E, por fim, quero referir, mais uma vez, que acredito que a capacitação deve ser permanente e é um fator estratégico para uma gestão de resultados.

Encerro com uma frase de Peter Drucker, considerado uma referência em gestão, que diz: “O maior benefício de treinamento não vem de se aprender algo novo, mas de se fazer melhor aquilo que já fazemos bem.” Eu creio que esse é o espírito da EGP: treinamento e desenvolvimento constante das habilidades e competências dos servidores. Parabéns, Escola de Gestão Pública! Vida longa! Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Convido a Ver.^a Tanise a passar às mãos da Sra. Fernanda Jardim e do secretário André Barbosa nosso diploma alusivo ao aniversário da Escola de Gestão Pública da Prefeitura.

(Procede-se à entrega do diploma.)

(O Ver. Hamilton Sossmeier assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Márcio Bins Ely está com a palavra em Tempo de Presidente.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito boa tarde a todos e a todas, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras; Ver. Hamilton presidindo os trabalhos – na pessoa de Vossa Excelência faço um registro, em especial cumprimentando a Ver.^a Tanise Sabino – meus cumprimentos pela iniciativa –, nós que somos sabedores de todo seu empenho e dedicação em prol da Escola de Gestão Pública da Prefeitura. Permito-me aqui também fazer uma saudação especial ao secretário André Barbosa – meus parabéns, secretário, pela gestão. Em especial hoje teremos a apresentação do inventário do patrimônio dos imóveis de Porto Alegre, veiculado na mídia também, uma iniciativa de Vossa Excelência, meus cumprimentos, por essa iniciativa, oportuna e importante, em prol da cidade. Permita-me fazer uma saudação muito especial à Fernanda Jardim, que preside a Escola. Já tivemos aqui um ato de celebração de parceria, renovando a parceria da Escola do Legislativo Julieta Battistioli, aqui da Câmara Municipal, com a Escola de Gestão Pública da Prefeitura, que hoje chega a sua maioridade, 18 anos.

A gente sabe, Ver.^a Tanise, que é muito oportuno, importante e necessário o aperfeiçoamento e a atualização constantes, em especial dos servidores, trabalho esse que tem sido feito através de iniciativas virtuais, de plataformas virtuais, Fernanda, aproveito para te cumprimentar, porque tem permitido a atualização permanente dos quadros de colaboradores e servidores do nosso Município, em prol da cidade, em prol das pessoas, em prol do desenvolvimento urbano, sempre com vistas a fortalecer o aperfeiçoamento e a condição pessoal de cada um no desempenho das suas atribuições. Eu quero dizer que também tive a oportunidade aqui nesta Casa de presidir a Escola do Legislativo, uma oportunidade ímpar de uma série de atividades. Estivemos trabalhando, inclusive nos cursos de formação e orientação para o Conselho Tutelar, que hoje passa a ser também uma carga horária obrigatória. Então, iniciativas como

essa; na prevenção da saúde do homem, no Novembro Azul; no Outubro Rosa e tantas outras iniciativas. Permita-me fazer uma saudação especial ao professor Lúcio, que é o diretor da nossa Escola que, numa parceria com a UFRGS, tem integrado ações e desenvolvido projetos, seminários, cursos de aperfeiçoamento e atualização, todos muito oportunos e relevantes, Ver. Sossmeier, e parcerias também, firmando iniciativas que nos permitem até que as nossas crianças façam visitas guiadas para conhecer a Casa, claro que agora, em tempo de pandemia, não tanto. Apenas fazendo aqui uma analogia a este trabalho da Escola de Gestão Pública da Prefeitura de Porto Alegre, a quem nós queremos registrar todo nosso reconhecimento pelo esforço e empenho, no sentido de sempre estar à frente, protagonizando um trabalho em prol da atualização e do aperfeiçoamento dos servidores.

Então, em tempos de tecnologia remota, de reuniões como essa, feitas de maneira remota, de maneira híbrida, são oportunidades ímpares, que muitas vezes, até de casa, este aperfeiçoamento e esta atualização podem se dar a partir das oportunidades que a Escola de Gestão Pública da Prefeitura tem oferecido aos servidores do Município.

Então, pela atenção de todos, muito obrigado; mais uma vez, Ver.^a Tanise Sabino, meus cumprimentos pela iniciativa – 18 anos não são 18 semanas, não são 18 meses, representam uma trajetória longa, que tem proporcionado, como falei, milhares de servidores estarem realizando esses cursos, por estas iniciativas da Escola em prol da cidade, em prol do cidadão, em prol da boa prestação da qualidade do serviço público em Porto Alegre.

Parabéns, mais uma vez, secretário André Barbosa; parabéns, Fernanda Jardim. Esperamos que aqui também, por meio dessa nossa parceria e desse nosso convênio, possamos estar contribuindo para o diálogo com o futuro do aperfeiçoamento, da boa gestão, da qualificação das pessoas, do respeito às pessoas, do respeito ao serviço público que, de um modo geral, tem sido também proporcionado seu aperfeiçoamento a partir das iniciativas da Escola de Gestão Pública da Prefeitura. Pela atenção de todos, muito obrigado; meus parabéns, vida longa à EGP! Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Sra. Fernanda Jardim, presidente da Escola de Gestão da Prefeitura, está com a palavra.

SRA. FERNANDA JARDIM: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, público que nos assiste, servidores da EGP, é uma honra muito grande estar à frente da Escola em uma data tão significativa, em que se comemora os 18 anos da Escola, a maioria, como disse o Presidente Márcio. Agradeço ao prefeito de Porto Alegre, Sebastião Melo; ao secretário André Barbosa; ao Sr. Jorge Hias, secretário adjunto da SMAP, pela confiança no meu trabalho e por me oportunizar retornar a esta

Casa na condição de coordenadora da Escola de Gestão Pública do Município. Agradeço também à Ver.^a Tanise, proponente desta homenagem, pelo reconhecimento da importância da Escola de Gestão Pública.

São 18 anos - 18 anos dedicando-se ao servidor público; 18 anos que vão além de capacitar, porque são 18 anos promovendo capacitação continuada, preocupando-se, cuidando, estimulando a capacitação contínua, incentivando o servidor a se capacitar e a desenvolver suas potencialidades individuais e profissionais, estimulando também projetos inovadores, como agora disse o Presidente Márcio, a Escola teve que se adaptar às novas tecnologias. E, ao mesmo tempo, como mencionado pela Ver.^a Tanise, quando a Escola se dedica a capacitar os servidores, a cuidar dos servidores, ela também está investindo nos serviços prestados à população, entrega à população serviços com maior eficácia. Então, mais uma vez, agradeço à Ver.^a Tanise pela homenagem; parabéns a Escola e todos os servidores que, ao longo desses 18 anos, fizeram parte desta trajetória. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, Presidente Márcio Bins, público que nos acompanha pela TVCâmara de demais meios de comunicação. Eu me inscrevi para fazer um alerta, chamar a atenção da sociedade, dos porto-alegrenses, em especial de nós vereadoras e vereadores, sobre o aumento dos casos de Covid que está se abatendo no Rio Grande do Sul. Nós já vimos que mais de 30 municípios adotaram medidas mais drásticas, no sentido de controle da circulação de pessoas e, por consequência, do vírus; também sabemos que Porto Alegre recebeu um alerta de aumento dos casos de Covid. Eu acho que cabe a nós, vereadoras, vereadores, sociedade em geral, uma atenção especial para que a gente não tenha aqui aquilo que os especialistas estão anunciando, a terceira onda. Segundo os especialistas, a terceira onda deverá ser muito mais forte que a primeira e a segunda, porque vem com cepas distintas, mais fortes, que hoje atingem especialmente as crianças e os jovens. Felizmente nós temos percebido que diminuiu a incidência da Covid sobre a terceira idade, sobre os mais velhos – isso quer dizer que a vacina está dando resultado. E nós precisamos que essa vacina chegue para todo cidadão e cidadã porto-alegrense, brasileiros, para todas as pessoas no mundo.

Nesse sentido, sem que a gente tenha que ficar priorizando este ou aquele grupo, que a vacina seja um direito universal; nesse sentido, o senador Paulo Paim apresentou o PL nº 12/2021 no Senado, propondo a suspensão das patentes da vacina, até que o problema seja superado – foi aprovado no Senado por 55 votos a 19, com o apoio dos três senadores gaúchos. E hoje estou apresentando uma moção de solidariedade em apoio a esse PL de autoria do senador Paulo Paim, e vai a votação daqui a pouco, dizendo que a cidade de Porto Alegre, a Câmara de Vereadores, também

quer garantir que a vacina chegue para todos e todas da forma mais rápida possível – para isso a gente presta solidariedade à iniciativa do senador Paulo Paim, pela suspensão das patentes até que o vírus seja controlado no Brasil e no mundo.

Hoje saiu uma matéria na Folha de São Paulo, trazendo um pouco do diagnóstico de como pouquíssimas pessoas nos laboratórios têm controle hoje de toda vacina e que os países não estão, os países pobres.... Essas vacinas estão concentradas em meia dúzia de potências; 40 países estão conseguindo acessar – o restante dos países do mundo não estão. Só no continente africano, 12 países não receberam, até o momento, uma dose de vacina. Então a quebra ou suspensão de patentes é importante neste sentido; assim como nós já fizemos em outros momentos – proposta, inclusive, pelo Brasil, nos anos 90, a suspensão das patentes dos medicamentos contra HIV/AIDS. Foi só a partir do momento da quebra de patentes que o mundo passou a controlar essa pandemia, que na época dizimava, matava, milhares de pessoas no Brasil e no mundo.

Então, peço a solidariedade, a compreensão das colegas e dos colegas vereadores para que a gente dê esse importante passo no sentido da garantia do acesso universal às vacinas contra a Covid-19. Uma boa tarde a todos. Vamos nos somar nesta luta, obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra em Comunicações, por cedência de tempo deste vereador.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Boa tarde, Presidente Márcio Bins Ey; secretário e amigo, André Barbosa; Sra. Fernanda Jardim, diretora da Escola de Gestão Pública; secretário adjunto, Beбето; todos os membros desta Casa; público que nos assiste através da TVCâmara, da nossa Rádio Câmara, de todos os meios de comunicação disponíveis.

Nesse mundo agora, atual, secretário André Barbosa, cada vez mais se viu a necessidade de preparar as pessoas para esta ferramenta, preparar as pessoas para trabalhar usando câmera, preparar as pessoas para usarem os aplicativos que são permitidos. Além do papel que a Escola de Gestão vem fazendo, preparando as pessoas que trabalham no Município para as novas tendências, qualificando-se, permitindo que alguém que entre como auxiliar possa ir crescendo, buscando saber do setor público. Mas, neste período de pandemia, eu acredito que tem sido um papel relevante para a cidade de Porto Alegre o aperfeiçoamento dos servidores públicos, tanto que a Secretaria tem um projeto, agora, de manter a questão do *home office*, em função que viu que isso tem ajudado a Prefeitura não somente nas questões de trabalho, mas também nas questões econômicas, questões de desenvolvimento das pessoas e aperfeiçoamento. Então, eu quero dizer o papel importante que a Escola faz, o papel principalmente neste período, agora, preparando os servidores da nossa cidade para esse novo tempo.

Queria agradecer ao Presidente Márcio Bins Ely que cedeu o seu tempo, o pensamento que falo aqui tenho certeza que é o mesmo do de V. Exa. tem. Então, queria desejar uma vida longa à Escola, melhorando e aperfeiçoamento os servidores do nosso Município para, cada vez mais, alcançarmos os índices de excelência, os índices de desenvolvimento, que é o que nosso povo, para quem nós trabalhamos, precisa. Vida longa à Escola.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Quero cumprimentar a nossa colega, Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino pela homenagem. Eu conheci há muitos anos a Escola de Gestão, com muita eficiência no Município, capacitando funcionários, fazendo eventos bem seletivos. E quero cumprimentar a nova presidente da Escola, desejando muito sucesso e que continue capacitando e motivando os municipais. Obrigada.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Moisés Barboza está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS BARBOZA (PSDB): Serei breve, Presidente, boa tarde a todos, saúdo aqui, na figura do presidente, todos os nossos colegas. Mas uma saudação muito especial aos presentes hoje, saudando também a iniciativa da Ver.^a Tanise, belíssima iniciativa; saudando a presença do secretário André Barbosa; o seu adjunto, Jorge Hias; e, não menos importante, a diretora da Escola, a nossa colega, Fernanda Jardim.

O PSDB, na sua história, desde que governou o País, sempre teve como um dos seus princípios o incentivo à gestão de qualidade, ao serviço público, à medição do serviço público de qualidade em detrimento às práticas equivocadas de gestão do passado. Então, é extremamente importante a gente saudar esses 18 anos da Escola aqui no Município, que foca na aprendizagem na qualificação e na atualização do nosso servidor público. Então, querendo deixar claro aqui, o PSDB tem um compromisso programático com a qualificação dentro da gestão pública. E eu não poderia deixar de saudar aqui também a direção, especialmente. Tenho certeza que a Ver.^a Tanise, o secretário André, e o secretário Jorge Hias vão me entender que eu quero saudar, de uma forma muito especial, a nossa colega Fernanda Jardim, que, na legislatura passada, nos brilhou com a proposição e aprovação de um dos seus projetos. E dizer a Ver.^a Fernanda, nossa querida colega: o seu lugar, Fernanda, é aqui conosco nesta tribuna. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Estão suspensos os trabalhos para as despedidas.

(Suspendem-se os trabalhos às 15h01min.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 15h05min: Estão reabertos os trabalhos.

Passamos à

TRIBUNA POPULAR

A Tribuna Popular de hoje terá a presença do Sindicato dos Trabalhadores em Processamento de Dados do RS – Sindppd/RS, que tratará de assunto relativo à Procempa. A Sra. Vera Guasso, diretora-coordenadora, está com a palavra, pelo tempo regimental de 10 minutos.

SRA. VERA GUASSO: Boa tarde a todos e todas, saudação especial ao Presidente Márcio Bins Ely, a todos os vereadores e vereadoras, aos trabalhadores da Procempa e à população nos assiste. Nós voltamos aqui, já faz um pouco menos de um mês que lamentavelmente foi aprovado um projeto de lei que nós dizíamos que ia em rumo do desmonte da Procempa. E nós viemos aqui trazer outros fatos dessa realidade que desembocam nesse mesmo tema. Na semana passada, os trabalhadores da Procempa prepararam uma carta aberta para direção da empresa, que deve ter chegado ao governo municipal e também ao Conselho de Administração. Eu vou ler os tópicos para entender a situação que vivem os trabalhadores.

O primeiro é os ataques morais da empresa à empresa e aos seus trabalhadores. Há pouco mais de uma semana, o prefeito Melo, perguntado por que no Município de Porto Alegre não tinha um aplicativo de agendamento de vacinas, com certeza, por falta de resposta, ele culpou a Procempa e os seus trabalhadores, quando, na verdade, a Procempa tinha ofertado e estava aguardando informações. Os técnicos da Procempa tinham condições de organizar, mas a Prefeitura não quis e culpou a companhia – isso foi há 10 dias.

Os trabalhadores estão há cinco anos sem recomposição de seus salários, para uma empresa de tecnologia da informação, cinco anos de congelamento salarial, é parte do desmonte da destruição da companhia. Nenhuma empresa, muito menos de tecnologia da informação, pode ficar com os salários dos seus trabalhadores congelados há cinco anos. Quando do debate do PLE, os trabalhadores já haviam aberto a sua campanha salarial, já são 23% de perdas salariais do último governo e agora adentrando este governo. A aprovação do PLE, em que não foi consultado sequer um trabalhador, uma trabalhadora, técnicos da empresa; outro tema que os trabalhadores levantam muito grave nessa administração.

Por último, os trabalhadores dizem que estão no seu limite, essa realidade posta sem reajuste, sendo desrespeitados e com a companhia com falta de pessoal – e é

importante que os vereadores e vereadoras saibam: são mais de 70 colegas que faltam para poder garantir uma prestação de serviços à altura do que a Procempa sempre pôde, sempre fez e pode continuar fazendo. Então, nós temos uma empresa em torno de 300 trabalhadores com falta de 70 técnicos para poder garantir a manutenção dos serviços prestados.

Uma outra questão relevante, que acho muito importante nesse debate e que tem sido parte das conversas que temos feito com os trabalhadores em assembleia, é que a Procempa custava, em 2016, um milhão a mais do que custa hoje. Como uma empresa de tecnologia, quando toda a população, os vereadores – acabou um inclusive de falar – dizem que a Prefeitura precisa ter os aplicativos, que a Prefeitura precisa ter que ser tecnológica, quando, além de aprovar um PLE que vai no sentido inverso, ela tira dinheiro, tira investimento do seu corpo funcional, exige mais e tira investimento? Então, a Procempa hoje custa um milhão a menos do que custava em 2016.

Um outro dado também muitíssimo importante que nós queríamos trazer aos vereadores e vereadoras: a Procempa é uma empresa que no seu estatuto não prevê lucro; nos últimos três anos, a Procempa teve, em média, quase R\$ 7 milhões de lucro e a Procempa está pagando, por conta do lucro, em torno de R\$ 3 milhões ao ano de imposto de renda! Com isso, o que ela faz? Ela deixa de pagar reposição salarial para os seus trabalhadores e paga imposto de renda. Vejam só, isso é muito perverso. Obviamente que não começou no governo Melo, isso vem lá do governo Marchezan, mas é muito perverso! Porque ela paga esse dinheiro, esse montante de mais de R\$ 3 milhões por ano de imposto de renda, e poderia pagar uma boa parte em reposição salarial para os seus trabalhadores.

Eu encerro dizendo a vocês que a Procempa, caso não resolva essa situação, entrará em greve na próxima quinta-feira. Já era para ter entrado em greve na segunda-feira que passou, mas os trabalhadores, conscientes das suas responsabilidades, aceitaram uma proposta do mediador, vice-presidente do TRT, que solicitou a suspensão da greve, apesar de toda essa situação difícil, essa calamidade que vivem os trabalhadores da Procempa e a própria companhia. Se na próxima mediação, quarta-feira, no TRT, não houver uma solução mínima para o que está posto, os trabalhadores entram em greve na próxima quinta-feira.

E nós queríamos posicionar a presidência da Câmara, a cada vereador, a cada vereadora para dizer que vamos precisar muito de vocês, porque os trabalhadores da Procempa não têm mais como continuar com essa realidade de desmonte, de precarização, de desrespeito, e, com certeza, vão precisar de cada um, cada uma para manter a empresa pública para continuar prestando bons serviços, porque se não quiserem reposição salarial, vão sair mais técnicos e aí sim que nós vamos ver a continuidade e o desfecho dos desmonte de uma empresa de quase 50 anos de ótimos serviços prestados, de prestação de serviço barata, com segurança e com qualidade para o Município de Porto Alegre.

Com isso, eu agradeço o tempo e reafirmo a necessidade de cada vereador e cada vereadora, que entende a importância da Procempa, a seriedade do trabalho dos

seus trabalhadores e que não podemos perseverar com cinco anos de congelamento salarial, a estarem conosco e ajudarem na solução desse impasse. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, vereadores e vereadoras. Querida companheira de lutas, Vera Guasso, o alerta que trazes aqui e as informações são da maior relevância, eu agradeço. Eu não tinha todos esses dados, os dados do lucro da Procempa e do pagamento do imposto de renda eu não tinha. Os dados que eu possuía eram da falta de reposição salarial dos trabalhadores isso sim, mas os outros não; e os outros tornam essa não reposição um verdadeiro escândalo! Havia uma premeditação, digamos assim, de prejuízo aos trabalhadores já há bastante tempo, isso se concretiza esse tipo de ação que prefere deixar de lado os trabalhadores que fazem realmente a empresa dar lucros, como foram esses relatados, ao invés de valorizar exatamente quem consegue promover esse tipo de ação. Por falar em ação, a nossa expectativa positiva de que no TRT, na quarta-feira, haja um encaminhamento melhor, pensando de fato nos trabalhadores, nas trabalhadoras, e que talvez não precise deflagrar o movimento de quinta-feira. Se precisar, por óbvio, terá o nosso apoio, nós sabemos o que passam os trabalhadores, sabemos o sacrifício que fazem e sabemos o quão grande fizeram ser a Procempa. Dê um abraço a todas e a todos lá por nós, prezada presidente Vera Guasso, e receba de nós apoio e incentivo. Muito obrigado pela sua presença.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Muito obrigado, Presidente Márcio Bins Ely; quero cumprimentar todas e todos presentes nesta sessão e todos trabalhadores da tecnologia da informação de Porto Alegre, em nome da Vera Guasso, coordenadora do Sindppd. Como bem falou nosso líder da oposição, Pedro Ruas, que trouxe algumas informações preciosas, impactante, alguns dos debates que já passaram por esta Casa, há algumas semanas, quando nós discutimos o PL do Executivo sobre a Procempa. O fato de essa empresa ser superavitária, o fato de essa empresa ter um serviço de tecnologia que tem um *know how* exemplar em nível nacional, foi aludido, nesta tribuna. Agora a Vera Guasso trouxe, em números, várias informações que são extremamente relevantes e nos fazem questionar outros debates que tivemos aqui há algumas semanas do porquê, logo após a aprovação desse PLE, o Executivo trouxe outra proposta para votação no plenário de isenção de impostos para empresas de

tecnologia da informação do setor privado. Aí, vemos outra informação vir até esta Casa, nesta segunda-feira, que tem a ver com o valor do Imposto de Renda, como a Vera já falou. É algo lamentável o que ocorre na nossa cidade neste momento de desvalorização e o Estado abrir mão de ser um agente fomentador do desenvolvimento da tecnologia da informação e da comunicação em Porto Alegre. Não há nada de progressivo nesta política que está sendo implementada desde a Prefeitura, nada. Fala-se muito em colocar Porto Alegre na palma da mão, em desenvolver a tecnologia da nossa cidade, mas se abre mão daquilo que é público, daquilo que pode fazer com que o Estado seja um agente transformador desse quadro. Aí, complemento com uma situação muito grave também que o Sindppd é solidário, no sábado, eu e o Ver. Pedro Ruas participamos sobre a situação de Ceitec, uma empresa de ponta, que poderia colocar Porto Alegre na linha de frente como uma cidade tecnológica, que tem soluções inclusive para o tema da pandemia e que está sendo fechada, a Prefeitura tem atribuições nesse sentido e precisa atuar.

Para concluir, Presidente, nós estamos lado a lado com a luta dos trabalhadores de processamento de dados e tecnologia da informação. Estaremos juntos na mobilização, Vera, pode contar com o compromisso da bancada do PSOL, em solidariedade, em apoio à luta da categoria. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra, nos termos do art. 206 do Regimento.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Quero saudar aqui o sindicato das trabalhadoras, dos trabalhadores desse importante setor de tecnologia da informação da nossa capital e quero confessar que, em nome da bancada do PT, nós ficamos escandalizados. O governo municipal mandando a metade do lucro da empresa para o leão da Receita, que já come uma boa fatia do suor das trabalhadoras, dos trabalhadores assalariados.

Sou um crítico ferrenho da quantidade absurda que a Receita come do bolo dos trabalhadores, das trabalhadoras, enquanto empresas pagam pouco. Aí, uma empresa com R\$ 7 milhões, dos quais R\$ 3 milhões, pelo menos, vão para a lixeira praticamente, não ficam em Porto Alegre, vão para outros estados, outras prefeituras, e o trabalhador que está aqui prestando não é valorizado – cinco anos de congelamento salarial isso é um absurdo, isso tem que ter fim. Eu acho, quero crer, que o prefeito Melo não sabe disso, não sabe e, se alguém sabe, provavelmente está enrolando o Sebastião Melo porque em vez de garantir condições de trabalho, remuneração, dignidade ao trabalhador esse dinheiro simplesmente escoia lá para a União que a gente nem sabe para onde vai. É um dinheiro de Porto Alegre, da Prefeitura, da construção de serviço público de qualidade na tecnologia da informação. Então, faço aqui, em nome da bancada do PT, um apelo aos agentes do governo municipal que revejam essa posição e, diante da fala do Sindppd, possam repactuar as relações com os

trabalhadores, inclusive ajeitando esse represamento para a valorização do servidor. Presidente Márcio, os trabalhadores há cinco anos com o salário corroído, congelado! A nossa solidariedade ao Sindppd, nossa solidariedade à luta dessas trabalhadoras e desses trabalhadores da Procempa.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Agradeço a Vera Guasso, e em especial ao Sindicato dos trabalhadores em Processamento de dados do Rio Grande do Sul, Sindppd. O nosso reconhecimento a todo trabalho que tem feito em prol da tecnologia da informação em favor da cidade, em favor das pessoas. Uma boa tarde, e a senhora é nossa convidada para acompanhar os trabalhos da nossa sessão.

A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, falo em nome da minha bancada – líder da bancada, Idenir Cecchim; Ver. Pablo Melo –, desejando inicialmente aos colegas que estão acometidos com Covid que se recuperem logo e retornem com saúde para o nosso convívio. Também já cumprimentei a Ver.^a Tanise pela homenagem à Escola a qual tanto me auxiliou no período que passei pela Prefeitura há 10 anos. Salientar também, falar das coisas positivas, temos a recuperação do nosso ponto turístico que é Fonte Talavera, no Centro Histórico, em frente à Prefeitura. A gente acompanhou o período em que houve uma manifestação e quebraram a peça original, sendo necessário ter sido feita essa réplica. Desejamos que as pessoas valorizem, que cuidem porque tudo isso custa dinheiro se vier a ser danificada. É muito bonito ver as coisas organizadas, como a gente está vendo, começando pela orla, pelo Cais Embarcadero, onde tive a oportunidade de dar uma caminhada por lá, nesse sábado, muitas pessoas se distraíndo, isso é muito positivo, pessoas civilizadas, a área de alimentação tanto a interna como a externa. É isso que se quer, que tenhamos outras opções e que Porto Alegre fique cada vez melhor, e apoiar essa dinâmica do prefeito que quer a cidade limpa, a cidade cuidada, e isso vai educando as pessoas e vai chegando em outros estágios.

Dito isso, quero tratar do dia 22 de maio onde ocorreu o Dia Internacional da Biodiversidade. Como o meu lema envolve pessoas e animais, também essa data deve ser lembrada porque é o período que se trata bastante do meio ambiente, é muito importante que mais pessoas se agreguem com dedicação ao que nós já passamos há muitos anos aqui em Porto Alegre com o nosso ativismo. Essa data, o Dia Internacional da Biodiversidade, foi instituída pela Organização das Nações Unidas, em 1992, com o objetivo de conscientizar as pessoas sobre a importância da preservação da diversidade biológica, do conjunto de todas as espécies de seres vivos, em todos os ecossistemas do nosso planeta, que é a casa de todos nós.

O ideal para reflexão sobre os objetivos do desenvolvimento sustentável que visa estimular esforços, para que, até o ano de 2030, todas as ações de preservação da

fauna, da flora e também dos seres humanos sejam aplicadas para contribuir no combate às alterações climáticas e outras formas de desigualdade, mas não é só falar no clima, é muito mais. Sensibilizar as pessoas para preservação da natureza é garantir as condições de manutenção da vida na Terra para nós e para as futuras gerações dos nossos filhos e netos. Na pandemia, se observa a procura por áreas verdes nas cidades, importante para a população urbana. Como vereadora eleita pela causa animal, entendo que todos podemos contribuir, de minha parte tenho legislado pelo controle populacional de animais, orientado no setor que auxiliamos a criar. Não podemos sumir com o passivo existente de animais, isso seria faltar com a verdade, especialmente também situação dos animais de rua, para que não sofram maus-tratos e abandono, o que é crime. Quem é contra os maus-tratos aos animais também está fazendo, de forma indireta, a educação para que não maltrate também os humanos. Que esse dia da biodiversidade seja todos os dias, porque o meio ambiente no qual estão inseridos todos os seres vivos precisa de nossa sensibilidade permanente como legisladores tanto da capital no Estado e também em nível federal. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

(O Ver. Hamilton Sossmeier o reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Muito boa tarde, Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras. Nós temos tido, no Brasil inteiro, momentos dramáticos, trágicos. Eu analisava, dentro de um debate, no domingo, ontem, situações que a humanidade viveu como o Tribunal de Leipzig, em relação aos crimes de guerra, da 1ª Guerra Mundial; depois, o Tribunal de Nuremberg, em relação aos crimes de 2ª Guerra, que depois foram denominados como crimes contra a humanidade. Eu não tenho dúvida de que o mundo há de analisar, e os tribunais hão de julgar, talvez um tribunal especial, talvez os que já existem, os crimes que ocorreram durante esta pandemia em todo o planeta. Nós temos, particularmente no Brasil, crimes que ocorrem todos os dias. A CPI da Covid feita no Senado Federal nos mostra com muita propriedade boa parte desses delitos. Outra parte nós já conhecíamos e já sabíamos vendo no dia a dia, vendo na imprensa, conhecendo pessoas, ouvindo depoimentos. Há um dado que hoje estarrece o mundo, a Índia, vítima da chamada variante indiana, tem mais de 300 mil mortos e, com um bilhão e quinhentos milhões de habitantes, tem bem menos vítimas que o Brasil; a Índia tem bem menos vítimas do que o Brasil que se aproxima do meio milhão de mortos. No final de semana, estarrecida a Nação, vê o Presidente Bolsonaro em mais um ato a favor de si próprio, sem máscara, criticando qualquer ideia de isolamento e acompanhado ao seu lado, no palanque, do general da ativa Pazuello, general da ativa o que é proibido. Claro que ninguém ligado às Forças Armadas, aos militares, virá aqui dizer isso, mas vou dizer, ele é proibido de manifestações político-partidárias enquanto

general da ativa. Nem bola. Lá estava ele no palanque do Bolsonaro, combatendo o isolamento social, com máscara no queixo e rindo de nós e, particularmente, da infelicidade das vítimas e das famílias das vítimas da Covid-19. Isso nos interessa muito enquanto brasileiros? Claro, enquanto gaúchos e porto-alegrenses? Evidentemente. Até porque, lamentavelmente, o prefeito Sebastião Melo, na campanha eleitoral e no seu mandato, é completamente alinhado às ideias bolsonarista. Combate ao isolamento social... Porto Alegre já recebeu o alerta de que estamos vivendo uma situação perigosa, provavelmente aumente o número de infectados. E me chama a atenção, com imensa decepção, que nós estamos já fechando o quinto mês de mandato do prefeito Sebastião Melo e não tem um único projeto que trate de Covid, que trate de combate à pandemia. Ele não tem um projeto que promova, por exemplo, uma forma de distribuição de cesta básica, de rancho alimentar, ele não tem um projeto de segurança alimentar qualquer, ele não tem um projeto de distribuição de álcool em gel, ele não tem sequer um de melhoria do saneamento e da água potável para as comunidades, nem um projeto, cinco meses, e nem um projeto. Para privatizar, para extinguir as funções da Procempa, veio projeto e veio rápido, como virá para privatizar a Carris, como quer atingir a previdência social dos servidores municipais de qualquer maneira e como quer atacar fundamentalmente, diariamente a oposição, porque a oposição se dá conta e percebe e fala, tem a obrigação e a coragem de falar. O genocida do Planalto Central não está sozinho não, se estivesse já teria caído. Ele tem cada vez menos gente, cada vez menos pessoas, perdeu apoio de governadores, prefeitos, deputados, senadores, da população, é condenado pela comunidade científica dentro e fora do Brasil – o Brasil hoje é um país desmoralizado na comunidade internacional. Ele consegue atacar diariamente quase, semanalmente, com certeza, a China, maior produtor mundial de vacinas, e fica depois reclamando que não vêm as vacinas. E nos preocupa muito a situação de Porto Alegre, porque o prefeito é alinhado com as ideias bolsonarista, com negativismo militante, com aquela ideia de que nada está ocorrendo – a ideia da gripezinha – e com nem um projeto. É uma vergonha isso para Porto Alegre, para a Câmara Municipal, mas nós temos a obrigação de falar e coragem, repito, de dizer isso: nem um projeto de Sebastião Melo até agora, do Executivo municipal como um todo, de combate à pandemia. O nosso povo está jogado às traças, jogado à doença, eventualmente jogado à morte, e a autoridade maior do Município simplesmente ignora tudo isso e não encaminha para cá nada que se possa votar, e o que podemos votar é autorizativo. Ele faz o que quer e ele não quer fazer; o que ele quer é movimento, o que ele quer é uma economia que gire, que ande, mesmo que as pessoas estejam adoecendo e, eventualmente, até perdendo a vida.

Fica aqui esse nosso registro, Presidente, não sem também mandar, por meio do Ver. Leonel Radde, um abraço aos seus colegas da Polícia Civil porque a Polícia Civil fez um indiciamento daqueles dois bandidos que estavam no Parcão vestidos de Ku Klux Klan, promovendo um enforcamento. Mande o nosso abraço, eles estão fazendo algo por todos nós. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Ver. Sossmeier, comandando os trabalhos. Quero aproveitar esses cinco minutos de Comunicações para parabenizar o André Barbosa. Hoje, ao meio-dia, ele fez o ato de assinatura de ordem de início ao serviço de inventário do patrimônio imobiliário do Município de Porto Alegre. Uma grande ideia, André, inclusive eu sou um dos poucos vereadores, tenho certeza, que tem essa relação dos imóveis de Porto Alegre. São mais de três mil. A Prefeitura não é imobiliária, essa é uma das maiores imobiliárias do País. Portanto, vejo como muito salutar essa iniciativa com o objetivo de nós aproveitarmos esses imóveis, alguns, quem sabe, até para leilão, outros para regularização fundiária. Estava conversando sobre a possibilidade, por exemplo, de um imóvel ser da União, transferir para o Município e o Município fazer a regularização fundiária, que é muito importante. Então, não pode ficar nessas circunstâncias. Eu vejo com bons olhos, vejo como uma iniciativa muito boa do governo Melo, que V. Exa. comanda a Secretaria de Administração. Vejo a possibilidade de alguém, no Município de Porto Alegre, por exemplo, fazer uma escola; lá tem uma área da Prefeitura, a contrapartida ganha a área e faz uma escola. Tem melhor coisa do que isso? Então nós temos uma linha de possibilitar a sociedade a aproveitar essas áreas. Quem quer comprar compra; quem quiser fazer benfeitorias para Porto Alegre terá a união da Prefeitura. Enfim, é uma grande ideia de nós sabermos o que realmente existe, o que é possível fazer dentro dessa grande imobiliária que é a Prefeitura de Porto Alegre. Portanto, André Barbosa, meus parabéns pela iniciativa brilhante. Havia uma expectativa da sociedade de clarear isso porque muitos não sabem e, sabendo, ficam horrorizados que existe essa quantidade de imóveis na Prefeitura, muitas vezes, alugados por R\$ 50,00 ou R\$ 200,00; ou cedidos para empresas e etc.

Quero também aproveitar aqui e dizer que eu estou dando uma contribuição. Os meus funcionários estão indo ao Centro da cidade, ao Centro Histórico, e fazendo um verdadeiro dossiê das péssimas condições do Centro de Porto Alegre. Calçadas, ruas, enfim, tudo aquilo que engloba o nosso Centro que é a nossa sala, a nossa sala está muito malcuidada. Antes de fazermos, e já sei que vai ser feita a regularização ou a reformulação do Centro na questão também da mobilidade urbana, que se faça uma revitalização momentânea, porque, por exemplo: calçadas levantadas, o comerciante é o responsável, tem que ser responsável, tem que fazer, tem que ajudar. Água correndo a céu aberto no asfalto, na frente de um restaurante, a Prefeitura tem que cuidar. Ali, por exemplo, na José Montaury, que tem o Sine do Estado, ali onde tiram o lixo, eles molham o container, e a água vai toda para a rua, que é curta, em frente ao Hotel City, e fica empossada a água na frente dos restaurantes. Não! Espera aí! O que vai limpar acaba sujando? Está tudo controverso. E aquela quadra ali precisa ser asfaltada, está cheia de buraco. Buraco no Centro! Então nós queremos fazer um raio X. Amanhã, eu estarei com esse estudo pronto e vou entregar para a Prefeitura de Porto Alegre para uma recauchutagem, até depois fazer a revitalização do Centro em todos os sentidos. Quero aproveitar, para concluir, já falei com a Ver.^a Bruna para que ela possa retirar

hoje a moção número três, da nossa pauta, para melhor adaptar a questão das justificativas sobre o feminicídio. Porque nós todos concordamos, no mérito, não temos dúvida nenhuma de que será aprovado; agora, gostaria que o mérito... O mérito já é uma questão ideológica, sobre o golpe, sobre ideologia... Quer dizer, para nós podermos votar uma matéria dessa natureza, eu fui muito franco com a Ver.^a Bruna, no sentido de ajudar, e ela compreendeu, quero felicitá-la, é dessa forma que nós temos que trazer esse diálogo aqui para o plenário. Não adianta nós estarmos só nos digladiando, nós temos que concordar, amenizar. E é nesse sentido que eu estou fazendo essa consulta e fico muito feliz que a amiga entendeu. Aí vamos analisar o texto, são poucas coisas que têm que ser adaptadas. Não dá para deixar coisas ali que agridem isso ou aquilo e que não têm nada a ver com feminicídio. Questão ideológica é partidária. Eu agradeço e acho que é nesse sentido que vamos construir uma moção muito boa e que vai ter o acatamento e a reivindicação normal de todos nós. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Sr. Presidente, Srs. Vereadores, eu vou usar o tempo de liderança aqui rapidamente para dar uma informação importante. Na terça-feira que vem, dia 1º de junho de 2021, a nossa CEDECONDH, Comissão de Defesa do Consumidor, Direitos Humanos e Segurança Urbana, vai tratar sobre um tema muito importante: segurança pública, o sistema prisional e os seus reflexos em Porto Alegre. Vamos tratar sobre a questão de preço de viatura, a inauguração do GESP e outros assuntos da segurança e do sistema penitenciário. Presença confirmada do nosso vice-governador, Ranolfo Vieira Júnior, que também é nosso Secretário de Segurança. Convidamos o secretário da Siapen, o superintendente da Susepe, e os respectivos presidentes das associações de classe da segurança. Então, queria só dar essa breve informação aos colegas vereadores. O *link* pode ser visualizado pelo WhatsApp e pelas redes sociais. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Boa tarde, colegas vereadores, vereadoras, boa tarde a quem nos assiste e nos acompanha pela TVCâmara. Hoje eu aproveito este espaço de Comunicações para fazer aqui uma denúncia de um descaso, uma negligência gravíssima que vem acontecendo com seis famílias da Vila Jardim que, desde janeiro, estão aguardando para serem acompanhadas, porque o DMAE já esteve lá, na verdade, e uma reunião com a Prefeitura no mês de março. Em

janeiro, nós acionamos e, no mês de março, a Prefeitura encaminhou a demolição das galerias que lá constam embaixo das casas que, com as chuvas dessa última sexta-feira, vieram a subir e fazer com que aquelas casas fiquem ainda mais deterioradas, ainda mais prejudicadas. Eu e a Ver.^a Karen estivemos lá, no sábado, e observamos que da forma que está não pode ficar, não pode permanecer assim. É um espaço insalubre que está à beira da destruição das outras casas, e é bem possível ainda se tornar uma tragédia maior. É uma tragédia anunciada. E tem protocolo de atendimento de que essa obra já poderia, já deveria estar concluída no dia 5 do mês de junho. Deveria estar concluída, mas nem iniciou. Então é necessário olhar para isso porque há 20 anos essas famílias vêm sofrendo, vêm recorrendo a esse auxílio que agora é definitivo, depois que essas casas, uma dessas casas ser destruída por completo. E a gente clama aqui, eu clamo para que os DMAE se sensibilize e vá até lá observar, porque são idosos, são crianças, são seis famílias que estão vivendo num espaço sem dignidade alguma, sem cuidado nenhum, sem nenhum tipo de proteção nesse período em que o Município não nos dá retorno, nesse período em que o DMAE não dá nenhum retorno, nesse período em que eles ficam totalmente jogados à própria sorte. É desumano pensar que essas condições são as únicas condições impostas, novamente digo, a idosos e crianças num período tão crítico e tão duro, como o da pandemia, considerando que nesse espaço, o IPTU vem sendo cobrado, os impostos estão em dia e as pessoas só querem o mínimo, o básico, que é a casa. Eu fico muito indignada diante desse fato, desse caso específico porque as pessoas estão lá sem saber o que fazer, sem ter aonde recorrer, porque aqueles que foram lá, o DMAE e o DEMHAB não fizeram absolutamente nada para solucionar esse problema. Devem estar esperando que venha mais uma chuva, nesse tempo de inverno, para que aconteça uma tragédia, perdendo vidas, para que depois nós recorrermos a outras instâncias, e depois falaremos que poderia ter sido evitado. É isso? Pelo menos digam que é isso. E assim a gente vai ter a certeza que a negligência foi completa. Isso é um desrespeito, um descaso com a população que paga os seus impostos.

Também quero aproveitar esse espaço para falar a respeito de um indicativo, uma indicação que nós fizemos para a aplicação de testes rápidos semanalmente nos trabalhadores da educação, o que foi aprovado. Esse indicativo foi solicitado também com base no especialista de epidemiologia do Hospital de Clínicas, o Dr. Eduardo Sprinz, que fala que não adianta nada ser de 21 em 21 dias, que precisa ser reduzido, para que a gente possa realmente ter controle do contágio. Essa indicação concretiza, para nós, a segurança da comunidade escolar. Nós estamos pautando aqui protocolos que venham assegurar o mínimo do cuidado. Então, nós acreditamos que essa é uma forma possível de garantir essa segurança sanitária e pedagógica para os profissionais, para os educadores e para todos aqueles de toda a comunidade escolar. Espero que a gente possa sensibilizar os colegas dessa situação tão dura que vivem os moradores da Vila Jardim, porque é a negligência estampada diante daquele espaço que está lá diante de nós. A indignação soma diante do descaso de algo que já deveria estar resolvido. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra uma Comunicação de Líder.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas. Subo nesta tribuna, em nome da liderança do PSOL, para complementar o informe da Ver.^a Daiana Santos. Nós estivemos, nesse final de semana, com as chuvas intensas que abalaram nossa cidade, na sexta-feira, na casa das famílias dos moradores do bairro Vila Jardim. E é importante colocar sobre um dos primeiros problemas do nosso Município, porque foi remetido a esta Câmara de Vereadores, vários vereadores foram notificados pelas famílias que pediram ajuda e socorro em relação a um a galeria de contenção de água de chuva que desabou. Tem uma questão de regularidade ali em cima? Tem, as famílias construíram suas casas em cima de galerias, mas, ao mesmo tempo tem uma omissão por parte do Município de Porto Alegre que nunca notificou aquelas famílias em relação ao risco que elas estavam correndo. E não notificou não somente as famílias como também o bairro que está construindo em cima de tubulações e de galerias, de forma irregular. A Prefeitura nos colocou uma situação do tipo 8 ou 80. Ou desmancha todas as casas que estão em cima das galerias de contenção de água da chuva ou então vai permanecer o risco que está colocado hoje, inclusive risco de vida, porque eles não vão demolir a estrutura das casas. Colocou essa situação para as famílias. Isso foi em março. Houve uma reunião com o Dr. Alexandre, do DMAE, houve uma reunião com o secretário Cassio Trogildo, houve uma reunião com o André Machado, do DEMHAB, a diretora Kátia, da FASC, e dali se encaminhou uma mediação. Dessa mediação de março, a nossa preocupação era justamente essa, vai começar o inverno, vai começar a época das chuvas, e as casas vão demolir e impactar mais cinco casas no entorno das casas da Vila Jardim. Isso é um problema coletivo, não é um problema só de uma família, é um problema de um bairro que está construído em cima de tubulações, de forma irregular. Precisamos que o DMAE desvie essas tubulações, que é mais fácil do que desalojar cinco famílias de suas casas, que o DMAE faça uma obra e desvie essas tubulações da água da chuva, da água do esgoto. Só que a gente não conseguiu, desde março, chegar numa autorização para que se iniciassem as obras. E, ontem, como foi relatado pela Ver.^a Daiana, a família estava desesperada, porque novamente choveu, inundou mais um metro dessas casas para cima. São pessoas idosas, são pessoas com diabetes, com pressão alta, são pessoas que estão desalojadas, recebendo R\$ 500,00 de aluguel social da Fundação de Assistência Social e Cidadania. A gente sabe muito bem que não se aluga lugar nenhum nesta cidade com esse valor. São pessoas que têm suas casas, como o Sr. Almerindo, amigo do Ver. Ferronato, que paga R\$ 2.800,00 de IPTU e toda a vez que chove a sua casa inunda e há risco de desabamento do seu chão. Então é disso que nós estamos falando. Não estamos falando de pessoas que estão em área irregular, não estamos falando de pessoas que não pagam seus impostos. Estamos falando de pessoas que estão desassistidas desde janeiro, sem uma resposta objetiva por parte do DMAE em relação a fechar aquela galeria de água, porque toda a vez que chove inunda, com risco de desabamento, com risco de impactar mais cinco casas no entorno. Então, é um problema nosso, vereadores. Já coloquei no grupo dos vereadores

no final de semana, apenas o Ver. Jessé se manifestou, perguntando onde ficavam as residências que estavam inundando. Eu acho que isso demanda uma mobilização maior, sobretudo dos vereadores da base do governo para que as coisas andem, para que achem um caminho, para que a gente consiga a partir de uma mediação no Cejusc, o Tribunal de Justiça, agora com essa função do raqueamento do sistema, todas as agências estão interrompidas, mas ali é um caso urgente, porque envolve vidas. A gente sabe que, na próxima chuva que tiver, a estrutura vai ruir, e a gente não quer que ocorra uma morte para aí ocorrer alguma sensibilização por parte do poder público. Então, desde março, estamos avisando o secretário Cassio Trogildo que vai chover e a estrutura vai ruir. Nós estamos em maio, entrando em junho, e as famílias estão lá, desamparadas. Isso diz muito sobre a forma como se tratam os trabalhadores da nossa cidade, isso diz muito como a forma da política é operada. Para os amigos do rei, tudo; para os amigos da oposição, nada. Então a gente precisa, sim, de uma força conjunta para mobilizar o DMAE, assumir a responsabilidade que tem em relação àquela obra e efetivar algo antes que aconteça uma tragédia. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Boa tarde, Presidente; boa tarde colegas vereadores e vereadoras. Faço aqui um alerta para os servidores públicos municipais de Porto Alegre, chegam informações de que a discussão do Previmpa pode se iniciar no dia de hoje, rompendo a tradição de diálogo, rompendo uma tradição de tempo dos procedimentos internos desta Casa. É importante que nós tenhamos muito claro na nossa percepção: quando alguns grupos de políticos criticam os servidores públicos, querem privatizar tudo, falam que os servidores públicos não trabalham, que não prestam um bom serviço, na verdade, o que se está disputando, neste momento, é a ocupação de cargos de confiança junto à administração municipal, é dessa forma que se garante a maioria dos votos na Câmara de Vereadores. É importante, mais uma vez, que todos os trabalhadores e trabalhadoras do Município, que todo contribuinte, que todo cidadão e cidadã de Porto Alegre saiba como funciona a política do toma lá dá cá. Muito se fala que essa é a velha política, que temos de eleger novos nomes, eleger legendas focadas numa administração ágil, empresarial, e nós vemos, na verdade, que o objetivo final é ocupar cargos públicos pagos com dinheiro público, com os impostos, para colocar os seus aproximados, aqueles que podem ser facilmente controlados e que não têm direito algum, que podem ser demitidos no primeiro momento em que decidem se levantar contra algo que não concordam ou contra o ataque aos seus direitos. Isso faz com que a sociedade tenha um serviço de menor qualidade quando é prestado nessas circunstâncias, por isso que nós defendemos o serviço público de qualidade. Nós não somos contrários a qualquer tipo de administração que tenha como objetivo prestar um serviço melhor à população, fazer ajustes em relação ao serviço público que é prestado.

Agora o que nós não aceitamos é o ataque frontal aos trabalhadores e trabalhadoras que dedicam a sua vida neste Município para prestar um serviço de valor inestimável nas escolas, nos serviços de saúde, nos serviços prestados à população. E, com certeza, o que nós veremos nos próximos dias aqui nesta Casa é mais uma afronta que já vem lá do governo Bolsonaro, passa pelo governo Eduardo Leite e chega então no prefeito Sebastião Melo que quer, de forma totalmente autoritária, apresentar este projeto, neste momento de pandemia. No momento em que temos o aumento de 17% de casos na média móvel no Estado, nós vemos claramente um aumento de casos da Covid aqui em Porto Alegre, e é nesse momento que está se trazendo para esta Casa essa pauta; ao invés de estarmos debatendo vacina, ao invés de estarmos debatendo renda básica, nós estamos debatendo o fim de qualquer garantia do servidor público. Isso está vinculado à PEC nº 32, que tem como objetivo acabar com a estabilidade do servidor público para que políticos, empresários não sejam mais investigados por seus atos de corrupção, ataca frontalmente os policiais e todos os órgãos investigativos. Então, muito alerta à população do Brasil, do Rio Grande do Sul e de Porto Alegre que não podem mais cair nesse tipo de discurso. E eu peço encarecidamente que os colegas municipais façam mobilizações e demonstrem que estão mobilizados, que estão atentos e que não aceitarão esse tipo de coisa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Presidente. Eu pedi a palavra até para poder fazer um debate saudável público com a Ver.^a Karen Santos. A Ver.^a Karen trouxe aqui um daqueles temas que eu acho que são fundamentais, na verdade, que nós possamos, na Câmara de Vereadores, discutir e apontar os problemas e buscar as soluções. Mas eu faço aqui um convite à Ver.^a Karen, bem como à bancada do PSOL, para que nós possamos ver e analisar esses problemas da cidade, buscar e identificar o porquê que eles acontecem e quais são as soluções viáveis, possíveis de nós termos efetivamente o problema resolvido na nossa cidade. A Ver.^a Karen Santos traz um tema e me somo a ela, solicitando ao DMAE, solicitando ao governo municipal o encaminhamento e uma saída jurídica, inclusive para a situação que essas famílias estão enfrentando na Vila Jardim, para que a gente possa ter um encaminhamento. Claro que a solução, quando se trata de obras de drenagem, não é algo simples, não é algo que vá se resolver do dia para a noite, até mesmo porque exige, muitas vezes, um investimento de recursos elevados para poder fazer o desvio, ou mesmo o projeto, porque não é simplesmente fazer um desvio de uma galeria, de uma rede de drenagem dentro de determinado bairro. E, como a própria Ver.^a Karen colocou, nós temos o problema de construções irregulares sobre galerias, e isso acontece tanto em bairros de classe média, classe média alta como também em comunidades inteiras que, muitas vezes, infelizmente, agentes políticos incentivam a invasão de terra pública

e privada, colocando as pessoas em condições indignas de moradia, inclusive oferecendo risco as suas vidas e as vidas de suas famílias, onde o poder público fica engessado legalmente de poder realizar investimentos na área de saneamento já que, se o gestor público determinar que seja executada determinada obra de drenagem, por exemplo, numa área irregular, ele acabará respondendo aos órgãos de controle como o Tribunal de Contas, o Ministério Público, no seu CPF, devido ao investimento público realizado numa área que ainda está envolvida num imbróglio jurídico. E especificamente na Vila Jardim e também aqui na Ipiranga, no jardim Ipu, Jardim Sabará, Mauro Pinheiro, toda aquela área, em toda aquela área, nós não temos o separador absoluto, que é a rede cloacal. Portanto, todo o esgoto das casas das pessoas, das empresas vai direto para a rede de drenagem que originalmente deveria receber apenas a água da chuva. Quando a rede de drenagem é projetada e executada, justamente porque deveria receber apenas a água da chuva e acaba recebendo o esgoto das residências, das casas, os gases oriundos do esgoto e a própria composição do esgoto das casas acabam fazendo com que um processo de envelhecimento precoce muito mais rápido dessas redes ocorra, e situações como essa acontecem devido às redes não terem sido planejadas para receber o esgoto cloacal. E qual é a solução para isso? A solução para isso é o que nós já encaminhamos na gestão passada: a concessão do saneamento na nossa cidade. Nós temos um déficit de mais de R\$ 4 bilhões em drenagem urbana e um déficit gigantesco também na questão do tratamento de esgoto na cidade, onde tratamos apenas 54% de todo o esgoto de Porto Alegre. E por que isso tem um caso direto com a situação dessas famílias? Porque a situação dessas famílias se repete não apenas na Vila Jardim, mas em diversos outros bairros da cidade onde as redes de drenagem não comportam o recebimento do esgoto cloacal, e nós não temos, no médio, muito menos no curto prazo, qualquer possibilidade de realizar um investimento gigantesco na cidade para que nós tenhamos separador absoluto em todos os bairros, portanto, a universalização do esgoto e assim fazer com que o investimento na rede de drenagem seja permanente. Então, é fundamental nós buscarmos, Presidente, a solução para casos específicos, concretos como o caso dessa família e das outras cinco famílias que a cercam, mas também pensarmos a cidade do futuro e como evitar que isso aconteça na próxima década, nas próximas duas décadas e na cidade dos nossos filhos e netos que ainda estão por chegar. Então, a concessão do esgoto, já dentro dessa incorporação que nós realizamos na gestão passada dos serviços e obras do antigo DEP ao DMAE, sem sombra de dúvidas, virá também agregar a drenagem e fazer com que nós tenhamos aí, sim, um investimento concreto na prevenção desse tipo de situação, para que não se repita. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde, Vereadores, meus colegas; boa tarde, Presidente; boa tarde às pessoas que nos acompanham a partir da TVCâmara. Eu venho a esta tribuna com muita indignação porque os brasileiros hoje acompanham, a partir da CPI da Covid, um *show* de horrores, que nos entristece, que nos revolta e que questiona o Parlamento brasileiro, questiona as Casas Legislativas, e coloca em xeque a credibilidade da política brasileira. É um *show* de negação, é um *show* de corrupção e de falta de compromisso com a vida dos brasileiros e brasileiras que são abatidos pela Covid, mas também pela negligência de um chefe de estado que deveria ser o guardião do seu povo. Todos os chefes das principais nações do mundo se encontram na linha de frente em defesa da vida, lutando por vacina, lutando para que o povo não passe fome e combatendo a desigualdade social que, neste período de pandemia, ficou ainda mais evidente. Ela sempre existiu, aliás ela existe há bastante tempo, mas que se aprofundou no último período.

E acompanhando as manifestações do final de semana, nós ficamos horrorizados, porque não basta quase meio milhão de mortes, não bastam tantas famílias que perderam os seus entes queridos e que choram porque nunca mais vão poder retomar a vida dos seus familiares e que têm no final de semana o Presidente sem máscara, liderando uma multidão, se comprometendo ainda mais com a negação, com a negligência e com a falta de vacina que se intensifica no Brasil inteiro.

Eu não sei se os colegas acompanharam, mas, desde a semana passada até o dia de hoje, eu percorri alguns postos de saúde que não tinham a informação exata de onde estavam oferecendo a primeira dose da vacina, e as pessoas ficavam rodando os postos de saúde até encontrarem então um *drive* que oferecesse a vacina, até entrarem um posto que pudesse oferecer a vacina da primeira dose. É inadmissível porque, neste momento em que nós temos um agravamento, a chamada terceira onda da Covid, que abate inclusive vereadores desta Casa, nós temos também a negligência e a falta de organização por parte do Executivo desta cidade. É inadmissível que nós não tenhamos uma organização que dê conta desse período tão intenso, ou o nosso único compromisso é com essa dita economia que cria uma contradição absurda como se tivesse economia sem vida? E essa ideologização que falam de que a esquerda faz, mas na verdade quem faz são os negacionista que não apresentam alternativa para o povo brasileiro, que não dão condições de as pessoas se cuidarem. Quero valorizar inclusive a classe artística que se coloca neste momento num lugar importante, a Fátima Bernardes, que é apresentadora brasileira, no final de semana, se solidarizou com os brasileiros e brasileiras e se colocou ao lado da vida e disse: “você não estão sozinhos”. Algo que o chefe desta Nação deveria estar fazendo, mas infelizmente está comprometido com o genocídio do povo brasileiro. Afinal, a dita missão, a missão cumprida era essa, era matar o povo, era negligenciar vida, era fortalecer a desigualdade que privilegia determinadas classes brasileiras. Então, é importante dizer inclusive que esse mesmo negacionismo chega em Porto Alegre, porque se apresenta aqui na oferta de cloroquina, quando muitos lugares, muitas entidades, organizações médicas se colocam no lado oposto; enquanto nações inteiras se colocam no lado oposto, o Brasil se coloca num lugar inferior porque está comprometido com o negacionismo. E é inadmissível que

essa falta de compromisso se faça presente, não só no Brasil, mas se faça presente aqui em Porto Alegre. Esta Casa Legislativa deveria estar lutando para que todos e todas tivessem vacina; para que todos e todas tivessem auxílio emergencial; para que fosse simples chegar a um posto de saúde e efetuar uma testagem rápida. Mas infelizmente uma parcela de vereadores e vereadoras está comprometida com uma outra parcela da cidade. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Leonel Radde está com a palavra.

Vereador Leonel Radde (PT): Sr. Presidente, o SEI está fora do ar, então, solicito a suspensão da sessão até ser regularizada a situação porque a gente não está conseguindo protocolar nossos requerimentos. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Está registrado o seu requerimento. Nós estamos vendo com a área técnica e já o informaremos.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhoras e senhores vereadores, hoje é uma data especial para o povo cigano, para o povo de umbanda. Hoje é o dia de Santa Sara, uma santa cigana que esta Casa incluiu no calendário, no dia 21 de outubro de 2019. Então, hoje faz parte do calendário oficial de Porto Alegre essa homenagem a essa santa que representa todo o povo cigano. Que o povo cigano traga a todos muito amor, muita paz, vitórias e riquezas para todas as pessoas que nos escutam e que estão aqui no dia de hoje.

Eu quero falar, em liderança do meu partido, sobre um preconceito que se viu, essa semana, na televisão, nos jornais, nos rádios, nas redes sociais e em todos os lugares. O preconceito com uma criança autista que foi retirada de dentro do avião, uma criança autista que não queria usar máscara, e os imbecis, os hipócritas não sabem que uma criança autista é especial. Como retirar uma criança de um avião? Já aconteceram vários fatos aqui, no Brasil, quando segurança de supermercado não permitiu que uma mamãe entrasse com seu filho, dizendo que ela era uma mãe irresponsável, porque não estava obrigando seu filho mal-educado a usar máscaras. Isso já aconteceu também em outros estabelecimentos, o preconceito com a criança autista. O autismo não está visível, um autista fisicamente é normal, mas o preconceito é grande, muito grande, o preconceito é grande e se inicia na própria família, e isso se estende na escola, se estende no mercado de trabalho, se estende para a vida inteira. O autismo não tem cura, o autismo é *ad aeternum*, ele tem melhoras, evoluções dentro do espectro. Nenhum autista é igual ao outro, nenhum autista tem identificado, na sua aparência, o autismo; ele pode estar normal, andando normalmente, fazendo suas atividades normalmente e, daqui a pouco, vem o gatilho que dispara uma síndrome nesta criança, um desespero

nessa criança. Então, vemos essas coisas absurdas no supermercado, em lojas, na rua; as pessoas exercendo o seu preconceito, dizendo que essas crianças são, muitas vezes, mimadas ou mal-educadas. Nenhum autista é igual ao outro, nenhum; todos têm as suas dificuldades, as suas deficiências e nenhum jamais terá um espectro igual ao outro. Além disso, nós temos uma lei, e já existe, no Congresso Nacional, um projeto de emenda a esta lei, determinando que as escolas atendam os autistas e estabelecendo multa de até 20 salários mínimos. Só que o preconceito vem lá do plano de saúde; um pai, uma mãe faz o plano de saúde, depois ela fica grávida, vem a criança, e aí essa criança já recebe o preconceito, pois essa criança não consegue fazer a terapia, fazer o tratamento dentro do plano de saúde. Já temos milhares de ações ajuda ajuizadas no judiciário exigindo isso. Outro preconceito, discriminação grande para com os autistas, é no mercado de trabalho. O mercado de trabalho, quando vê que o jovem, que o adolescente, que o adulto tem o espectro de autismo, também, tem esse preconceito.

A nossa Prefeitura de Porto Alegre já tem um grupo de trabalho, envolvendo três secretarias, que está estudando a criação de um centro de referência do autismo que vai atender essas crianças, jovens, adolescente e adultos e, principalmente, a mãe dessas crianças. Essa pessoa, quando sofre o preconceito, está no seu mundo, está vivendo no seu mundo, o mundo de um autista, mas quem sofre com esse preconceito que, muitas vezes, está lá no aplicativo, está lá no transporte, está no shopping, está no supermercado, está no avião, é a mãe; é a mãe que sente na pele a discriminação no seu filho. E a nossa cidade caminha a passos largos para entregar à população de Porto Alegre um centro de referência do autista, baseado na Secretaria de Saúde, na Secretaria de Educação e na Secretaria de Assistência Social; é um tripé para a família autista, é um tripé necessário, para que os autistas tenham um centro de referência. E o nosso prefeito Sebastião Melo encaminha ainda, nessas três áreas, um censo, no município de Porto Alegre, através dessas áreas, para sabermos o número de autista que temos em Porto Alegre. A Educação já apresentou um número em torno de 28%, e a Assistência Social apresentou um número em torno de 25%. Então, nós precisamos ver onde estão essas famílias, onde estão essas crianças, onde estão esses adultos, onde estão esses jovens e, principalmente, onde estão essas mães. Esse é o compromisso assumido pela cidade de Porto Alegre que está sendo cumprido, contra o preconceito às crianças e às famílias de autismo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) O Ver. Roberto Robaina está desconectado.

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, fui pego de surpresa, não tinha lido que estava inscrito no Grande Expediente, então, vou aproveitar para falar sobre alguns temas que acho importante, inclusive estou digitando um texto, junto com minha assessoria, para encaminhar ao Executivo sobre a questão do arroio Dilúvio e das barragens que o alimentam, bem como a foz do arroio Dilúvio que é um problema em função do assoreamento histórico que a gente percebe ao longo dos anos. Na quinta-feira, pela Comissão de Saúde e Meio Ambiente, da qual eu sou presidente, nós tivemos a oportunidade de visitar a barragem do Parque Saint-Hilaire que é de propriedade do DMAE, mas que se encontra no território do Município de Viamão. Foi passado para nós o histórico da barragem, ela foi construída, por que servia como local de captação de água para o abastecimento da cidade de Porto Alegre, mas, como ela pertencia ao Município de Viamão, na questão da territorialidade, o Município de Porto Alegre, através do DMAE, resolveu comprar para poder utilizar com maior segurança aquele que era um dos principais pontos de coleta de água para o abastecimento da cidade de Porto Alegre, através do DMAE. Entretanto, com o avanço da tecnologia de bombeamento de captação e de tratamento, a cidade de Porto Alegre foi buscando outros pontos para captação, inclusive, também, com o avanço da urbanização na Zona Leste de Porto Alegre - de onde me inclui, sou nascido e criado na Santa Isabel -, acabou que esta urbanização, de modo irregular, contribuiu para a poluição daquelas águas. A gente sabe que, muitas vezes, essas instalações irregulares acabam fomentando também o esgoto cloacal sem tratamento, o que acabou também, contribuindo para tornar aquela água imprópria para o consumo. Economicamente, essa barragem acabou perdendo o sentido para a cidade de Porto Alegre, entretanto ela existe, e o DMAE não tem mais interesse em mantê-la como fonte de captação de água. Por vontade do DMAE, seria feito o desmanche da barragem, a desestruturação dela, porque ela não cumpre mais a função para a qual ela foi construída. Entretanto, isso tem implicações ambientais, porque, embora a barragem seja artificial, o contexto do meio ambiente ao redor já se adequou à nova realidade.

Nesse sentido, nós temos um problema aqui, na cidade de Porto Alegre, porque ela é proprietária de um território que possui uma barragem, e a empresa pública municipal de Porto Alegre não tem mais interesse em manter a barragem. Entretanto, essa barragem está em outro Município, mas é de propriedade do Município de Porto Alegre, através do DMAE. A intenção do DMAE é a de não continuar mantendo essa barragem. Então, a sugestão que está surgindo é a de transformar a barragem do Parque Saint-Hilaire num parque ambiental que estaria submetido a um outro sistema, que não o de barragem para fins de abastecimento. Então, esse é um tema bastante interessante que foi trazido para a Comissão. É um problema que já se arrasta há anos e, infelizmente, esse problema não é de fácil solução. Por exemplo, quem faz a gestão das árvores e do assoreamento da barragem do Parque Saint-Hilaire? O Município de Porto Alegre, que é a proprietário da área, através do DMAE. Então, quem faz intervenção na barragem e no Parque Saint-Hilaire é o Município de Porto Alegre através da Secretaria do Meio Ambiente que faz as intervenções, que faz as podas. Quem emite as licenças

ambientais para fazer as intervenções no Parque Saint-Hilaire? O Município de Viamão. Então, é óbvio que a comunicação entre as duas cidades, para fazer a manutenção, não é tão fácil, tão fluída quanto seria dentro do Município de Porto Alegre. Inclusive, com relação à ocupação das margens pelas pessoas que acabaram se instalando ali ao longo dos anos, existem alguns procedimentos do Ministério Público para fazer a intermediação da solução de um problema que é de dois municípios, mas que nenhum dos dois municípios têm vontade, têm ímpeto, têm interesse em intervir, porque a gente sabe que qualquer tipo de intervenção que implique a remoção de pessoas acaba sendo algo muito custoso. Como não é um problema momentâneo, não é um problema que vai acabar estourando agora, é óbvio que acaba acontecendo de os municípios, historicamente, deixarem esse problema para mais adiante. Mas pode acontecer - e esse é o medo dos moradores, inclusive o Ver. José Freitas estava lá nos acompanhando -, é um problema, o que pode, se tiver algum tipo de cedência do vertedouro, acabar gerando, o que acaba acontecendo ao longo dos anos, eventualmente, alagamento ou mesmo algum tipo de morte ou desabamento de alguma residência, de casa em função desse problema.

Então, só queria aproveitar esse tempo de Grande Expediente para fazer esta contribuição para os vereadores saberem que a Comissão de Saúde foi, recentemente, na barragem do Parque Saint-Hilaire fazer essa vistoria. Como a nossa Comissão é de saúde e meio ambiente, nós temos que alternar entre visitas na área da saúde com visitas na área do meio ambiente, e essa foi a nossa primeira visita na questão do tema do meio ambiente, que é um tema muito importante para a cidade de Porto Alegre.

Só para esclarecer, o arroio Dilúvio tem suas nascentes no Município de Viamão, sendo cerca de 80% na barragem do Parque Saint-Hilaire e cerca de 20% da barragem do Morro Santana, que é uma segunda barragem de menor volume, mas também com grandes problemas ambientais, dentro do Campus do Vale da UFRGS. Quem já foi no Campus do Vale da UFRGS e pegou os ônibus Agronomia, T8, T10, o Campus Ipiranga ou BarraShoppingSul, que fazem aquele retorno ao redor do IPH, já deve ter percebido um odor naquela barragem. Aquela é a barragem do IPH, cujas nascentes estão no topo do Morro Santana. Morro Santana no qual, eventualmente, fazemos caminhada nas nascentes do arroio Dilúvio. Então, a gente vai fazer, em breve, um novo passeio lá. Essas são as duas principais barragens que servem como acúmulo de água que vertem para o arroio Dilúvio, e esse acúmulo, tanto de esgoto quanto de areia, de terra que vem do Município de Viamão, acaba, ao longo de todo o arroio Dilúvio, gerando esse assoreamento que vemos ao longo do arroio Dilúvio e que se acumula na Foz do Guaíba, junto à Edvaldo Pereira Paiva com a Avenida Ipiranga. O que acontece? Esse acúmulo de terra - Viamão tem muitas estradas de chão batido, e a manutenção é feita com a saibramento - acaba vindo para barragem, acaba vindo para o Dilúvio e acaba se acumulando aqui na foz do arroio Dilúvio com o lago Guaíba. O que é isso acaba provocando? A dificuldade no escoamento da água durante os dias de chuvas intensas. O que estamos sugerindo, e por isso eu estava, de maneira efusiva, digitando no computador, enquanto ouvia as falas, as intervenções dos colegas? A gente está sugerindo ao Poder Executivo que a Prefeitura tenha uma licitação pronta, a

contratação já acertada, para que, quando nós tenhamos um período de estiagem, como o que nós tivemos no final do ano passado e que gerou a demonstração daqueles acumulo de terra na foz do arroio Dilúvio, se possa fazer o desassoreamento daquele local. Naquele local, como tem muita terra parada no final do arroio Dilúvio com a Av. Ipiranga, junto à foz do Dilúvio com o Guaíba, infelizmente, temos um obstáculo à fluência da água que pode gerar alagamento ao longo de todo o arroio Dilúvio na cidade de Porto Alegre. Então, é uma sugestão muito importante que já tive a oportunidade de externar para o prefeito, naquela ocasião em que foi feita um mutirão de limpeza de lixo junto à foz do arroio Dilúvio com o Lago Guaíba. Quando nós tivermos um longo período de estiagem, é importante que a licitação já esteja pronta para que possamos, de maneira ágil e pontual, fazer a remoção daqueles obstáculos de areia que atrapalham o escoamento da água. Como a gente sabe que a contratação do poder público é muito lenta, se nós não estivermos preparados agora, vai acontecer de nós perdermos mais uma vez a oportunidade de limpar aquele local que acaba gerando risco de alagamento para toda a Av. Ipiranga.

Obrigado pela oportunidade, Presidente. Quem quiser se somar a essas discussões pode participar das nossas reuniões da COSMAM. Estou pedindo, através da nossa assessoria, para que possamos participar dos debates, dos processos, junto ao Ministério Público que está tentando fazer uma mediação de diálogo entre os Municípios de Viamão e de Porto Alegre para esse problema, que é um problema de todos. Como sabemos, a água não tem fronteira, então, a gente precisa de uma solução integrada. Obrigado

(Não revisto pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Obrigado. O Ver. Jonas Reis está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Ver Hamilton, que preside os trabalhos. Neste tempo de Grande Expediente, quero centrar o debate na Previdência. Previdência, o que é a Previdência para quem serve a cidade como servidor público ao longo de décadas? Décadas! Décadas se dedicando a abrir buracos, consertar encanamento, colocar rede de esgoto, rede de água para garantir que um milhão e quinhentas mil pessoas tenham água potável todos os dias nas suas torneiras! Esse é o trabalhador do DMAE. Esse é o servidor que prestou concurso e foi lá e contribui sagradamente com o Previmpa, para quando chegar a sua idade, pelo contrato que fez com a Prefeitura, possa ficar na sua residência, gozando da sua aposentadoria, porque já lutou muito, defendendo o cidadão de Porto Alegre para garantir esse bem universal, que é a água. Pois bem, está aí o governo Melo que quer lhe tirar esse direito, quer deixá-lo lá dentro do DMAE, sucateado, mais um tempo; não quer criar vagas. Não quer criar vagas de emprego público! Quer manter servidores que já estão com 35 anos, 38 anos, 32, 30 anos de serviço; e de idade, nem se fala! E no DMLU, então? Os garis? Não! Com os garis o Melo não quer conversa! O governo não quer conversa. Lugar de

gari é no DMLU! Fiquem lá, varrendo ruas; fiquem lá, recolhendo o lixo, que nós vamos, agora, aqui na Câmara e no governo, aumentar a idade para o senhor se aposentar só daqui a um tempo, completar lá os 105 pontos, os 96 pontos. Porque agora é com pontos, não é? Agora complica mais ainda a mente do trabalhador, da trabalhadora! Não! E o que se dirá do HPS? Já perderam a insalubridade no governo Marchezan, perderam 20% de insalubridade – golpe na mesa! Na mesa de trabalhadora, da técnica de enfermagem, enfermeiros, do médico. Golpe na mesa, porque eles estão há cinco anos com arroxo salarial. Não, o governo Melo não quer saber do HPS. Fiquem lá e vão recebendo os pacientes de Covid agora. Porque o negócio é trabalhar, trabalhar e esperar. Espere bastante tempo para se aposentar, técnicas de enfermagem do HPV, do Postão da Cruzeiro. Isso! Apodreçam esperando! Essa é a reforma do Marchezan, que o Melo pegou no colo! Porque o PELO é de 2018. O Melo pegou no colo e está embalando, para golpear o Previmpa, para golpear as trabalhadoras, os trabalhadores. E o que se dirá da educação? Hoje os professores se dedicam a educar gerações. As monitoras, então, que estão inclusive cumprindo o papel de professoras em muitas escolas de educação infantil! Vão ter que pagar um longo pedágio! Um longo pedágio, porque ousaram ser trabalhadores honrados do serviço público; porque ousaram construir a educação, neste Município, ao longo de décadas; porque ousaram abrir mão do seu Fundo de Garantia para serem servidores públicos e não da iniciativa privada. E agora vem o golpe: 57 anos. Apodreçam esperando para se aposentar! O golpe é fundamentalmente nas mulheres; são elas que vão pagar a conta dessa reforma maldita, amaldiçoada – essa é a palavra! Uma reforma amaldiçoada, porque o Previmpa, com quase R\$ 3 bilhões, é dinheiro em tonelada! O Previmpa é saudável, administrativa e financeiramente saudável! Mas o governo vai para a mídia dizer: “O Previmpa está mal, está doente! Olhem aqui...” E aí fala para os quatro cantos de Porto Alegre. A quem assiste ou escuta àquela propaganda no jornal, na rádio, Presidente Bins Ely, parece que é uma verdade! Parece que passou um terremoto e destruiu a Previdência. Não tem mais. Se não arroxar o trabalhador, se não sentar a lenha no lombo deles, não tem solução. E aí, demonizam quem constrói o posto de saúde. Você, cidadão, que vai lá e é atendido, toma vacina, agora, H1N1, está tomando a vacina da Covid nos postos públicos da capital, o famoso postinho. Esse trabalhador que está no postinho vai ser mais um pouco escravizado pela mão do governo Melo. Não é mais pelo Marchezan; é parecido, não é? Parecido. Está muito semelhante, povo de Porto Alegre! Está muito igual! Às vezes eu penso que o processo eleitoral foi uma dobradinha: saio eu, que estou muito queimado aqui, Marchezan Júnior, e entra você, Sebastião Melo, que não está queimado, está bonito, está ajeitado para o povo de Porto Alegre, e a lenha continua no lombo do trabalhador! Arroxo salarial de cinco anos. Serviços públicos são uma tragédia! Passei na frente do antigo Estádio Olímpico, ontem, de tarde. Tive que fazer um pedido de providências, ninguém me pediu. Uma cratera! Uma cratera com cinco cavaletes, Ver.^a Reginete! A cratera está engolindo os cavaletes. A Prefeitura vai lá, bota os cavaletes e a cratera vai engolindo. E ninguém resolve. Não é de ninguém aquele buraco! Os servidores da Prefeitura, sobrecarregados de tanto trabalho, não dão conta das demandas! Falta RH! Estão sucateando o serviço

público sem concurso. E esses que estão lá estão segurando, estão segurando a peteca! É. Mas esses que estão segurando a peteca agora não importam! Agora eles não servem! Na eleição, o Sebastião foi lá na Guarda Municipal e disse: “Eu estou com vocês! Estou com vocês!” E agora, está aqui com eles: a reforma da Previdência – lenha no guarda municipal também! Também fica bastante tempo aí! Fica lá! Vai tratando da segurança de Porto Alegre por bastante tempo! Aposentar? Não! Vai se aposentar depois! Não precisa se aposentar! Porque eles estão tratando, agora, nesses discursos neoliberais, como se aposentadoria fosse luxo; não é mais direito. Então, é uma vergonha o que a gente vive em Porto Alegre, dizendo... Tem gente que vem para a tribuna e diz assim: “Olha, o regime simples, ele come do caixa da Prefeitura...” Mas ele tem que vir do caixa da Prefeitura! Porque a Prefeitura levou tantos anos e nunca organizou o Previmpa! Graças ao PT, nós temos o Previmpa hoje; e o regime capitalizado dá R\$ 3 bilhões, bem administrados pelos servidores públicos! Servidores públicos, parabéns! Palmas para vocês! Vocês não só fazem água potável de qualidade, educação de qualidade, saúde; vocês fazem a gestão desta Prefeitura. Hoje mesmo vieram dizer daquela tribuna ali: “Parabéns à escola de gestão!” Quem faz são os servidores públicos! Mas aí, está em tramitação na Casa uma paulada nas costas desses servidores públicos. Para implementar políticas públicas, eles servem; eles servem. Agora, para terem direitos, não! Direitos, não; só deveres! O neoliberalismo só quer os deveres. Cumpram seus deveres. Direitos? Direitos, não! Privilégios para a classe política. A classe política tem privilégios! Tem! Tem carros oficiais lá na Prefeitura, CCs, nomeação de CCs a toda hora. E não é CC pequeno! Não, estamos falando de R\$ 2 mil! Não! Estamos falando de R\$ 8 mil, de R\$ 10 mil, de R\$ 12 mil, de secretarias novas que o governo Melo começou em janeiro. E quem vai pagar a conta desses CCs? Vocês, municipais! Você, municipal, professora, mãe que trabalha 60h para garantir uma renda na sua residência; para pagar o gás caro, que essa turma bolsonarista está transformando – gás e gasolina – em artigo de luxo! Eles também estão em Porto Alegre, eles também estão aqui prontos para votar contra você a reforma da Previdência, como os partidos deles votaram lá, em Brasília. Lá em Brasília, deram um golpe, com a PEC de 2019. E aqui também querem dar um golpe! Porque vivem de golpes! Trabalhar, não! Trabalhar eles não querem! Eles têm ojeriza a trabalhar! Quer dizer, eles trabalham, ali, uns 45 dias, no ano eleitoral, pedindo voto. Aí, sim, esse que é o trabalho. Agora, trabalhar para construir cidadania para o povo de Porto Alegre, não! Eles votam, aqui, contra o povo! Eles, aqui, viram as costas para o povo! Porque aqui eles querem colocar trabalhador contra trabalhador também. Às vezes, eles colocam os terceirizados com os servidores de carreira, ficam dizendo que a iniciativa privada já fez. Não! O que fizeram em Brasília foi um golpe, foi um assalto à Previdência do Brasil, porque eles não atacam os sonegadores que devem para o Fundo de Garantia, os que devem para a Previdência Social brasileira, os grandes empresários que viajam por aí, os sonegadores, como esse aí da Havan, que agora até caiu, no Rio Grande do Sul, uma estátua; o vento minuano derrubou a estátua dele lá, sonegador. Esses aí não são cobrados pelo erário. Em Brasília não cobraram. E aqui em Porto Alegre, quando tem o direito e teriam o dever de fazer o seguinte, eles têm o dever de, em Porto Alegre, não

fazer o erro que os bolsonaristas fizeram em Brasília, que os golpistas fizeram em Brasília! Aqui temos que fazer o exercício da verdade, porque o Previmpa é superavitário e isso eles não dizem.

Vereador Claudio Janta (SD): V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Muito obrigado pelo aparte. O seu discurso diz muito, principalmente na questão de nível nacional, quando iniciou a reforma da Previdência, que já estamos na segunda reforma da Previdência. Mas só faltou dizer que foi o seu governo que iniciou essa discussão da Previdência; foi nos 16 anos do governo do seu partido que foi feita a mais devassa reforma da Previdência; foi nos 16 anos do governo do seu partido que o seu governo dizia que a Previdência tinha déficit, que precisava ser reformada, o mesmo governo que não reduziu por um segundo a jornada de trabalho. Eu só queria fazer este aparte para incluir nas suas notas.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Continuando, é assim que age a velha política. A velha política não fala do presente, ela só quer saber do passado. No passado, quando o brasileiro não tinha Previdência e conquistou; no passado, quando o brasileiro não tinha CLT, conquistou e eles foram lá e destruíram; no passado quando não existiam sindicatos, e eles atacam os sindicatos todo o dia, são contra os sindicatos A, B, C e D, pois detonar sindicatos é o esporte deles. Porque o sindicato ajuda o trabalhador a não ser humilhado, ajuda o trabalhador a ganhar EPI, ajuda o trabalhador a ter um salário digno, uma remuneração com a inflação corrigida. Mas, não! Eles não querem! Lugar de trabalhador, para eles, é obedecendo! Mas o tempo mudou! Os trabalhadores estão organizados, têm sindicatos, sim. Parabéns ao Simpa pela luta, às demais associações, Astec, ATEMPA, entre tantas outras que estão aí mostrando que o Previmpa não precisa de mudança; não precisa, mas eles querem.

Então, gente, eu simplesmente lamento profundamente a falta de respeito com vocês, cidadãos de Porto Alegre, porque vocês pagam impostos, eles não deixam fazer concursos; vocês pagam impostos, eles tiram direitos; vocês pagam impostos, e os buracos da sua rua não são tapados. E sabem, depois, o que eles dizem? Que os buracos são por culpa do servidor público; nunca é por culpa dos políticos. Os políticos não têm culpa! Eles são santos, têm asinhas e voam por aí. Eles voam por aí com as asinhas, são santos! Eles não governam, não indicam cargos de confiança, como secretários, adjuntos, como os CCs - que estão por tudo! Eu tenho até medo de andar pelas esquinas de Porto Alegre e saltar um CC de uma moita, porque é tanta gente que cabe nesta Prefeitura! Essa Prefeitura é rica? Mas para CC tem; para CC, o governo disse que tem! Para servidor público, é arroxio salarial, retirada de direitos – como fizeram aqui em 2017. Foi uma vergonha! Mudaram a alíquota de 11% para 14%, mesmo o Previmpa dizendo que não precisava! Não precisava! E agora eles estão organizando, e eles conversam aqui, conversam ali para ver como é que acham os 24 votos. De onde vão sair esses 24 votos, municipais e municipais? Prestem atenção! Prestem atenção, porque muito municipal votou em muito vereador que está aqui! E até no prefeito. Votou no prefeito! E agora, sabem qual é o resultado? A chamada traição: “Eu contava

com você para ajudar a garantir direitos. E agora você me abandonou!” -, essa é a realidade.

E para concluir, Presidente Márcio Bins Ely, eu quero, de novo, lamentar profundamente, porque coragem para ir debater com os servidores nas secretarias, eles não têm; para botar o pé dentro do postinho de saúde e explicar a Previdência, eles não têm; para ir dentro de uma escola fazer uma roda de conversa, com 80 professores, eles não têm; para ir no DMAE, lá onde o buraco está aberto, que está vazando água no telhado, chuvoso, como foi – agora eles estavam lá consertando o encanamento. Lá tu nunca vais ver os vereadores do governo, porque eles querem só o arroxó no servidor e a detonação da Previdência. Encerro a minha fala em Grande Expediente aqui com tristeza profunda. Queria estar debatendo outros temas. Estou tendo que, aqui, defender a luta de quem luta por Porto Alegre, que é o servidor público, porque eles ficam; nós, políticos, passamos. E eles não estão sendo valorizados, e isso é lamentável. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Márcio Bins Ely reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Queremos registrar a presença do Sr. Rodrigo Machado Costa, diretor-geral do Previmpa; e também do secretário Cassio Trogildo, da Secretaria de Municipal de Governança Local e Articulação Política.

O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Sr. Presidente, quero agradecer, saudar as vereadoras, os vereadores. Quando a gente ouve um tipo de discurso dessa natureza, de baixo nível, de um parlamentar que pensa que ainda é sindicalista, que grita na rua e quer gritar aqui, quando nós fomos discutir a Previdência, eu vou trazer a esta Casa um levantamento que demonstra há quanto tempo ele está no sindicato, quanto ele ganha no sindicato e quando é que ele foi trabalhar na Secretaria de Educação. Porque ele está preocupado que ele não vai conseguir se aposentar com o tempinho que ele está lá. Não vai! Ele não trabalhou, Ver. Janta! Como é que ele vai se aposentar, se ele não trabalhou! E aqui na Câmara não tem aposentadoria! Aqui não tem; tem que trabalhar lá! Então, não adianta gritar aqui como se estivesse na rua; aqui tem que ter respeito. Ele tem que aprender que aqui tem que ter nível.

A Previdência é necessária, já disseram. Foi o governo Lula que fez em Brasília, não fomos nós que inventamos. Lá começou. E aí o pessoal se desgarrou. O PSOL foi fundado através da dissidência, quem não concordava com o PT ter feito a reforma da Previdência. Aí se criou. Mas é uma pena que o PSOL ficou grudadinho, um apêndice, ali, um puxadinho do PT. E agora, o ex-deputado Jean Wyllys se mandou para o PT. Não aguentou! Eles não querem, eles já vieram de lá, a raiz é a mesma, profunda, os problemas são os mesmos. Eles quase quebraram o País, quase quebraram o nosso Estado, quase quebraram o Município. O Jonas tem que aprender que aqui não

é um boteco, onde se grita, grita, como se grita na rua! Aqui tem que ter conteúdo! Como dizia o Brizola: “Aqui tem que ter ‘contíúdo!’” Ele não tem conteúdo, ele só grita. Mas no dia em que fomos votar a Previdência, eu vou apresentar para vocês, aqui, o que ele fez, o que ele faz e o que ele fazia! Porque, na realidade, na educação, ele não está, e ele quer se aposentar, gente! Como é que vai se aposentar um cidadão desses que não trabalha na educação do Município? Vamos fazer um raio X dele, quando é que ele vai se aposentar, até porque ele não tem idade e não tendo idade e não trabalhando na área da educação, ele não vai se aposentar na educação. Essa é a realidade dele, é disso que nós vamos tratar. Vocês vão ver que ele vai ter dificuldade para se aposentar. Agora, o que ele quer? Ele quer um dia sair do sindicato de volta para a educação e com dois ou três anos se aposentar, pegando o teto mais alto. Aí é uma vergonha, seu Jonas! Aqui na Câmara não tem aposentadoria! Reafirmo: se ele não se aposentar na educação, e tão cedo ele não vai, porque ele não cumpriu o seu mandato, o mandato de educador. Ele nunca educou! Como é que um homem desses vai educar alguém? Um homem desses é sem educação, uma linguagem chula, bagaceira! Aqui, não, vai gritar lá na rua! Tem que olhar para o rabo dele primeiro! Um abraço. Obrigado, presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Tendo em vista uma série de projetos em Pauta, indicados pelos vereadores para serem apreciados na reunião conjunta de quarta-feira, proponho alteração na ordem dos trabalhos.

Esta presidência faz um requerimento solicitando a alteração da ordem dos trabalhos para que possamos, imediatamente, entrar no período de Pauta. Após retornarmos à ordem normal. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

PROC. Nº 0314/20 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 127/20, de autoria do Ver. Ramiro Rosário, que altera o *caput* do art. 20, o inc. II do *caput* e os incs. I, II e III do § 1º do art. 38-A, inclui §§ 5º, 6º e 7º no *caput* do art. 38-A e revoga o inc. II do art. 38-F, todos da Lei nº 10.605, de 29 de dezembro de 2008 – que consolida, no Município de Porto Alegre, a legislação que dispõe sobre o comércio ambulante e a prestação de serviços ambulantes nas vias e nos logradouros públicos, sobre a publicidade nos equipamentos desse comércio e dessa prestação de serviços e revoga as Leis nºs 1.923, de 30 de dezembro de 1958; 3.187, de 24 de outubro de 1968; 3.397, de 2 de julho de 1970; 4.555, de 30 de abril de 1979; 4.860, de 15 de dezembro de 1980; 5.863, de 12 de janeiro de 1987; e 7.865, de 22 de outubro de 1996 –, e alterações

posteriores, dispondo sobre a modalidade de Gastronomia Itinerante com relação ao prazo de renovação de alvará, acrescentando a venda de cerveja e vinhos artesanais no rol de atividades autorizadas, alterando a distância mínima de estacionamento dos veículos, regulamentando o uso de mesas e cadeiras nos passeios públicos, dispondo sobre a autorização especial para a venda de bebidas alcoólicas e vedando a cobrança de quaisquer valores referentes à outorga pelo uso de espaço público para essa modalidade. **(SEI 197.00035/2020-03)**

PROC. Nº 0118/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 035/21, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que autoriza a presença de público em eventos esportivos no Município de Porto Alegre durante o período em que vigorar o estado de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). **(SEI 039.00008/2021-81)**

PROC. Nº 0162/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 048/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que determina a obrigatoriedade de afixação e exposição das escalas dos profissionais de saúde e a do registro de ponto biométrico nas Unidades de Saúde (USs) do Município de Porto Alegre e dá outras providências. **(SEI 220.00019/2021-31)**

PROC. Nº 0163/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 049/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que obriga a implementação de sistema de impressão local de senha para registro do tempo de espera de atendimento nas Unidades de Saúde (USs) do Município de Porto Alegre que atendam, exclusiva ou parcialmente, ao Sistema Único de Saúde (SUS). **(SEI 220.00020/2021-65)**

PROC. Nº 0352/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 133/21, de autoria da Ver^a Bruna Rodrigues, que cria o Selo Empresa Amiga da Mulher. **(SEI 221.00046/2021-11)**

PROC. Nº 0377/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 145/21, de autoria do Ver. José Freitas, que altera o *caput* do art. 31 da Lei n.º 11.582, de 21 de fevereiro de 2014, que institui o Serviço Público de Transporte Individual por Táxi no Município de Porto Alegre, e alterações posteriores, alterando para 12 (doze) anos a vida útil dos veículos utilizados para esse serviço. **(SEI 034.00099/2021-59)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0111/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 033/21, de autoria da Ver^a Daiana Santos, que inclui a efeméride Dia da Visibilidade Bissexual no Anexo da Lei n.º 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 23 de setembro. **(SEI 209.00028/2021-43)**

PROC. Nº 0152/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 045/21, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Paulo Fernando Scolari. (SEI 161.00011/2021-52)

PROC. Nº 0160/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 046/21, de autoria da Ver^a Karen Santos, que denomina Rua Beth Carvalho o logradouro público não cadastrado conhecido como Rua Oito Mil e Quinze, localizado no Bairro Lageado. (SEI 152.00028/2021-19)

PROC. Nº 0221/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 068/21, de autoria das Ver^{as} Daiana Santos, Karen Santos e Bruna Rodrigues e dos Vers. Leonel Radde, Pedro Ruas e Aldacir Oliboni, que autoriza o Executivo Municipal a fornecer almoço para os estudantes matriculados nas escolas da Rede Municipal de Ensino (RME) do Município de Porto Alegre enquanto vigorar o estado de calamidade pública decretado em decorrência da pandemia do novo Coronavírus (Covid-19). **Com Emenda nº 01, da Ver^a Daiana Santos.** (SEI 209.00039/2021-23)

PROC. Nº 0420/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 020/21, de autoria do Ver. Cassiá Carpes, que concede o Diploma Honra ao Mérito ao senhor Marcos Gaffree Vieira Monteiro. (SEI 023.00005/2021-52)

PROC. Nº 0460/21 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 021/21, de autoria do Ver. Ramiro Rosário e da Ver^a Fernanda Barth, que concede a Comenda Porto do Sol a André Luiz de Almeida Mendonça. (SEI 197.00065/2021-92)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente, obrigado. Eu me inscrevi na Pauta porque eu preciso que o Ver. Ramiro Rosário esclareça - temos hoje, em 1ª sessão de Pauta, seu projeto que diz respeito a um tema de muita relevância, que são os profissionais que aumentaram muito na cidade, pela necessidade, os camelôs, e o projeto do Ver. Ramiro Rosário traz, em 1ª sessão, exatamente uma espécie de regulamentação, ou busca de regulamentação - eu não gosto de, *a priori*, sem nenhum outro tipo de visão interessante, tecer um comentário definitivo. Eu confesso que na minha análise do projeto algumas questões ficaram obscuras. Eu pediria a gentileza do Ver. Ramiro Rosário para que esclarecesse o que pretende com seu projeto, acho que isso é importante para ele, para toda Câmara, obviamente, e para a cidade e uma categoria profissional gigantesca que hoje é dos camelôs, dos vendedores ambulantes aqui em Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Obrigado, Presidente Bins Ely. Inscrevo-me neste momento para discutir um tema muito importante: nós sabemos que é fundamental a nutrição, uma pessoa que trabalha precisa estar bem alimentada, e estar na escola e estudar também é uma forma de trabalhar, exige concentração, exige que se reflita sobre as matérias e conteúdos colocados. Uma conquista, sem sombra de dúvidas, do povo brasileiro, Ver. Cassiá, é a alimentação escolar. Ela é fundamental. Ela ajudou muito o Brasil a avançar nos índices de educação, porque se a gente comparar, por exemplo, o Rio Grande do Sul com o Nordeste, vai ver que lá tem muito mais pobreza do que aqui, então lá foi fundamental a garantia, ao longo das duas últimas décadas, Ver.^a Lourdes, de que as crianças pudessem ter o café da manhã, pudessem ter o almoço, pudessem ter o lanche do meio da manhã, a mesma coisa de tarde, e mais do que isso, programas, por exemplo, como o Mais Educação, faziam a criança ficar mais tempo na escola, Ver.^a Bruna, e isso foi uma grande conquista que sumiu com o bolsonarismo, e sumiu também a alimentação dessas crianças. Falo isso porque vejo muitos vereadores e vereadoras preocupados com a questão da alimentação na cidade, da fome, da miséria. Então vocês imaginem, se a cidade não tem emprego suficiente para todos, se a pandemia assolou enormemente, também responsabilidade dos governos, medidas como este projeto de lei são fundamentais para que se garanta o mínimo para esses estudantes: almoço. Por isso parabênzo os vereadores-autores, e podem contar comigo, sempre serei solidário à causa do povo que sofre, o povo que sofre é invisível por que a classe política vive muito afastada do povo. Esta clausura dos gabinetes, das assembleias, da Câmara Federal nem se fala, a Câmara Federal está lá em Brasília, longe do povo, de preferência eles moram por lá, e isso é triste. Então lutar para garantir que as nossas crianças em Porto Alegre, nas periferias extremas como na Restinga Velha, como na Cruzeiro, tão sofrida há muito tempo, esquecida! Começaram a fazer ali umas obras e nunca mais terminaram, mas realmente, a assistência social, educação, saúde ali está precária. Inclusive o governo anterior fechou postos de saúde. Então, este projeto vem ajudar um pouco estas crianças e adolescentes das periferias, como o Sarandí, Ver. Mauro, o senhor que conhece a região. É importantíssimo que os nossos jovens da Lomba, da Bom Jesus, possam ter na escola um espaço, não só de construção de conhecimento, mas que a escola possa lhe dar condições que a sociedade não está dando, e alimentação é uma. Acho que falta muita assistência no Município, Ver. Bins, e nós precisamos pensar nisso. A assistência está abandonada há muito tempo, tem pessoas que vão aos CRAS e aos CREAS procurar uma cesta básica e não encontram, e isso tem que ser objeto de acuidade do governo, e aproveito que está aqui o secretário Cassio Trogildo, que conhece muito das estruturas da Prefeitura, nós temos que atacar a fome; a fome tem que ser o nosso inimigo mortal em Porto Alegre, nós temos que derrotar a fome. Se juntarmos todos os partidos, todos os vereadores e fizermos essa batalha, nós vamos vencer, isso é fundamental. Deixo aqui o meu apoio a

esse projeto, e com certeza nós vamos ver muitas crianças estudando melhor na cidade se a sua nutrição for garantida. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Muito obrigado, Presidente. Atendendo a uma solicitação do colega Pedro Ruas a respeito do projeto que nós priorizamos que trata sobre a regulamentação dos *food trucks* e *beer trucks*. Acho que o Ver. Pedro Ruas tenha lido só a ementa do projeto, e ele faz uma série de alterações legais, entre elas a norma municipal que dispõe também sobre comércio ambulante e serviços, consumo nas nossas vias públicas, mas não trata especificamente, Ver. Pedro Ruas, dos camelôs. Não se trata de comércio ambulante, mas, sim, sobre a regulamentação dos *food trucks* que já atuam na nossa cidade, e inclusive tem uma lei do vereador Felipe Camozzato de 2018 que já foi um importante avanço dentro do regramento geral do Município sobre o tema, e nós estamos agora fazendo a regulamentação. Além de trazer flexibilizações para atuação dos *food trucks*, também que os *beer trucks* possam atuar na cidade. *Beer trucks* são aquelas Kombis, caminhões que vendem cerveja em Porto Alegre, muita cervejaria artesanal da nossa cidade, também alguns deles têm a produção e a venda de vinhos, então é um setor bem importante da cidade que com a regulamentação também terá a disponibilidade de atuar de forma muito mais presente no dia a dia. Nós consideramos importante este projeto por diversos pontos, e um dos pontos diz respeito à retomada econômica de nossa cidade, que são pequenos empreendedores de Porto Alegre que com seu investimento no seu veículo, seja *food* ou *beer truck*, estão buscando sua própria felicidade, seu próprio sustento através do trabalho. Também há uma nova oferta, uma disponibilidade de novos espaços para se consumir, tanto alimentos, especialmente alimentos rápidos, *fast-food*, como também de bebidas, e dentro de um conceito de pandemia, Ver. Ruas, a gente ver que havendo agora uma cultura muito mais presente no consumidor de poder fazer o consumo a céu aberto e não em ambientes fechados, também a oferta maior deste tipo de serviços irá contribuir neste sentido. Fora que, nos diversos espaços da nossa cidade, praças, parques e viadutos, a presença de *foods* e *beer trucks* também contribuem diretamente para a manutenção e zeladoria dos espaços e circulação de pessoas, contribuindo no aspecto de segurança pública. Inclusive, na gestão passada, fizemos um projeto piloto neste sentido no Viaduto Otávio Rocha, onde ali se instalaram, inclusive ao longo de dias de semana, os *food trucks*, e aquilo possibilitou, engajado com as forças de segurança e outras áreas da Prefeitura, que tivéssemos ali a devolução daquele espaço do Viaduto Otávio Rocha à população do Centro Histórico e da cidade como um todo. A gente vê esse projeto como um importante marco, possibilitando e trazendo segurança jurídica para atuação dos *foods* e *beer trucks*. Obviamente, contamos com o apoio e suporte de todos os vereadores para esse projeto

que está em aberto e pode ser, inclusive, melhorado, mas fazemos o convite, Ver. Pedro Ruas, para que se possa analisar a fundo – colocamos a nossa equipe para qualquer dúvida. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Presidente e colegas, venho à tribuna para falar de um projeto que, sem dúvida nenhuma, deve ser a nossa palavra de ordem, deve se chamar unidade, o PLL nº 221/21, de autoria da Ver.^a Daiana Santos que trata de algo muito importante que é o fornecimento de almoço para estudantes matriculados nas escolas municipais. Há bastante tempo falamos sobre a necessidade de se debruçar sobre os temas importantes que vivem o nosso povo, e a fome tem sido uma inimiga das nossas famílias em nossas comunidades. Tratar de um projeto como esse é de fato se debruçar sobre um dos principais problemas que enfrenta a cidade, a fome que assola nossas comunidades. Pensando a retomada das escolas e a necessidade da merenda, aquela merenda que falamos e é tão necessária na vida de nossas crianças e adolescentes. Foi necessária na minha vida, foi algo importante na minha construção enquanto estudante na rede municipal de educação. Fui estudante desde a creche na rede municipal, e a merenda sempre foi algo fundamental para a manutenção da minha existência. Venho a esta tribuna reivindicar o apoio dos vereadores e vereadoras desta Casa, porque aqui nós não estamos tratando de um projeto que seja de uma linha partidária ou de uma ideologia partidária, nós estamos tratando de um projeto que é fundamental: a manutenção da existência das nossas crianças e dos nossos adolescentes desta cidade, por que a fome que assola nossas periferias é um problema de todos nós que legislamos nesta Casa. Quero parabenizar a Ver.^a Daiana Santos, vereadora que compõe a bancada do PCdoB, porque esse é um projeto fundamental para nossa cidade, pois nós sabemos o quanto a merenda muda a vida das nossas crianças. Afinal de contas, estudar sem fome é algo que faz com que a gente consiga desenvolver as nossas atividades com mais êxito, e eu venho então solicitar aos vereadores e vereadoras que aprovem este projeto porque ele é um projeto, sem dúvida nenhuma, dos mais importantes que nós já votamos nessa recente legislatura. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa tarde para quem nos acompanha aqui na TVCâmara e em outros canais de comunicação. Eu me inscrevi,

Presidente Márcio Bins Ely, para falar de dois projetos que estão em discussão preliminar. Primeiramente, do projeto apresentado pela Ver.^a Daiana Santos, que é um projeto de urgência social e humanitária para garantir que as nossas crianças, alunos que dependem da estrutura do Município, para garantir uma alimentação segura, possam ter acesso. Quero parabenizar a vereadora pela iniciativa e vamos continuar trabalhando para que ele seja aprovado.

O outro projeto é o PLL n° 127/20, apresentado pelo Ver. Ramiro Rosário, que trata da gastronomia itinerante no Centro da cidade. Penso que, neste momento de pandemia e no pós-pandêmico, é um projeto importante, não li na íntegra, mas gostaria imensamente de discuti-lo, porque é uma das preocupações que temos em relação à garantia de trabalho e renda. Mas gostaria também, vereador, que pudéssemos discutir como incluir toda aquela população, principalmente do quadrilátero central da cidade, que está ocupado por uma série de pessoas comercializando na rua, especialmente os imigrantes e refugiados. É uma população que acompanhamos, que sabemos que pode dar uma contribuição cultural enorme do ponto de vista da gastronomia, da cultura, e que hoje está subutilizada na nossa cidade em função do desemprego, fazendo comércio, muitas vezes irregular. Precisamos tratar dessa pauta como de geração de trabalho e renda e não, como uma pauta da segurança pública. Penso que esse projeto seja muito interessante no sentido de ampliar possibilidades de geração de trabalho e renda para a população que depende disso. Por isso gostaria imensamente de poder debater esse projeto do ponto de vista que ele seja mais o mais amplo possível na inclusão daqueles que hoje estão absolutamente fora do mercado formal de trabalho. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao Diretoria Legislativa que proceda à chamada nominal para ingresso da Ordem do Dia.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Vinte e seis vereadores responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT) – às 17h19min: Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

Vereadora Comandante Nádia (DEM) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a inclusão do PELO n° 002/20 na priorização da Ordem do Dia da presente sessão e que seja a primeira matéria a ser apreciada. Após retornaremos à ordem normal.

Vereador Claudio Janta (SD) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito o adiamento da discussão do PLL n° 151/20, por três sessões.

Vereador Leonel Radde (PT) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação do Requerimento n° 144/21. Após retornaremos à ordem normal.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada de priorização do Requerimento n° 153/21, sendo novamente priorizado na sessão ordinária prevista para a próxima quarta-feira.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Sr. Presidente, a Mesa Diretoria deliberou a priorização de projetos que tratem da Covid-19. Nós temos projetos, mesmo sendo moções, que tratam disso. Queremos que eles sejam priorizados, até porque serão votados brevemente em Brasília e precisamos encaminhar essa moção daqui.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sr. Presidente, eu não entendi qual foi o requerimento da Ver^a Comandante Nádia, até porque o PT não abre mão de que o primeiro a ser apreciado seja o projeto da Ver^a Reginete, nossa colega que, inclusive, está há duas sessões aguardando para votar esse projeto que trata, é claro, de um assunto de extrema importância para o Senado estar deferindo nesses próximos dias.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem. De imediato, então, vamos votar o requerimento da Ver^a Comandante Nádia, que pede a inclusão na Ordem do Dia o PELO n° 002/20 e que seja a primeira matéria a ser apreciada.

Em votação o requerimento de autoria do da Ver^a Comandante Nádia.
(Pausa.)

(Manifestações paralelas.)

Vereadora Karen Santos (PSOL): Não tem como votar junto, Presidente. Nós temos uma questão de ordem, que os projetos sobre a Covid-19 sejam priorizados. E não essa moção. Tem o projeto da Ver^a Daiana Santos que trata de alimentação nas escolas da rede do Município. E isso é relacionado à Covid. Pode até ser incluído na Ordem do Dia, mas que não seja priorizado como o primeiro projeto.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A vereadora já se manifestou com relação à priorização dos projetos sobre o Covid, e está definida a prioridade, preferencial, dos projetos Covid.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Sr. Presidente, peço desculpas, eu não tinha entendido qual era o requerimento da Ver^a Comandante Nádia. Votar o PELO n° 002/20, do Previmpa? Não tem como.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): É esse mesmo, vereador. Para reiterar, é esse o encaminhamento.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Não tem como colocar na Ordem do Dia esse projeto. Então, não vale nada a reunião de lideranças? Não tem sentido mais...

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, esse é o requerimento.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): É que o plenário pode muito, mas não pode tudo. Nós vamos desmoralizar completamente o colégio de líderes.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Está bem, vereador. Mas é uma questão formal e o plenário é soberano e temos que deliberar sobre o pedido.

Vereador Mauro Pinheiro (PL): Sr. Presidente, só para deixar bastante claro, para não deixar dúvidas. A Ver^a Comandante Nádia fez um requerimento, foi o primeiro requerimento. Ele tem que ser votado por primeiro e prejudicar os outros que querem passar na frente do dela, para não poderem, depois, querer mudar o que vamos decidir. O requerimento da vereadora é para incluir na Ordem do Dia o PELO n° 002/20, da previdência; e ser a primeira matéria a ser apreciada hoje. Como ele não pode ser votado ainda, ele tem que ser discutido. Então, ele abre a primeira discussão do PELO no dia de hoje, para que, na próxima quarta-feira, seja feita a segunda discussão.

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Sr. Presidente, são duas votações distintas? É preciso votar para que o requerimento da Ver^a Comandante Nádia seja aprovado. São duas discussões diferentes.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Minha questão de ordem é que primeiro se vote o requerimento da Ver^a Karen Santos e não o requerimento da Ver^a Comandante Nádia.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vereador, a ordem da votação é a ordem dos pedidos. A Ver^a Comandante Nádia pediu primeiro; portanto terá seu requerimento apreciado em primeiro lugar. O segundo é o do Ver. Claudio Janta.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): A Ver^a Karen Santos pediu primeiro.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Primeiro quero registrar essa atitude desleal, eu diria, que a vice-líder do governo tenha adotado como prática, nas últimas sessões, de priorizar projetos do governo em requerimentos de plenário. Sobre primeiro aspecto, é uma grande injustiça e deslealdade com o que foi decidido entre nós na reunião de líderes, onde adotamos um outro critério de prioridade. Se for assim, o governo perde a credibilidade de discutir não só com a oposição como com a sociedade, porque diz uma coisa numa semana e, na semana seguinte, muda completamente a pauta.

Acho que esse critério adotado pela vice-líder desmerece essa questão tão batalhada pela Câmara e, ao mesmo tempo, os vereadores que têm projetos de lei que estão na frente desses projetos que a Ver^a Comandante Nádia tenta priorizar. Então, acho que é uma questão de bom senso. Por que esse açodado em querer votar tudo num dia, em uma semana? Temos que discutir a viabilidade do projeto ou não. Por isso, quero deixar esse registro. Lamentavelmente, é algo descabido neste momento.

Vereadora Karen Santos (PSOL): Sr. Presidente, foi feito no início da sessão um requerimento, por parte do Ver. Leonel Radde, em relação ao sistema que estava fora do ar, impedindo de se fazer protocolos de emendas, de se fazer inclusões na Ordem do Dia. Queremos saber se o sistema já está apto para fazer essa alteração na ordem na priorização.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Vamos verificar. O diretor legislativo me esclarece que os documentos estão sendo recebidos via DL/Documentos, que não há nenhum impedimento a encaminhamentos formais, inclusive para apresentação de emendas.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver^a Comandante Nádia.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Eu confesso que não estranho, não me surpreendo com o pedido vindo da Ver^a Comandante Nádia, que, embora seja servidora pública, está tentando encabeçar uma cruzada contra os servidores públicos municipais, aprovando uma reforma da previdência que tira direitos, quando não seria necessário fazer nenhuma reforma da previdência em Porto Alegre. Até porque as questões ligadas à legislação federal já foram modificadas pelo governo anterior, aliás, com o voto acho que também da Ver^a Comandante Nádia. A Ver^a Comandante Nádia não está atuando sozinha evidentemente, ela está atuando como liderança do governo. O que eu acho que é importante que os servidores públicos fiquem alertas – eu estou muito preocupado – é com o seguinte, para ser muito sincero, quero ir direto ao ponto: se o governo está acelerando o caminho para a votação da reforma da previdência, é porque o governo faz o cálculo que tem a maioria dos votos para isso. O governo não aceleraria o trâmite da reforma se não tivesse essa convicção, e para o governo ter essa convicção, significaria que o Ver. Ferronato, do PSB, estaria aceitando votar na reforma, coisa que me é estranha, porque o Ver. Airto Ferronato

deixou muito claro, numa atividade junto aos servidores, que ele não daria o voto que permitiria a mudança da lei em relação a isso, da mesma forma os vereadores do PDT e o próprio Presidente da Casa. Porque, com a oposição dos dez vereadores da oposição, e dos três vereadores – dois do PDT e um do PSD – a reforma não pode ser aprovada, não teria os votos para ser aprovada, não existe maioria de 24 votos para o governo obter as mudanças para fazer com que os servidores tenham que se aposentar com mais idade, no caso de o Ver. Ferronato e dos dois do PDT não aceitarem. Eu sei que o Ver. Mauro Zacher tem uma posição contrária, e é muito importante que os servidores públicos prestem atenção nisso, porque, de fato, eu não tenho muita expectativa sobre os outros vereadores – eu não sei a Ver.^a Cláudia – em relação a isso, mas muitos dos vereadores que estão querendo apressar essa votação tomaram uma decisão política de enfrentar os servidores, de derrotar os servidores, de ajudar aqueles que entendem que a melhor saída para a cidade significa reduzir ainda mais os direitos dos servidores públicos, para que não haja um parâmetro de comparação para o conjunto da classe trabalhadora com melhores condições. Eles querem atacar mais os servidores para justamente tratar de criar condições iguais por baixo, ou seja, com menos direitos, com mais arrocho salarial, e esse é o objetivo dessa reforma, porque ela não é obrigatória em termos legais, ela é simplesmente uma política para fazer com que os servidores paguem por uma crise que eles não fizeram, eles não produziram, foram governos, como o do Sebastião Melo, que produziram a crise, não é a primeira vez que o Sebastião Melo governa a cidade, ao contrário, tem um longo governo, e agora está ameaçando de atacar a Carris, ameaçando de atacar cobradores, quando já governaram, quando já tiveram administrações que, inclusive no caso da Carris, houve falcatruas e corrupção na Carris, e agora querem atacar os servidores, como se os servidores fossem responsáveis pela crise, e não cobram sonegadores, não cobram dívidas de gente que está endividada com a Prefeitura, e atacam servidores públicos. Eu quero chamar a atenção, por quê? Porque o Ver. Ferronato tem, nas suas mãos, a responsabilidade de impedir isso. Eu fiquei preocupado, evidentemente, porque conheço a lógica do governo, e se o governo acelerou e trata de acelerar este projeto, é porque tem a convicção de ter os votos de alguns desses 13, que impediriam a aprovação dessa reforma, pelo menos nesse ataque, pois é um ataque que não faz sentido, fazer com que os servidores e as servidoras trabalhem mais, quando já trabalham muito pelo Município de Porto Alegre e querem esse direito assegurado de se aposentar, e isso precisa ser respeitado, além dos próprios aposentados, que já estão aposentados e que com essa reforma vão pagar mais, vão pagar de novo. Então, esse é o sentido do requerimento: acelerar a votação, e é por isso que estamos contra ele, evidentemente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Não surpreende o que disse o Ver. Robaina, mas decepciona. Vamos imaginar a lógica do governo, a busca de votos – e o governo tem uma maioria muito ampla nesta Casa –, mas não precisa atropelar, não precisa, porque cria um constrangimento até nas nossas relações aqui. Eu acho que o colégio de líderes está desmoralizado a partir de hoje, completamente desmoralizado! Acho até que o Ver. Mauro Pinheiro esclareceu melhor a questão que apareceu no início, parece que foi uma tarefa meio dada de última hora, já colocada de última hora; o Ver. Mauro Pinheiro esclareceu, mas não resolve. Não resolve porque desmoralizou completamente, e não precisava, se o governo não tinha os votos... Aí o Ver. Robaina tem razão, o governo está atropelando, não acelerando; o governo está atropelando! Atropelando porque não dá bola para as relações internas aqui na Casa, e os vereadores da base governista, salvo honrosas exceções, evidentemente, onde eu incluo o líder Idenir Cecchim – aliás, eu dou boas-vindas ao seu retorno, já recuperado –, mas, salvo as exceções, os vereadores da base governista não dão a menor bola para as relações com a oposição nem com a cidade, na medida que têm maioria, e a matemática manda e fim de conversa. É isso! Eles não sabem que depois vêm os quatro anos, e as coisas vão trocando, as votações vão diminuindo, sabem como é, as coisas vão acontecendo. Enfim, isso cria um problema sério de relacionamento, é evidente! O governo pode fazer o que ele tem votos para fazer, é possível? É errado? É, mas pode. Mas não atropelando. Isso é um absurdo, porque desmoraliza todas as nossas instâncias de mediação. O colégio de líderes é uma instância de mediação; se nós tirarmos todos elementos “civilizatórios” das relações, isso aqui vai virar um faroeste, vai virar um inferno! Agora vamos, daqui a pouco, ter todas as relações presenciais, e vai ser muito difícil isso. O governo teve uma atitude muito ruim nesse aspecto, se ele tinha os votos, ele poderia ter o tempo necessário para fazer os absurdos que queria fazer; agora, da maneira como está colocando, é um atropelo absurdo, um atropelo total. Eu nunca achei errado judicializar as questões, mas é interessante que o governo dá margem para isso, parece que ele gosta – parece que ele gosta, sério! O governo gosta que as coisas daqui da Câmara terminem no Judiciário, por quê? Porque ele atropela tudo, Regimento, Lei Orgânica, não quer saber: “Eu tenho 23 votos. Agora eu tenho 24, se eu tenho 24 vou atropelar, é hoje!” Ele tem medo de amanhã não ter 24? Depois de amanhã não ter 24? O 24º não dura, é isso, tem prazo de validade, derrete? O que acontece? Põe na geladeira, então, faz alguma coisa! É um absurdo, um atropelo. O colégio de líderes está desmoralizado, vou conversar muito com os vereadores da oposição se continuam a participar ou não, porque ele não tem a menor importância, não tem a menor validade a partir do dia de hoje. Ele já vinha sendo atropelado, permanentemente, eu tentei fazer, inclusive, uma proposta, que não foi aceita, justamente quem contestou a minha proposta foi a Ver.^a Nádia, eu disse: “Nós até podemos colocar na Ordem do Dia projetos de vereadores, no dia; mas do Executivo, não! Por favor!” Não foi aceita. Claro que não foi aceita, a ideia já era essa, o governo não colocava, não atropelava, não rasgava Regimento, Lei Orgânica e o que quiser, porque ele não tinha o 24º – ele não tinha! Agora tem, mas tem medo que não dure. O governo tem, mas tem medo, porque se não tivesse medo, ele faria normalmente, ia fazer a segunda...

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): ... talvez aprovar na segunda-feira, talvez aprovar na outra quarta. O governo ia aprovar porque tem maioria, mas ele não tem uma maioria sólida, ele tem 24, apertado, que pode virar 23, de novo. E o inferno do governo até agora foi ter 23. Vamos saber, daqui a alguns minutos, ou daqui a algumas horas, o que o governo fez para ter o 24°. Concluo, Presidente: o colégio de líderes ficou desmoralizado e não precisava. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra.

Vereadora Reginete Bispo (PT) (Questão de Ordem): Na sessão passada, eu retirei, para fazer ajustes, o Requerimento nº 144/21, uma moção de solidariedade à iniciativa do senador Paulo Paim, e ia para votação hoje, assim como o projeto da Ver.^a Daiana Santos, que é um projeto importantíssimo no enfrentamento à Covid. Eu peço aos meus colegas vereadores e às minhas colegas vereadoras para que a gente mantenha a prioridade da discussão e votação desses projetos. No caso da moção, é só votação; e o da Ver.^a Daiana, a discussão é importante pela relevância. Quero dizer, Presidente, que a democracia só é válida porque as maiorias têm obrigação e responsabilidade de proteger o direito das minorias. Então eu peço essa moção da proteção dos direitos das minorias. E, quando perde essa noção de proteção do direito da minoria, passa a ser atropelo. Eu sinceramente, estou com dificuldade de entender a lógica de trabalho aqui.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Muito obrigado, Ver.^a Reginete Bispo. Apenas para elucidar qualquer dúvida com relação à condução dos trabalhos. O art. 94 do regimento diz que (Lê.): “Requerimento é a proposição verbal ou escrita, dirigida por Vereador à Mesa, sobre matéria de competência da Câmara. (...) § 3º Dependerá de deliberação do Plenário, sem discussão, com encaminhamento de votação nos termos desta Resolução, o requerimento que solicitar: a) alteração da prioridade estabelecida na Ordem do Dia, conforme deliberação do Colégio de Líderes”. Então, a alteração na deliberação da Ordem do Dia, conforme deliberação do colégio de líderes – esta alteração está sendo requerida pela Ver.^a Comandante Nádia, e é este o requerimento que estamos apreciando e que estão encaminhando.

O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saudações ao Presidente Márcio Bins Ely, às colegas vereadoras e aos colegas vereadores, ao público que acompanha a nossa sessão nesta tarde. Primeiro quero registrar essa forma desleal: ocorreu um acordo no colégio de líderes; depois, intempestivamente, numa iniciativa de

plenário, mudar, por requerimento, a ordem já estabelecida, eu considero uma atitude desleal com o colégio de líderes, por isso a Reginete, que falou anteriormente, tem toda a razão. Segundo, quero dizer aos cidadãos, às cidadãs, aos servidores públicos que estão acompanhando esta sessão que se tratam de R\$ 3 bilhões, não é qualquer coisa. O governo está preocupadíssimo em poder ter esse dinheiro em caixa, mas ele comete várias irregularidades nesse processo à medida que ele poderá não ter esses R\$ 3 bilhões em caixa. Primeiro porque não foi feita uma auditoria, e ele seria obrigado a fazer uma nova auditoria, que só estaria pronta, Ver. Airto Ferronato, lá em outubro, porque os dados atuariais não condizem com a atual realidade. Para terem uma ideia, nesse meio tempo, mais neste ano, quantos servidores perderam sua vida, quantos servidores saíram, quantos servidores foram aposentados? O governo não sabe responder, nem respondeu. O governo está vendo, de uma certa forma, que quanto antes ele aprovar, melhor, para que as economias sejam transferidas para o seu caixa. Eu fico muito preocupado porque o governo atual, o governo Melo/Gomes, foi, na época de campanha, visitar os órgãos públicos e dizer que nada aconteceria para o servidor público – nada aconteceria ou seria diferente do que o Marchezan teria feito. O Melo, não só aumenta a tensão sobre os servidores como também ele mente! Ele diz que tem apoio de todas as entidades para fazer a reforma, que conversou com todas elas, mas nem todas deram acordo, nem todas concordam, porque não se tem aqui um período de transição – inclusive temos muitas emendas encaminhadas, que só não foram feitas porque o SEI, nesta tarde, neste dia, não estava em acesso para protocolar as emendas. O governo, na verdade, está trabalhando com a lógica de poder, não só prejudicar o servidor público, mas também desmotivá-lo, porque não deixa de ser um presente de grego – é um grande presente de grego! –, prometeu uma coisa e faz outra. O que será amanhã quando ele quiser privatizar a Carris, quando ele quiser privatizar o DMAE, como já privatizou a Procempa e terceirizou a área da saúde? Lamentavelmente, o caos que se estabelece na nossa cidade se dá por atitudes de governos da direita, governos do capital, que querem privatizações, concessões e que acham que o serviço público, para eles, não é fundamental. Não sabem que quem está lá na ponta fazendo a vacina, a testagem, o atendimento médico ao cidadão, salvando vidas, é, em grande parte, os servidores públicos. Lamentavelmente estamos diante de um governo capitalista, que eu diria que acabou de fazer vários movimentos de uma lógica mentirosa, desleal, que não condiz com aquilo que prometeu em plena campanha. Nesta tarde, por uma iniciativa da vice-líder, o governo apresentou açodadamente um requerimento para priorizar o seu projeto de lei, que tem a prioridade das prioridades, isto é, a menina dos olhos do governo Melo e do governo Gomes: a reforma da previdência e a privatização do serviço público. Senhores prefeito Sebastião Melo e vice-prefeito Ricardo Gomes, após essas reformas será que vocês vão dormir tranquilos? Será que vão deitar a cabeça nos seus travesseiros e ficar tranquilos? Porque os senhores mentiram, disseram uma coisa na campanha e estão fazendo outra, por isso a forma de deslealdade com o servidor, com o cidadão se reproduzirá em resultados na próxima eleição, com certeza. Lamentavelmente tem gente que gosta disso, que votaram nos senhores e que agora estão escabelados em ver que os senhores continuam com as maldades do Marchezan,

com as maldades do Leite, com as maldades do Bolsonaro. Portanto, lamentavelmente, estamos diante de uma atitude desleal e antidemocrática.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Apenas para esclarecer a Ver.^a Reginete Bispo. Sim, Ver.^a Reginete Bispo, a senhora está com o seu projeto em votação, a senhora já o encaminhou – o seu projeto será o primeiro a ser apreciado na Ordem do Dia. O encaminhamento da Ver.^a Comandante Nádia seria “o primeiro possível”, não é, vereadora? O primeiro a ser apreciado é o que já está em votação, que é o da Ver.^a Reginete Bispo.

A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADORA BRUNA RODRIGUES (PCdoB): Boa tarde meus colegas, Presidente, mais uma vez venho a esta tribuna registrar o atropelo da liderança do governo. O atropelo de uma liderança que não pactua com o colégio de líderes, que não cumpre as decisões coletivas e que a cada sessão nos proporciona uma sessão de terrores. O projeto do Previmpa não estava na priorização; eu cheguei para a sessão no horário estabelecido, com os projetos que nós discutiríamos, e o projeto do Previmpa não estava entre os projetos. O que me parece é que este governo, representado nas suas lideranças, em especial na sua vice-liderança, tem um desrespeito com o serviço público. Nós temos aqui um projeto de autoria da Ver.^a Daiana Santos que fala sobre alimentação nas escolas. Nós cansamos de vir a esta tribuna falar que as nossas crianças estão passando fome nas nossas comunidades. Nós temos um projeto, nós pactuamos na reunião de líderes, e a prioridade dos projetos a irem à votação seria sobre os temas que tratassem da Covid-19. Nós temos moção, nós temos projetos, é importante que esta Casa siga minimamente respeitosa, porque o que acontece aqui é que a cada sessão há uma nova caixa de Pandora, porque a base do governo, que é maioria nesta Casa Legislativa, se acha no direito de atropelar, a cada sessão, desrespeitando a oposição, que foi eleita legitimamente por esta cidade, que modificou com 41% a estrutura desta Casa, porque não estava contente com a forma com que as coisas acontecem nesta Casa Legislativa. A gente precisa ter mais respeito.

Esse ataque, e é importante que as pessoas que nos acompanham entendam, não é um ataque contra o servidor público, é um ataque contra o serviço público, o serviço público que chega lá na ponta, o serviço público que nós recebemos nos postos de saúde, nas nossas escolas. Ou alguém acha que esses profissionais que estão há mais de ano na linha de frente no combate à pandemia vão se sentir como com um projeto desses? Eles já não recebem nem a inflação nos seus salários, veem os seus salários sendo degradados a cada dia, e se mantêm firmes, tanto nas nossas escolas quanto nos nossos hospitais. Foram as professoras, as diretoras as linhas de frente das campanhas de solidariedade, não foi o Executivo, não foi o prefeito – que já governa há um certo tempo –, foram as escolas, foram as professoras, que entendem o que passam as suas

crianças, foram elas as linhas de frente das campanhas de solidariedade; foram os trabalhadores e as trabalhadoras dos postos de saúde que defenderam valorosamente as vidas dos porto-alegrenses. E aqui recebem um presente do prefeito: a destruição das suas carreiras de trabalho. Está bem, vamos votar o projeto, mas que seja, minimamente, de forma respeitosa; que seja, minimamente, em comum acordo, não o projeto, mas o tempo da votação. Prioriza para a próxima semana, não atropela. Essa forma, essa condução fala muito, fala sobre a forma como o governo tem se posicionado nesta Casa. Eu conheci um prefeito que dialogava e que escutava todas as comunidades. Infelizmente, o que a gente vem vendo é outra coisa, o prefeito não consegue ter grêmio sobre a sua base, porque não consegue ter unanimidade nesta Casa, não consegue impor respeito nesta Casa. É inadmissível!

Eu queria muito registrar que nós tivemos uma diligência sobre esse assunto na CEFOR, e não foi respondida. A Prefeitura não tem o cadastro atualizado dos seus servidores – o cadastro, gente! –, a Prefeitura não sabe o impacto da pandemia nos seus trabalhadores, não sabe quantos morreram de Covid-19, quantos não morreram, quanto isso impactou a previdência. Isso não sou eu que estou dizendo, mas o relatório que a Prefeitura apresentou. Não conhece o seu funcionalismo e quer fazer uma reforma na base do atropelo! Inadmissível.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Caro Presidente, senhoras e senhores vereadores, eu confesso que estou aqui bastante atrapalhado e sem saber direito o que está acontecendo. Eu vi a Ordem do Dia proposta para hoje, e não estava prevista a votação do projeto do Previmpa – primeira observação.

A segunda observação que eu registro é que eu tenho conversado e me reunido com todas as entidades que me procuraram, umas contra o projeto, outras compreendendo que o projeto pode ser aprovado. Agora, disse para todas que votaria, que trabalharia pela construção de uma subemenda que viesse a mitigar o impacto do projeto e da Emenda nº 01. Falei por diversas vezes, inclusive com o governo. Eu não vou conversar aqui em nome da Cláudia ou do Mauro Zacher, até porque não tenho procuração para tanto. Agora, nós estamos construindo uma subemenda.

Estranhei a manifestação do Robaina quando me citou por sete vezes – sete vezes! –, e em todas elas pretendendo atribuir uma responsabilidade em cima das minhas costas. Eu disse e repito: é possível, sim, aprovarmos o projeto; agora, com uma subemenda. Estou trabalhando com o governo, com os servidores, com os vereadores, e todos nós estamos construindo isso. Sei que uma das possibilidades, talvez, seria discutir hoje. Agora, eu não vejo por que e como; eu não fui informado sobre esse encaminhamento. Vamos aguardar a subemenda.

Eu me reuni hoje de manhã com servidores, me reuni logo após com autoridades do governo, disse da importância de aceitação de propostas. Tenho a palavra do governo de que algumas propostas são aceitas, sei que existem outros pedidos de inserção na subemenda e sei que é preciso, sim, aguardar esse espaço de tempo, até que se possa construir um mínimo de consenso com os próprios vereadores, trazendo um resultado positivo para a cidade, sem penalização radical dos servidores. Portanto, que me perdoem todos, o meu voto não será para votar hoje este projeto, porque, pelo que eu vinha acompanhando da pauta de hoje, da Ordem do Dia apresentada hoje, este projeto, em tese, começaria a ser discutido na quarta-feira – isso me foi dito, inclusive, por parceiros e amigos que estão no comando do governo. Então vamos aguardar um pouco. Um abraço a todos, obrigado. Vou votar “não”.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Só para esclarecer duas coisas. Primeiro, que a Ver.^a Nádia não é desleal com... (Problemas na conexão.) ...normal, podemos discordar dela, mas não foi desleal com ninguém. Quero agradecer ao meu companheiro Pedro Ruas, que tem me acompanhado até na Covid-19 – graças a Deus, estou curado, Pedro, obrigado. Também, querido Ferronato, não é para votar o projeto hoje, é apenas a primeira discussão, ainda haverá a segunda discussão para depois irmos para a votação – viu, Ferronato? Fique tranquilo que os seus apelos e o seu trabalho intenso junto às bases e junto ao próprio governo está sendo muito, muito importante para a categoria dos funcionários públicos municipais. Então era só para fazer esse esclarecimento e dizer que, mesmo com um aspecto um pouquinho doente, eu estou aqui firme acompanhando os meus companheiros. Espero que a harmonia continue no nosso plenário. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Quero também aqui me somar àqueles que estão satisfeitos em ouvir a sua voz, Ver. Cecchim, alto e bom som, recuperado da Covid-19. Também me surpreendeu que o senhor tenha pego Covid-19 depois de ter se vacinado, mas estamos felizes com a sua pronta recuperação. Fica o registro.

O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Só para deixar bem claro para quem nos assiste, nos ouve. Em nenhum momento, a Comandante Nádia, vice-líder do

governo, chegou aqui e pediu para votar. O que nós estamos pedindo, como é um PELO, é para fazer o primeiro debate. Eu tenho um PELO que está na Casa e que eu já fiz o primeiro debate, e não é obrigatório ele ser votado. É que ele precisa de duas discussões. Então, nós estamos encaminhando para fazer a primeira discussão hoje – primeira discussão. E, como o Cecchim disse aqui, a Nádia, os líderes ou o plenário, que é soberano sobre qualquer decisão, ninguém está sendo desleal com ninguém. Nós queremos somente cumprir o que manda o Regimento: no caso de um PELO, deve haver o primeiro debate, a primeira discussão do plenário sobre o projeto.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Obrigado. Ver. Claudio Janta, encaminha favorável. Queremos aqui agradecer e registrar a presença do deputado estadual Ricardo Mellão, do Estado de São Paulo, do partido NOVO. Seja bem-vindo, deputado, obrigado pela presença.

Não havendo mais inscritos para encaminhar, solicito ao diretor legislativo que proceda à votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Bruna Rodrigues, o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) 22 votos **SIM** e 11 votos **NÃO**.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Declaro aprovado o requerimento de autoria da Ver.^a Comandante Nádia.

Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Claudio Janta, que solicita o adiamento da discussão do PLL nº 151/20 por 3 sessões. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Quanto ao requerimento de autoria da Ver.^a Karen Santos, solicitando a priorização das matérias relativas à pandemia, restou prejudicado, pois o requerimento de autoria da Ver.^a Reginete Bispo será o próximo a ser apreciado.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): A Ver.^a Bruna Rodrigues vai mudar o seu requerimento, solicitando a retirada de priorização da sua moção de solidariedade à ação Levante Feminista Contra o Femicídio – Req. nº 153/21 – para ser priorizado novamente e sessão ordinária prevista para a próxima quarta-feira.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Solicito ao nosso diretor que proceda à leitura do item 1 da priorização de votação.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à leitura do Requerimento nº 144/21.)

REQUERIMENTO – VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 144/21 – (Proc. nº 0414/21 – Ver^a Reginete Bispo) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio ao PL 12/2021, de autoria do senador Paulo Paim, que “estabelece, entre outras coisas, a quebra temporária de patente de vacinas contra a Covid-19 enquanto vigorar o estado de emergência de saúde”. **Encaminhou a matéria a Ver^a Reginete Bispo em 19-05-21. (SEI 230.00016/2021-97)**

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação o Requerimento nº 144/21. (Pausa.) O Ver. Leonel Radde está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Venho aqui encaminhar pela bancada do Partido dos Trabalhadores – em nome do Ver. Jonas, da Ver.^a Reginete, do Ver. Oliboni –, voto favorável a essa moção encaminhada pela Ver.^a Reginete. É muito importante que nós tenhamos um debate sobre a quebra de patentes das vacinas. Sem a quebra de patentes das vacinas, continuaremos nessa situação dramática em que vivemos na nossa capital, onde as pessoas não têm acesso à segunda dose da vacina. Nós vemos filas monumentais nos postos de saúde, aglomerações nos postos de saúde e a falta frequente de vacina, algo que já deveria ter sido resolvido há um bom tempo pela nossa Prefeitura e pelo governo federal, principalmente. Nós, da bancada do Partido dos Trabalhadores; nós, da bancada de oposição ao governo Sebastião Melo, já autorizamos aqui nesta Casa a compra de vacinas pela Prefeitura, mas até agora nós não vimos qualquer tipo de movimentação por parte da Prefeitura Municipal para a aquisição de novas doses da vacina. O argumento é que falta produto no mercado, faltam vacinas no mercado; por isso, é muito importante essa quebra da patente para que todo o País possa ter a sua produção regularizada e a distribuição também permitida. Que a Anvisa seja sensível também sem abandonar a ciência, mas que também tenha essa sensibilidade da quebra de patentes e que ela possa acelerar também os procedimentos de autorização das compras de vacina. Então, estamos juntos com o senador Paulo Paim, senador pelo Partido dos Trabalhadores, nessa grande iniciativa que vem crescendo no mundo. Nos Estados Unidos, esse é um debate muito avançado. Em diversos países ditos desenvolvidos já se tem um consenso da relevância e da importância da quebra de patentes para que o mundo todo possa estar vacinado em tempo recorde. Não desta forma lenta, não desta forma equivocada como está sendo conduzido pelo Presidente Bolsonaro e pelas autoridades do nosso País. Nós temos menos de 10% da população vacinada com a segunda dose e já estamos na metade do ano. É só nós projetarmos nessa velocidade quando de fato teremos vacinados pelo menos 70% da população, que é o que se chama de imunização de rebanho, quando então nós poderemos considerar que estamos numa situação mais confortável em relação à pandemia. Estamos em

menos de 10%. Faltam insumos; o governo Bolsonaro briga com a China, de onde vêm os insumos; quando chega o produto no Brasil, ele simplesmente não agradece, não reconhece o esforço que está sendo feito, e isso prejudica então a saúde de todos os brasileiros e brasileiras.

Por isso, mais uma vez, nós encaminhamos o voto favorável pelo Partido dos Trabalhadores a esta moção e apoiando a quebra da patente, apoiando a iniciativa do senador Paulo Paim. Estamos juntos com a população que mais precisa, precisa ser vacinada para que a gente evite as mortes e acabe com esse genocídio que vem acontecendo no nosso País. Parabéns, Partido dos Trabalhadores; parabéns, senador Paulo Paim. Votamos favoravelmente. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 144/21.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, senhores e senhoras, membros desta Casa, eu queria parabenizar a Ver.^a Bispo por propor esta moção. Vamos lembrar aqui a primeira grande quebra de patente que teve neste País que permitiu que nós tivéssemos hoje à disposição em todas as farmácias os remédios genéricos. Foi feito pelo Serra, quando era ministro da saúde – ele fez uma grande quebra de patentes. Então, quero dizer para a senhora que esta moção, eu tenho certeza de que a grande maioria desta Casa queria assinar junto ou assinar, já que a senhora abriu o SEI, e é uma moção que tem o apoio de um grande número de senadores. Aqui, no Rio Grande do Sul, os três representantes nossos no Senado estão apoiando. No Brasil afora, é inadmissível, em questões de saúde, nós ainda respeitarmos a questão de patente internacional. De 1984 a 1987, eu trabalhei numa empresa de marcas e patentes. Aí se vê o que é a dificuldades de uma pequena empresa que, muitas vezes, cria produtos maravilhosos; eu dou exemplo, nós recebemos na época uma empresa que fez um projeto para dessalinizar as águas do mar e outra que fez um projeto para combater os ácaros. E isso levou... Eu saí de lá, e esses projetos ainda estavam rodando no INPI, rodando na questão de marcas.

Então, quando a senhora propõe que esta Casa seja solidária a todas as pessoas que estão sendo afetadas pela Covid no Brasil, esta Casa que já viu quebra de patentes no governo Serra, o que nos permite hoje vários remédios, nós temos a opção de comprar dos laboratórios os genéricos, nós temos certeza de que a Câmara de Vereadores de Porto Alegre vai referendar a decisão do Senado que é a quebra de patentes, permitindo salvar vidas no nosso País, salvar vidas na nossa cidade e no nosso Estado. Meus parabéns, Ver.^a Bispo.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 144/21, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Só para cumprimentar a Ver.^a Reginete Bispo e também dizer aos meus queridos colegas aí que este é o tipo de moção que eu acho nós podíamos votar por aclamação. Pelo menos é esta a minha intenção, de votar favorável e que todos votem, porque é muito importante o tema e ele não é ideológico, é um tema importante para os cidadãos do Brasil e do mundo. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 144/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas, subo a esta tribuna para me posicionar favoravelmente e saudar também a Ver.^a Reginete Bispo por transcrever esta moção importante para o cenário político que nós estamos vivendo na nossa capital, no nosso Estado, no nosso País. Nós estamos acompanhando a situação de calamidade que está colocada, e não é só uma calamidade que não foi projetada, que não foi politicamente pensada. A CPI da Covid-19 está trazendo à tona diversos equívocos projetados por parte do governo Bolsonaro em relação a esse momento que nós estamos vivendo, de mais de 400 pessoas que perderam suas vidas; primeiramente, para uma doença que já tem vacina e, anteriormente, por uma negação de mais de dez vezes por parte do governo Bolsonaro em relação à compra de vacina que já poderia ter vindo para o Brasil no ano passado. Então, quando a gente coloca a importância da quebra da patente para que nós consigamos produzir essa vacina, trata-se de soberania, trata-se de nós conseguirmos produzir para o nosso povo aquilo que o nosso povo merece e não ficarmos à mercê de discussões de segundo nível, como tratamento precoce, como *kit* Covid. Diversas falácias foram criadas por parte desta gestão bolsonarista e dos seus apoiadores dentro do Estado e também no âmbito aqui de Porto Alegre que substituem tudo aquilo que é cientificamente comprovado e eficiente para o tratamento da Covid-19 que é o distanciamento social, que são os protocolos sanitários em detrimento de medicamentos que as próprias indústrias farmacêuticas colocam que não têm efetividade nenhuma no combate da Covid-19. Infelizmente, é esse o cenário que nós temos que encarar aqui dentro da Câmara de Vereadores. Projetos deveriam ser priorizados como a questão da quebra de patentes, o projeto da Ver.^a Daiana Santos com relação à alimentação nas escolas, o projeto de indicação ao Executivo do Ver. Matheus Gomes em relação à renda básica municipal, porque nós estamos vivenciando um momento de calamidade em relação à Covid-19, mas também em relação à crise financeira que desintegra cada vez mais parte já precarizada do nosso povo. E infelizmente a gente tem que subir hoje a esta tribuna para fazer essa discussão, entendendo que logo na sequência vai ter a discussão de um

projeto que nada tem a ver com a necessidade do povo porto-alegrense que é a reforma da Previdência dos municipais. Aqueles e aquelas que estão hoje na linha de frente, garantindo alimentação, garantindo transporte, garantindo a saúde do nosso povo sem as condições de trabalho necessárias e tendo que sofrer o ajuste deste governo municipal combinado com o governo federal de querer retirar ainda mais daqueles e daquelas que já estão se sacrificando e muito para combater a pandemia da Covid-19. Então, é dessas injustiças que nós estamos falando. Esta moção de solidariedade reflete essa situação de polarização que nós estamos vivendo. Aqueles e aquelas que estão do lado do trabalhador, que estão do lado dos servidores públicos, estão do lado das necessidades urgentes e emergentes da nossa sociedade e aqueles e aquelas que estão em conluio com o Banco Mundial, em conluio com o setor da especulação imobiliária, em conluio com todos aqueles e aquelas que aumentaram seus rendimentos nessa crise, aqueles que se transformaram e ficaram mais bilionários nessa crise, aqueles e aquelas que estão vendo a pandemia como uma forma de fazer negócio, de expandir o seu campo, de expandir os seus negócios. Então, é essa polarização que nós estamos vivenciando na nossa cidade, no nosso País; por isso que moções de solidariedade dizem muito sobre o conteúdo fascista e bolsonarista daqueles ou daquelas que estão dando sustentação para esse governo de mortos. Sustentação para um governo que já demonstrou não ter preocupação com a vida, com a vida dos trabalhadores e para isso está cortando na própria carne da própria classe trabalhadora. Não são à toa todas essas reformas que estão vindo para cima do enfermeiro, para cima do médico, para cima do professor, para cima do assistente social como está colocado hoje nessa reforma da Previdência que é uma reforma que não é necessária. Nossa previdência não é deficitária. Então, por que colocar nas costas dos servidores mais esse projeto de maldade? Por que novamente retirar daqueles e daquelas que já estão sacrificando suas vidas? Não são os políticos. São aqueles que estão lá na ponta, garantindo a efetividade do Estado, garantindo o bem-estar da nossa população.

Defender então o nosso voto favorável a esta moção de apoio à quebra de patentes, para que o Brasil consiga produzir a vacina e a gente consiga ter soberania, autonomia para conseguir vacinar o nosso povo e combater esse governo Bolsonaro, que está se utilizando do vírus enquanto uma arma de genocídio de pessoas pobres, de pessoas indígenas e quilombolas e trabalhadores mais precarizados. Não é à toa a demora na compra da vacina. Não é falta de governo, isso é uma política, uma política projetada e a CPI está aí para mostrar para o povo brasileiro quem são os responsáveis por tanta morte, por tanta crise econômica.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): A Ver.^a Daiana Santos está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 144/21.

VEREADORA DAIANA SANTOS (PCdoB): Quero cumprimentar a Ver.^a Reginete Bispo por ter, de forma muito assertiva, colocado esse tema em pauta.

De antemão, já coloco aqui o meu apoio, Reginete, porque é importante que nós tenhamos este debate, e a quebra de patente, no mundo inteiro, já vem se evidenciando que é mais do que necessária para que a gente possa ter disponíveis as vacinas para todos e todas. Então, fazer esse movimento aqui na Câmara só demonstra a grandeza que tu vens trazendo nos teus projetos e tudo aquilo que vens pautando aqui, que é a necessidade que a gente tem de ampliar o debate relacionado à saúde. A Covid é algo que vem assolando de forma muito dura a nossa população, e falar da vacinação, falar com responsabilidade é poder pautar o cuidado. E esse cuidado, em definitivo, é necessário passar por essa quebra de patente que vai beneficiar milhões e milhões de brasileiros. É importante para que a gente retire esse monopólio. Então, eu quero te saudar em nome da bancada do PCdoB, falar que tu podes contar com o nosso apoio, porque se a gente está falando de vidas, está falando de saúde, se a gente está falando de toda uma relação das estruturas com o cuidado, a gente está falando da defesa do SUS, da democracia, que é defender o SUS. Se nós estamos aqui pautando que a centralidade é o cuidado, é a vida, é mais do que necessário falar dessa quebra de patentes, é mais do que necessário trazer à tona com muita responsabilidade e seriedade, como tu fizeste, alteração neste teu projeto para deixá-lo liso e objetivo sem que possamos estar ali questionando pormenores. Então, trazer dessa maneira, Reginete, só demonstra a importância do debate em torno desse tema, mas principalmente a grandeza trazida para essas questões que são muito peculiares, dessas especificidades relacionadas à estrutura da saúde e que falam da integralidade da população. E novamente digo: as quebras de patentes retiram o monopólio e possibilitam que nós tenhamos centenas de milhares de pessoas vacinadas. Mais uma vez, te parableno, podes contar com o apoio da bancada do PCdoB.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pablo Melo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 144/21.

VEREADOR PABLO MELO (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, quero fazer um encaminhamento aqui pela bancada do MDB, Ver.^a Reginete, que ali atrás lhe disse que, caso suprimisse do texto original aquela questão dos remédios cientificamente comprovados, eu votaria a favor da sua moção. Aliás, o ministro José Serra, na sua época, como ministro da Saúde, ajudou a quebrar patente para nós termos medicamentos para o combate da AIDS. Vejo muito valor na sua moção de solidariedade, e a senhora terá o nosso apoio para aprová-la. Mas, Ver.^a Karen, não vamos misturar alhos com bugalhos aqui. Nós estamos votando aqui simplesmente a moção de solidariedade de autoria da Ver.^a Reginete Bispo; nós não estamos ainda na pauta sobre a reforma da Previdência. Aliás, se a base aliada deste governo tivesse algum ranço, nós votaríamos a favor do seu projeto. Então, é um indicativo da base do governo de que, se o projeto for bom, seja de centro, seja de direta

ou seja de esquerda, vai ter apoio da base aliada do governo Melo. Um fraterno abraço e boa tarde a todos.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 144/21, pela oposição.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, o que o Ver. Pablo Melo – por quem tenho muito respeito – refere tem que ser contextualizado. Na verdade, a bancada do governo está apoiando porque é uma moção. Se fosse um projeto, boa parte, não todos, são bolsonaristas, eu tenho minhas dúvidas, até porque o governo Bolsonaro está sendo derrotado nesse requerimento. O Ernesto Araújo, quando chanceler do Brasil, votou contra a quebra de patentes na Organização Mundial do... (Problemas na conexão.) ...O governo Bolsonaro é contra a quebra de patentes. Vejam bem, é contra! Votou com os Estados Unidos; pela primeira vez, ficou contra todos os demais países para votar contra a quebra de patentes. É inacreditável. Eu acompanho esse trabalho do senador Paim, há muito tempo, cheguei a falar com ele nesse sentido e também ouvi uma entrevista dele na Rádio Guaíba, que foi brilhante. Só para lembrar, quando o Lula e Dilma eram governo, quando o PT era governo, boa parte dos partidos, não todos, que estarão aqui representados, que adoram atacar o PT, o Lula, a Dilma, são todos do governo. Tem um partido que não está: o PSOL. O PSOL abriu uma exceção, na sua história, uma única exceção, em 2010, porque havia o risco de o senador Paulo Paim não ser reeleito. Ele estava em quarto lugar nas pesquisas e só havia duas vagas. E, na época, pedimos, o Ver. Robaina vai lembrar bem, que o Professor Lucas, nosso candidato ao Senado, em 2010, abrisse mão da candidatura, para nós ficarmos com uma única candidatura para poder apoiar o senador Paim. O PSOL apoiou o Paim, porque consideramos o trabalho imprescindível para a classe trabalhadora. Foi a única exceção, em todo... (Problemas na conexão.) ...formalmente, desde 2005. Então, é um dado importante. As pessoas que falam do PT são tudo do governo. É só olhar os partidos, são todos do governo – todos não, quase todos –, mas um que nunca esteve em nenhum governo foi o PSOL, e isso é um orgulho para nós.

Agora, vem essa votação de uma questão muito importante. Apoiar a quebra de patentes é um tiro no governo Bolsonaro. E nós estamos apoiando aqui essa linha. Acho importante que o líder do governo, na Casa, tenha encaminhado, desde logo, a favor do requerimento. Acho que faz parte, sim, da nossa compreensão, de uma circunstância nova, a quebra de patentes, o fim dessas ideias de tratamento precoce, de remédios miraculosos, que não curam ninguém e ainda prejudicam a saúde das pessoas. Nós vivemos um outro momento, e esse momento precisa ser valorizado. E a Câmara... (Problemas na conexão.) ...exemplo. A votação de hoje, Ver.^a Reginete Bispo, me parece exemplar nesse sentido; mas acho muito triste que nós tenhamos trocado outras votações, contra o nosso voto, pela votação que priorizava alimentação nas escolas

municipais. Se esse projeto não for votado hoje, essa conta é do governo municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Felipe Camozzato, o Requerimento nº 144/21. (Pausa.) (Após a chamada nominal.) **APROVADO** por 23 votos **SIM** e 06 votos **NÃO**.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB) (Requerimento): Sr. Presidente, eu solicito prorrogação da sessão pelo período de duas horas, para que a gente possa vencer a pauta no dia de hoje. Muito obrigado.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em votação a prorrogação da sessão por mais duas horas. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Vereador Pedro Ruas (PSOL): Presidente, o que nós teremos a seguir? Quando o Ver. Ferronato falou, eu prestei bem atenção, havia uma dúvida. Aliás, na minha opinião, eu fui desrespeitado, e ele também, porque ele disse isso de certa maneira, mas o que nós vamos votar agora? Nós vamos discutir sobre o tema? O que vai ocorrer a partir desse momento?

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O que passa a ser apreciado, por deliberação do plenário, é a discussão do PELO nº 002/20, em 1ª sessão.

Vereador Claudio Janta (SD): Eu só queria uma informação da DL, qual seja, se o Ver. Jonas votou “sim” ou “não” ao Requerimento nº 144/21, ou ele não estava presente?

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): O Ver. Jonas não registrou o voto.

Vereador Claudio Janta (SD): Obrigado.

DISCUSSÃO GERAL

(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0381/20 – PROJETO DE EMENDA À LEI ORGÂNICA Nº 002/20, de autoria do Governo Municipal, que altera o art. 43 e inclui os artigos 43-A, 43-B e 43-

C na Lei Orgânica do Município de Porto Alegre, que trata da aposentadoria ao servidor abrangido pelo regime próprio de previdência social. (SEI 118.00225/2020-91)

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CECE, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da matéria e da Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação do Projeto e da Emenda nº 01.

Parecer Conjunto:

- da **CCJ, CEFOR, CECE, CUTHAB, CEDECONDH e COSMAM**. Relator-Geral Ver. Claudio Janta: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação da Subemenda nº 02 à Emenda nº 01 e, quanto ao mérito, pela aprovação da Subemenda nº 02 à Emenda nº 01.

Observações:

- retirada da Mensagem Retificativa nº 01;
- com Emenda nº 01, dos Vers. Idenir Cecchim, José Freitas, Hamilton Sossmeier, Felipe Camozzato, Ramiro Rosário, Gilson Padeiro, Pablo Mello, Mauro Pinheiro, Alexandre Bobadra, Giovane Byl, Moisés Barboza, Jessé Sangalli e Cassiá Carpes e das Ver^{as} Comandante Nádia, Mariana Pimentel, Cláudia Araújo, Fernanda Barth, Mônica Leal, Lourdes Sprenger e Psicóloga Tanise Sabino;
- com Subemenda nº 02 à Emenda nº 01, das Ver^{as} Cláudia Araújo, Mônica Leal, Comandante Nádia, Lourdes Sprenger e Fernanda Barth e dos Vers. Airto Ferronato, Mauro Zacher, Márcio Bins Ely, Gilson Padeiro, Pablo Melo, Ramiro Rosário, José Freitas, Alexandre Bobadra, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Mauro Pinheiro, Cassiá Carpes e Jessé Sangalli;
- para aprovação, voto favorável de dois terços dos membros da CMPA, em ambos os turnos – art. 130 do Regimento da CMPA;
- votação nominal nos termos do art. 174, II, do Regimento da CMPA;
- incluído na Ordem do Dia em 31-05-21, nos termos do § 5º do art. 129 do Regimento da CMPA.

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): Em discussão, em 1ª sessão, o PELO nº 002/20. (Pausa.) O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Márcio Bins Ely, vereadoras, vereadores, eu já disse antes, repito neste momento, que, quando a palavra é quebrada, nós ficamos sem nenhuma motivação ou sentido para se reunir, pois o que combinarmos não será cumprido, ou pode não ser cumprido. Isso criou uma situação de constrangimento. Eu vou avaliar com meus companheiros da oposição se vou continuar comparecendo às reuniões do colégio de líderes ou não. Porque, de fato, há pouco

sentido, senão uma desmoralização, em acertarmos determinados comportamentos em plenário e, no plenário, por ter uma maioria matematicamente expressiva, o governo muda o que quer, em qualquer circunstância, já que a palavra empenhada não vale nada. Eu sou antigo, sou do tempo em que a honra estava acima de tudo, ou seja, a palavra dada, para mim, vai até o fim, vale mais do que a vida, e é isso o que se pensa quando se faz uma política séria. Então, essa circunstância criou um problema muito grave de relacionamento aqui, interno, nosso, que não precisaria. E digo isso porque a maioria do governo é tranquila em tudo, mas não foi nesse projeto. Nesse projeto, o que o governo estava fazendo, e acho que a gente pode, sim, falar claramente, era buscar um dos três votos, ou do Ver. Ferronato, ou de V. Exa., Presidente Márcio, ou do Ver. Mauro Zacher. Pois, numa negociação, que eu entendo como séria, porque há mais de 30 anos eu conheço este vereador, o Ver. Ferronato, fui vereador com ele há muitos e muitos anos, ele é um vereador sério e honesto... Mas o que não é sério é o atropelo, tanto que surpreendeu o próprio Ver. Ferronato. Surpreendeu e decepcionou, não tenho dúvida disso. O que eu tenho dúvida é se, com esse voto que o governo está contando, com essas negociações que o governo está contando, o governo vai ter moral para continuar conversando com o Ver. Ferronato, depois do dia de hoje, porque não tiveram a decência de comunicá-lo sobre o que iriam fazer. É muito grave o que aconteceu. E é muito grave em relação a todos nós essa... (Problemas na conexão.) ...e o governo não dar bola. Porque nós votaremos contra esse projeto absurdo. E é muito mais grave porque o governo errou pesadamente com o Ver. Ferronato, eles não poderiam ter feito isso. Pode acontecer de terem somente 23 votos. Na minha opinião, deveriam. Agora, o que nós temos pela frente é a discussão de um projeto que mostra quem é o governo. O governo não deu bola. E o problema do governo é o reflexo na Casa. O governo não deu bola. Não tem nenhum projeto de combate à pandemia, de auxílio-refeição, de cesta básica, de auxílio emergencial, de distribuição de álcool em gel, de melhorar a questão do saneamento, de nada! O governo não tem projeto de combate à pandemia; o governo tem projeto de privatizar, de extinguir, de tirar direitos. Deveria privatizar o coronavírus, levar para ele, mas está deixando isso para o povo. Então, isso aqui demonstra bem... Ora, faria diferença entrar, em segundo, terceiro, quarto ou quinto lugar, hoje, por exemplo, priorizando aquele projeto da Ver. Daiana, acompanhado por todos nós, de almoço para as crianças das escolas municipais? Olhem a vergonha que será! O Ver. Ramiro agiu em boa hora pedindo a prorrogação da sessão, mas pediu para salvar a cara do governo, porque esse projeto não ia ser votado. No dia, vejam como influencia aqui na Casa, Presidente! Nós temos que ter respeito pelo Legislativo. Quem não gosta do Legislativo é a ditadura. Vejam em que situação estamos nós, se, na segunda-feira, quando os projetos contra a Covid são priorizados, nós não conseguimos votar um projeto de alimentação para as crianças nas escolas, porque o governo resolveu atropelar a Casa, o Ferronato, todos. Esta é a situação que o governo criou: um relacionamento rompido, neste momento, entre oposição e governo com relação a isso. Rompido, porque nos colocaram numa situação constrangedora de não poder mais acreditar na palavra das pessoas, o que é um absurdo. No Legislativo, repito, sem palavra, nós caímos no inferno. Por isso, esse projeto, ele é um projeto ruim na sua

essência, ele é um projeto, no mérito, muito negativo, mas, na forma como ele está sendo colocado em votação, atropelado, ele é muito pior. Ele é tão pior quanto à forma que ele pode não chegar aos 24 votos, ouçam isso. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Leonel Radde está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 002/20.

VEREADOR LEONEL RADDE (PT): Infelizmente, estamos fazendo um primeiro debate, na verdade, uma primeira discussão sobre a reforma da Previdência dos servidores públicos municipais. É com muita tristeza que vejo que quem trouxe a proposta de apresentar esse tema foi a Nádia, que é uma servidora pública da família da Brigada Militar. É importante que os colegas da Brigada Militar, os servidores públicos saibam que, na Câmara de Vereadores, quem está apresentando a reforma da Previdência contra os servidores públicos é uma servidora pública. Quem provavelmente votará favorável é o Bobadra, que também representa a Segurança, votará favorável à reforma da Previdência dos servidores públicos. Outro servidor público que votará, provavelmente, favorável é o Jessé. Quer dizer, então, que temos representantes da categoria dos servidores públicos votando contra os próprios servidores públicos. Espero que o Ferronato, que também é servidor público, repense esse voto favorável que ele dará contra os seus colegas servidores públicos. Por isso que é importante que, cada vez que a gente vá à urna, a gente saiba exatamente em quem está votando. Não caiam no discurso de que “ah, ele representa a minha categoria”, “determinado candidato é da minha classe”, “esse candidato ou candidata votará junto com a minha classe”. Existem outros interesses. Muitos dos que entram no campo da política se esquecem de onde vieram, se esquecem de seus colegas, se esquecem das dificuldades, se deslumbram com o universo do campo da política, se deslumbram com alguns cargos de confiança que podem indicar junto à Prefeitura, junto ao Executivo. Isso é importante que fique gravado, que se lembrem em 2022, nas próximas eleições. Não vamos esquecer o que está acontecendo hoje nesta Casa: o ataque aos servidores públicos, àqueles que estão dando a sua vida neste momento de pandemia, que estão dedicados à sua função, às famílias que passarão por dificuldades a partir daquilo que nós estamos discutindo hoje e votaremos na próxima quarta-feira.

Nós, como servidores públicos, como trabalhadores e trabalhadoras, não podemos aceitar esse tipo de projeto sendo apresentado no momento em que deveríamos estar discutindo vacina, discutindo alimentação para as pessoas que mais precisam, discutindo renda básica, discutindo quebra de patentes de vacina, discutindo aquilo que lida com a vida de milhões de brasileiros e brasileiras. Mas não, optamos por atacar aqueles que estão dando a sua própria vida em prol da sociedade porto-alegrense. É uma vergonha o que está sendo feito nesta Casa, de forma desleal, pelo prefeito Sebastião Melo. Eu sugiro que a população de Porto Alegre, a partir de quarta-feira, comece a acompanhar o Portal da Transparência, para saber como serão distribuídos os

cargos de confiança, o toma lá dá cá, a velha política travestida de nova política. Estão mentindo na campanha para fazer aquilo que existe de mais clássico na política nacional, que é a troca de voto por cargos, que é a troca de voto e da sua vida, dos seus colegas por dinheiro. Não vamos esquecer; atentos, servidores e servidoras, todos na Câmara de Vereadores na próxima quarta-feira. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 002/20.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Obrigado, Presidente Márcio Bins Ely. Eu gostei, achei muito correto o pronunciamento do policial antifascista, o combativo Ver. Leonel Radde, do PT, achei muito apropriado, uma denúncia muito justificada. Nós vamos acompanhá-lo nessa denúncia, vereador, nós vamos dizer quem é quem, para que os servidores públicos saibam bem quem é quem. Eu confesso que não estou convencido, e foi dito, de modo diferente, que o Ver. Ferronato irá acompanhar o governo. O Ver. Ferronato perguntou por que é que eu o citei tantas vezes. Eu o citei tantas vezes, porque o governo, para aprovar a sua reforma da Previdência, mais concretamente, para aumentar a idade dos servidores públicos para terem direito a se aposentar, necessita ter 24 votos. Uma mudança na Lei Orgânica exige 24 votos. Se os dez vereadores da oposição votarem contra, como votarão; os dois vereadores do PDT, que eu espero que também votem contra, e o Ver. Ferronato votar também contra, são 13 votos, isso impede a aprovação. Se esses 13 vereadores – eu digo isso, porque também disse numa atividade junto aos servidores públicos para o próprio Ver. Ferronato, e ele concordou comigo – se mantiverem firmes nessa posição contrária ao aumento de idade, o governo não tem os votos para aumentar a idade. Portanto, quando eu me referia ao Ver. Ferronato, é justamente porque é importante que a cidade saiba o que cada um está pensando.

A dúvida que me surgiu diante da pressa do governo de encaminhar a votação da previdência, sabendo que o governo não se apressa quando não tem a convicção de maioria, e maioria, neste caso, são 24 votos, diante dessa pressa, me surgiu a dúvida de qual vereador desses 13 estaria dando acordo para aprovação do aumento de idade para os servidores terem direito à aposentadoria. Se 13 disserem “não”, não precisa ter nenhuma mitigação, não tem por que se reduzir o dano. Se nós temos condições de impedir que a idade aumente, portanto, que os servidores sejam penalizados, não há por que buscar um mal menor, quando se pode evitar o mal todo. A ideia de mitigação, ela faz sentido se o governo já tem a maioria, bem, aí pode fazer sentido, mas, nesse caso, um dos três vereadores teria que dar essa maioria de 24 votos para o governo. Até agora, eu não sei, nem por parte do Ver. Ferronato nem por parte dos dois vereadores do PDT, de um posicionamento favorável a essa mudança. Eu acho que também é muito útil sempre o debate ser transparente. Eu estou dizendo de modo claro que sou contra essa mudança, porque eu acho que os servidores públicos não

podem ser penalizados. A reforma da Previdência, o que exige a lei federal, o que exige a Constituição, já foi feita no Município de Porto Alegre. Há equilíbrio atuarial, não há necessidade de reforma do ponto de vista da legislação federal. Se não fizermos nenhuma reforma, não há nenhuma penalização ao município de Porto Alegre, portanto, a reforma é uma opção de governo. Nós não concordamos com essa opção, e eu espero, sinceramente, que o Ver. Ferronato, que representa os servidores públicos, também não concorde. É a convicção que eu tenho. Fiquei na dúvida, quando eu senti o governo se apressando, e fiquei também com uma péssima impressão, a mesma que o Ver. Pedro Ruas mencionou aqui, de que o governo não respeita sequer aqueles vereadores que buscam, de uma certa forma, algum nível de diálogo, como é o Ver. Ferronato, diante de uma situação dessas, porque está expondo o tema da reforma da Previdência. Na medida em que esse tema é exposto, é muito importante que os debates sejam transparentes, inclusive as negociações.

Eu sugeriria a qualquer vereador, à Ver.^a Cláudia, porque eu não estou contando com vereadores que estão votando com a linha Bolsonaro o tempo inteiro... Eu não posso contar com a Ver.^a Nádia, porque a Ver.^a Nádia, como é que eu posso contar com ela? Não é o problema de não respeitá-la, não é uma questão subjetiva, mas a Ver.^a Comandante Nádia é uma vereadora que, orgulhosamente, ostenta a defesa do bolsonarismo, das posições de extrema direita, que são posições contra os trabalhadores e contra os servidores públicos, embora ela mesma seja servidora pública. Da mesma forma, muitos outros vereadores, o próprio Ver. Janta, que foi líder do prefeito Marchezan, agora está com o prefeito Melo, eu não vou esperar que o Janta vote algo diferente, porque eu acho que é da natureza dele votar. Eu não acho que o Janta vai, de fato, defender os servidores públicos nessa questão, porque ele já deixou claro, muitas vezes, que não tem esse compromisso, eu não tenho essa expectativa. Agora, é diferente no caso do Ver. Ferronato e dos dois vereadores do PDT, começando pelo Presidente da Casa, porque o Ciro Gomes tem feito muitas vezes críticas a essas tentativas de jogar a crise econômica nas costas dos servidores públicos. Eu espero obviamente que o PDT tenha essa posição. Portanto, o governo não tem...

(Som cortado automaticamente por limitação de tempo.)

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MÁRCIO BINS ELY (PDT): O Ver. Mauro Pinheiro está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 002/20.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Presidente Márcio, demais vereadores e vereadoras, público que nos assiste pela TVCâmara; o que nós estamos discutindo aqui, é bom ficar claro, porque o Ver. Robaina falou, falou, falou, mas não falou do projeto. Tentou convencer alguns vereadores a votarem, atacou alguns vereadores, e o importante é a gente discutir o projeto de lei. Nós estamos discutindo aqui a reforma da Previdência no Município de Porto Alegre. Para o senhor e a senhora

que estão em casa, é a reforma da Previdência do servidor público, a reforma da Previdência própria do servidor, só do servidor. Nós não estamos discutindo a reforma do trabalhador que o PT tanto diz que defende, que é o trabalhador aquele que trabalha e ganha salário mínimo, que trabalha de pedreiro, mão de obra, empregada doméstica. Isso nós não estamos discutindo. O projeto de lei da reforma geral da Previdência dos trabalhadores, do trabalhador de verdade, que o PT deveria estar defendendo, porque ele diz que defende o trabalhador, já foi aprovado lá na Câmara Federal, no Congresso. A reforma geral da Previdência foi aprovada em 2019. O que acontece aqui hoje é que nós estamos discutindo a reforma da Previdência do Município de Porto Alegre, dos servidores do Município. Os servidores do Município são hoje, aproximadamente, 13 mil pessoas. Quando o vereador diz...

(A Ver.^a Comandante Nádia assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Ver. Mauro, por favor, botar a máscara. Obrigada.

VEREADOR MAURO PINHEIRO (PL): Ver.^a Nádia, eu não quero criar confusão, vou colocar para evitar, mas nós não decidimos que, no plenário, nós não poderíamos falar sem máscara. Isso foi uma discussão que não ficou votada, mas, pelo seu pedido e pelo pedido da vereadora que é a Vice-Presidente da Casa, eu vou colocar a máscara, mas não foi isso que foi acordado na reunião de líderes. Como tem alguns vereadores que estão pedindo, nós vamos cumprir o pedido da vereadora.

O que nós estamos discutindo aqui, então, é a reforma da Previdência somente dos servidores. O senhor que trabalha e ganha salário mínimo, a sua reforma já aconteceu. A reforma da Previdência, ela é necessária, por quê? Porque, quando se fala em previdência, a gente pensa somente na aposentadoria. A previdência social é dividida em três partes: tem a parte da previdência, a da aposentadoria, a da saúde e da seguridade social. Os recursos, como, no Brasil, é feito pela repartição, todos aqueles que estão na ativa pagam, e esse recurso é recolhido para depois pagar aqueles que já se aposentaram. No Brasil, hoje, cada vez mais diminui o número de pessoas que estão pagando, principalmente neste ano de pandemia e de crise. Aquelas pessoas com emprego formal, que são as que pagam a previdência, essas cada vez diminuem mais, diminuiu o número. Então, a arrecadação previdenciária diminuiu. Quando se diminui o valor de arrecadação para pagar aqueles que estão aposentados, o que é que acontece? O Município, o Estado, o governo federal têm que buscar outros recursos para completar, para, inclusive, poder completar a parte de saúde e de assistência social. Quando esses recursos saem do Tesouro para completar a aposentadoria dessas pessoas, nós estamos deixando de fazer investimentos na saúde, na educação, na segurança e na questão social inclusive. No Município de Porto Alegre, trazendo para a nossa cidade, nós temos hoje um déficit previdenciário que chega a quase R\$ 4 milhões por dia. Nós estamos deixando de fazer investimentos em outras áreas para garantir a aposentadoria de algumas pessoas. Nós temos hoje, no Município de Porto Alegre, em torno de 13 mil

peças que prestam serviço, são concursados, servidores de carreira, mais uns 16 mil que já estão aposentados. Nós estamos tratando da previdência dessas pessoas, não é do trabalhador que está trabalhando na rua, não é do trabalhador da iniciativa privada. Então, na verdade, nem dos aposentados. Nós estamos discutindo é a idade da aposentadoria, porque o trabalhador comum já está com a lei aprovada, que é de 65 anos de idade para os homens e 62 para as mulheres. Todos os trabalhadores da iniciativa privada do governo, os servidores federais já estão com essa lei aprovada; nós, do Município de Porto Alegre, estamos discutindo apenas a idade de aposentadoria dos servidores de Porto Alegre.

Com isso, vou encerrando, Presidente, dizendo que, quando o vereador diz “povo de Porto Alegre, venha, estamos discutindo!”, não estamos discutindo sobre os senhores e as senhoras que são trabalhadores comuns que ganham salário mínimo, nós estamos discutindo é a previdência dos servidores que querem se aposentar o quanto antes, sem trabalhar. Nós queremos, sim, é justiça social, para que sobre mais para a Prefeitura fazer investimentos, tapar buracos, botar mais médicos nos postos de saúde, melhorar a segurança, melhorar o seu dia a dia, porque nós estamos com déficit na Previdência do Município de mais de R\$ 1 bilhão, e isso é quase 20% da receita do Município de Porto Alegre. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Ver. Ramiro.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB): Presidente, só uma questão, até para não gerar novos constrangimentos como aconteceu agora com o Ver. Mauro Pinheiro e como aconteceu comigo antes também. Colegas que são fiscais de tribuna, foi orientação da Mesa Diretora de que esta tribuna aqui nós utilizássemos com uso de máscara, e aquela tribuna nós utilizássemos sem o uso de máscaras. Essa é uma orientação, não é uma determinação da Mesa Diretora com relação a isso, até mesmo porque esta aqui tem proteção mais baixa, e a pessoa sem máscara, quem está próximo dela está muito mais sujeito à contaminação do vírus do que na outra. Não seria nem lógica essa questão, ali foi colocado apenas pela questão de o microfone poder ser higienizado, e o outro, com espuma, não poder ser higienizado, mas pela própria parte da altura, na verdade, vai por terra essa tese. Então para não gerar novos constrangimentos com os colegas, porque eu acho um desrespeito o colega estar na tribuna e os outros gritando “bota a máscara, bota a máscara!” sendo que não há uma orientação clara sobre isso, é apenas uma sugestão da Mesa Diretora.

Vereadora Daiana Santos (PCdoB): Só quero complementar, porque eu acho importante que as pessoas compreendam a necessidade do uso de máscara como uma forma preventiva ao vírus. Aqui nós temos vereadores com idade avançada; assim como o Ver. Idenir Cecchim, que neste momento encontra-se em recuperação, nós temos outros vereadores. Isso é importante, essa orientação que a gente dá, inclusive

que foi criada e debatida no colégio de líderes, é uma orientação que está aí publicizada para que toda a população siga, porque é importante que todo mundo saiba que a utilização de máscara, que a utilização de álcool em gel são preventivos. Diante disso, é importante que nós, vereadores, demos o exemplo. É importante, foi firmado no colégio de líderes, foi firmado na reunião, e nada do que se fala nessa reunião é cumprido.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): Feito o registro vereadora, obrigada.

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente Nádia, o Ver. Ramiro foi até o meio do saguão sem a máscara, dizendo que estava bebendo água; não, ele estava falando e discutindo com a vereadora! Não dá isso aí, nós temos que usar máscara para caminhar aqui dentro. Quando estiver bebendo sim, tem que tirar a máscara, agora para conversar e discutir... Tem que dar o exemplo, Ver. Ramiro, a Covid está tomando conta da cidade!

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 002/20.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Eu não queria entrar na questão da reforma da Previdência, mas, como fui citado pelo Ver. Radde – não sei se ele está aqui agora –, gostaria de fazer algumas intervenções. A primeira observação que ele fez é que teriam sido os votos de servidores que teriam eleito alguns vereadores – no caso, ele fez menção a mim e ao Ver. Bobadra –, que por isso nós deveríamos atentar como votar na questão da reforma da Previdência, se não nós não voltaríamos aqui, não nos reelegeríamos. Entendi que é mais ou menos essa a linha de raciocínio do vereador. Eu queria só lembrar ao vereador que cada vereador está aqui representando uma parcela da população, ele também, o Ver. Radde também. Se ele pediu voto para servidor para estar aqui representando categorias de servidores, acho que essa preocupação é legítima, mas não é não é a característica média do eleitor que votou em mim, a defesa de direitos e benefícios para categorias do funcionalismo público municipal. Então eu entendo que essa seja uma preocupação legítima dos vereadores que prometeram para os funcionários lutar por benefícios, privilégios, salário, por aposentadoria, mas essa não é minha característica. Até, se o Ver. Radde quiser, pode buscar no meu gabinete os panfletos que eu ainda tenho, da campanha, que mostram quais foram as minhas pautas, quais foram os meus compromissos, e quem quiser buscar também um pouco mais nas redes sociais pode buscar quais foram os compromissos que eu fiz com o eleitor que acabaram me trazendo aqui para Câmara de Vereadores de Porto Alegre.

Lembrando também que o argumento usado pelo vereador de que quem vota a reforma da Previdência não se reelege, bom, eu votei a reforma da Previdência no Município de Viamão e hoje sou vereador da capital do Estado do Rio Grande do Sul. Então esse argumento de que quem vota reforma não se elege está calçado naqueles

vereadores que prometeram algo para os servidores, e eu não prometi nada para servidor, embora – aí vem meu segundo argumento – eu seja servidor público federal, então eu já estou submetido à reforma federal da Previdência, que é a base da reforma da Previdência do Município de Porto Alegre. Graças a alguns vereadores, essa reforma que está sendo proposta aqui em Porto Alegre é um abrandamento do que foi a reforma federal, então o Município de Porto Alegre, seus servidores públicos terão regras mais suaves do que os servidores públicos federais; aqui eles vão se aposentar antes do que eu vou me aposentar como servidor público federal. O servidor público de Porto Alegre, os próprios servidores públicos federais têm regras muito melhores de aposentadoria do que aqueles que contribuem para o meu salário e para o salário de cada um dos colegas vereadores aqui.

Então, queria só fazer essa recomposição da verdade, porque ninguém aqui é contra qualquer pessoa, ninguém é contra servidor público, mas essa preocupação da reeleição só para quem tem um projeto pessoal de poder para que o argumento seja válido; quem não tem projeto pessoal de poder, quem não está aqui pela perpetuação do cargo não precisa estar preocupado com perder a popularidade por se posicionar em uma reforma tão importante quanto a reforma da Previdência. Levando em consideração que as pessoas que votaram em mim não são servidores públicos, ajudam a pagar o meu salário, o salário de cada um dos senhores e sustentar 30 mil servidores públicos no Município de Porto Alegre, e esse conjunto de pessoas compõem 1,5 milhão de cidadãos, dá para a gente chegar a uma certa conclusão de que a maior parte das pessoas nos sustenta e não será beneficiada pela manutenção dessa reforma da Previdência como se encontra hoje. Então se for para pensar no conjunto de eleitores é provável que a maior parte das pessoas pense “é melhor eu pagar menos imposto e receber mais serviços do que aposentar um servidor público com 50 anos de idade”. “Ah, isso não é verdade!”, eu me aposentaria com 56 anos de idade, com a reforma a que eu já estou submetido vou me aposentar com 65 anos de idade. Eu não acho que o servidor público de Porto Alegre seja mais especial do que a dona Maria, que vai se aposentar com 65, eu não acho que ele seja melhor do que qualquer servidor público federal. Então se as regras já existem em âmbito federal e é justo que aquelas pessoas que ganham bem contribuam por mais tempo com a cidade e com a sociedade, eu entendo que essa também é uma responsabilidade que temos que discutir e trazer para o Município. Se eu vou perder alguns votos por votar pela longevidade nas contas públicas do Município de Porto Alegre, tudo bem, mas não faço isso por troca de cargo, não faço isso por troca de apoio. Se esse argumento fosse válido, eu estaria abraçado até hoje com o PSDB do município de Viamão, o que não vai acontecer, porque inclusive fui expulso, porque denunciei as coisas erradas que estavam acontecendo naquele município.

Só para esclarecer ao Ver. Radde, sim, votarei provavelmente a favor da reforma da Previdência, e tenho argumentos para embasar que não são trocas de favores políticos nem de cargo. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 002/20.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Saúdo a nossa Presidenta, Ver.^a Nádia, colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão nesta noite. Realmente, o comprometimento de grande parte dos vereadores da base do governo do ponto de vista da análise dos projetos que hoje se apresentam não tem muita importância, porque eles já estão comprometidos com a base do governo. Se nós olharmos do ponto de vista das votações até então realizadas, a grande maioria nem quer discutir, votam nem que seja no escuro a favor do governo. Aqui é pior, porque nós percebemos o histórico dos últimos meses, que se tornou público, inclusive, já saiu na imprensa, quantos vereadores já estão comprometidos com o atual governo com a indicação de parentes com nepotismo, alguns com nepotismo cruzado. Com todo respeito que tenho pela vice-líder do governo e também vice-Presidente da Câmara, eu achei muito obscura a indicação do Major Gerson Luiz Guarda, secretário adjunto da secretaria de Segurança, que é familiar, é esposo de uma assessora de bancada da própria vice-líder do governo – não vou dizer aqui o nome dela para não expor a assessora, que não tem culpa de nada. Eu falo isso porque nem tudo a imprensa coloca para a sociedade perceber, mas às vezes a gente percebe a pressa de alguns vereadores e vereadoras no tal comprometimento que têm com o governo. Nesse sentido, nós perdemos a essência do debate político daquele projeto ora em análise, porque, imaginem os senhores, vou dar alguns aspectos aqui: por que o governo não discute com trabalhadores da saúde para ter equiparação com outros servidores para terem tempo reduzido para sua aposentadoria, uma vez que trabalham em áreas insalubres ou áreas de risco, áreas que de fato merecem, por legislação federal, inclusive uma aposentadoria com menor tempo por estarem expostos a alguns riscos trabalhando em blocos cirúrgicos, na UTI, nas emergências? Não, o governo não discutiu isso, como por exemplo não discutiu com o pessoal da segurança, com o pessoal da assistência social... O governo disse que fez um debate com as entidades e que a grande maioria das entidades o apoiam, mas até o momento não veio nenhum documento assinado pelas entidades que apoiam esse projeto do governo, sem contar com o período de transição: quantos anos a mais vão trabalhar as mulheres? Quantos anos a menos, ou os homens vão perder? Então, se a pessoa hoje se aposentaria com 25 anos, ou ela tem 25 anos de trabalho, quantos anos a mais ela tem que trabalhar? Não veio nenhuma emenda com essa questão do tempo de transição, e todos os projetos apresentados até então, em nível estadual e federal, têm esse tempo de transição. O governo está preocupado em obter esses R\$ 3 bilhões, sabendo-se que o governo ainda tem, como herança do governo anterior, segundo o próprio governo anterior, mais de R\$ 500 milhões em caixa.

Nesse sentido, para concluir, nesta primeira discussão desse projeto de lei, que ainda não estaremos votando, para nós é uma obviedade, no sentido de que o governo não avançou com a categoria, nem mesmo falou, em algum momento, na recuperação que não deu aos trabalhadores nesses quatro anos, sem reajuste. Então os

trabalhadores vão para uma aposentadoria precarizada, reduzida, e infelizmente saem decepcionados com a promessa do atual governo, que, na campanha, diz uma coisa e hoje realiza outra. Com certeza, nesse sentido, claro, nós votaremos contra esse projeto de lei.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 002/20.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Vejam só, trabalhadores e trabalhadoras de Porto Alegre, a ironia que é este plenário. Agora há pouco, a votação do requerimento! Este plenário tem 11 vereadores mulheres, e a ironia é que este projeto de reforma da Previdência é contra as mulheres que trabalham na saúde, que trabalham na educação, que trabalham no saneamento, que são garis. São elas que vão pagar a conta pesada; elas que têm que cuidar dos filhos, porque essa sociedade ainda é patriarcal; elas que provêm o lar, porque ainda há muitos homens que as abandonam com os filhos. E aqui querem votar para os 62 anos de idade para as mulheres. Eu quero conversar também com a Ver.^a Bárbara Penna, que assumiu aqui, que conhece a luta das mulheres, conhece a dureza que é a luta das mulheres no Brasil, um País que ataca não só do ponto de vista individual os seus direitos, Ver.^a Reginete, mas do coletivo, como aqui nesta Casa, em que querem destruir a carreira da servidora pública municipal.

Esse apelo eu quero fazer às nossas parlamentares, mulheres desta Casa que vieram para cá com o voto do povo. Parabéns por estarem aqui representando inclusive a pauta das mulheres. Agora, eu quero fazer um alerta para as enfermeiras, as técnicas, as médicas, as assistentes sociais, as professoras e as monitoras, as trabalhadoras da limpeza: vocês têm que conversar com as mulheres do plenário, com as vereadoras, principalmente, para que elas votem com as mulheres, sabe por que, Ver.^a Karen? Porque a maioria da educação é feita por mulheres, 90% são professoras e monitoras! Porque a maioria da saúde, 60%, são mulheres, técnicas de enfermagem, enfermeiras! Ver.^a Cláudia Araújo, você, que é uma pessoa que luta pela saúde, vote pelas mulheres de saúde, elas estão lá combatendo a Covid, isso é importante.

E quero dizer mais, o Ver. Mauro Pinheiro veio aqui e disse assim: “Já fizeram a reforma federal, agora todo mundo está tendo que completar 65 anos, então o servidor público também tem que se danar, também tem que completar 65 anos”. É como se nós estivéssemos, por exemplo, lá no Brasil Império, e açoitassem um negro; vamos açoitar os outros. Isso é um absurdo, gente, porque alguém perdeu o direito, porque alguém é violentado, nós vamos violentar os demais! O Ver. Jessé Sangalli também veio aqui e disse: “Eu sou servidor federal e já sofri a reforma, agora quero que vocês sofram também”. Quer dizer, se vem um temporal e derruba a minha casa, eu vou torcer que derrube a casa do vizinho! Quer dizer, se a minha vizinha não tem emprego, está desempregada, vou torcer que o desemprego chegue também na outra vizinha! Quer dizer que, quanto pior, melhor! Não, colegas vereadores, vamos nos sensibilizar!

Se os ladrões da Pátria, de Brasília, detonaram com a Previdência Social brasileira, nós temos que dar resposta para eles na tribuna da Câmara de Vereadores de Porto Alegre e dizer: vocês, em Brasília, estão sujos, estão atolados até o pescoço. Nós, aqui em Porto Alegre, não vamos fazer a política errada de tirar direito de trabalhadores, de trabalhadoras, nós, aqui, vamos trabalhar com vocês; nós, aqui, vamos conversar com os garis; nós, aqui, vamos conversar com o pessoal do saneamento; nós, aqui, vamos conversar com os professores, com os monitores; vamos conversar com quem faz Porto Alegre, quem carrega Porto Alegre nas costas. E tem gente que é servidor público e é vereador desta Capital, é aposentado e quer detonar com quem quer se aposentar, com os coitados dos servidores da Prefeitura! Que tristeza, que desolador é isso! Isso é uma vergonha! Querem manchar a história da Câmara fazendo, na noitinha, as votações, escondendo-se do povo, porque estamos na pandemia. Prioridade não é vacina, prioridade não é combater a Covid; prioridade é, na noitinha, escondido aqui na Câmara, que o povo não pode estar aglomerado. Isso é triste!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Bruna Rodrigues está com a palavra para discutir, em 1^a sessão, o PELO n° 002/20. (Pausa.)

Vereadora Bruna Rodrigues (PCdoB): Eu solicito a retirada da minha inscrição, porque eu acho que o projeto importante a ser votado é o projeto que trata da alimentação nas escolas. Esse é um projeto que urge na cidade. Então eu retiro minha inscrição e peço que a gente vote o projeto da Ver.^a Daiana Santos.

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Reginete Bispo está com a palavra para discutir, em 1^a sessão, o PELO n° 002/20.

VEREADORA REGINETE BISPO (PT): Boa noite para quem nos acompanha; meus colegas vereadores e minhas colegas vereadoras. Eu me inscrevi para manifestar, inclusive já havia colocado durante à tarde, que eu não entendia muito bem a lógica que estava coloca para a votação dos projetos, especialmente este, o PELO n° 002/20, um projeto de extrema relevância não só para os servidores, mas para o serviço público da nossa cidade.

Eu vi, em meados de abril, em 12 de abril, que o projeto, de maneira diferenciada, coloca uma sobrecarga sobre as mulheres, onde os homens terão o aumento de cinco anos de contribuição e as mulheres terão de sete anos, sendo que 68% dos servidores que contribuem para o Previmpa são mulheres. Não é por acaso, porque entra a educação, a saúde, e nós sabemos que a base dessas categorias é formada por mulheres. Então, em 14 de abril, eu solicitei para que a Procuradoria Especial da Mulher desta Casa se manifestasse sobre a violência explícita que está colocada nesta proposta de previdência sobre as mulheres. Nada se justifica que as mulheres tenham que ter mais sete anos de contribuição para requer a sua tão sonhada aposentadoria, ao

passo que os homens terão cinco. Até hoje não vi nenhuma manifestação da Procuradoria Especial da Mulher, que está colocado no Regimento, que ela tem que se posicionar cada vez que receber uma denúncia de violência contra as mulheres. E aqui neste projeto tem uma violência explícita.

Na semana que passou, esta Casa recebeu do Conselho Administrativo do Previmpa uma denúncia de que já, em 2020, havia sido solicitado pelo, então, presidente do Previmpa, hoje secretário da Fazenda, uma auditoria externa para avaliar as reais condições do Previmpa. Eu encaminhei um requerimento para o Presidente desta Casa, Ver. Márcio Bins Ely, requerendo que a Prefeitura se manifestasse sobre isso, porque, se o então secretário da Fazenda, em 2020, dizia que não tinha condições de levantar uma avaliação atuarial séria sem essa auditoria, como que hoje ele, na condição de secretário, respalda uma reforma previdenciária sem que essa auditoria seja feita. A auditoria foi contratada em março deste ano e os auditores da empresa contratada têm dito que o Previmpa não os recebe e não passa as informações necessárias para fazer essa auditoria, inclusive prorrogando para mais seis meses a auditoria.

Então, neste plenário, quero dizer ao Presidente da Casa, Ver. Márcio Bins Ely, e à Procuradoria da Mulher que, por favor, deem dinâmica para as solicitações, senão não funciona, o regramento não funciona. É preciso, sim, que o Presidente desta Casa solicite uma manifestação do Executivo quanto a essa auditoria externa, por que ela não está sendo respeitada se ela é tão importante. Eu preciso, gostaria imensamente, solicitei para que a Procuradoria da Mulher se manifestasse, Ver.^a Daiana Santos, que compõe a Procuradoria da Mulher, sobre a violência que este projeto representa para as mulheres.

Portanto, eu gostaria, companheiros e companheiras, vereadores e vereadoras, que a gente levasse a termo essas solicitações e esse requerimento para que a gente possa, sim, discutir e votar com serenidade e tranquilidade sem acelerar o processo de forma desnecessária, onde nós não saberemos, realmente, qual será o impacto sobre o Município e sobre a vida das pessoas. Obrigada, presidente.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 002/20.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PRTB): Boa tarde. Eu não ia discutir hoje esta matéria, mas eu fui impelida a isso, porque eu ouvi tantos homens aqui citando a questão da aposentadoria das mulheres e eu não acredito – eu não sou do politicamente correto, Presidente Comandante Nádia – nessa falácia de lugar de fala, mas me chama a atenção ver vereadores da esquerda falando pelas mulheres, porque eles levam isso a sério. Se a gente defende a igualdade, nós deveríamos, em primeiro lugar, defender que as mulheres e homens se aposentassem com a mesma idade, mas isso seria uma injustiça, Ver.^a Comandante Nádia. Sabem por quê? Porque as mulheres

vivem cinco anos a mais que os homens em média. E se a justiça fosse para ser, realmente, feita, nós teríamos que trabalhar cinco anos a mais do que eles, ou pelo menos uma conta proporcional. Ou seja, eu sou mãe, tenho um filho de 16 anos, me sinto plenamente nas minhas qualidades de saúde e capacidades de trabalho e eu acho engraçado que vem gente dizer aqui que é uma injustiça contra as mulheres querer ampliar a idade para que elas se aposentem, sendo que nós nos aposentamos mais cedo e vivemos mais tempo do que os homens que historicamente morrem antes de ataque cardíaca e outras doenças derivadas do estresse justamente porque trabalham a mais do que as mulheres.

Então vou deixar aqui muito claro que, na Itália, a mulher se aposenta com a idade de 67,2 anos; na Grécia, com 67 anos; na Islândia, com 67 anos; Holanda, Dinamarca, Portugal, com 66 anos; México, Nova Zelândia, Japão, Canadá, com 65 anos. Mais da metade dos países do mundo tem igualdade de idade de aposentadoria entre homens e mulheres. Igualdade de idade seria o mínimo e nós já estamos fazendo diferente. Provavelmente teremos que, daqui a 10, 15 anos, fazer uma nova reforma, porque, graças a Deus, coisa boa, a humanidade está vivendo cada vez mais tempo, com maior longevidade e eu torço que um dia a gente tenha a igualdade nesse sentido e se estender um pouco mais; as mulheres deveriam se aposentar mais tarde do que os homens. Em 60% dos países nós já temos igualdade de idade de aposentadoria entre homens e mulheres. A tão propalada igualdade dos sexos deveria ser conquistada, primeiro, na igualdade de deveres para depois chegar na igualdade de direitos, ou, melhor ainda, os dois de mãos dadas. Ou seja, quem vem para cá propagar essa falácia de que as mulheres pobrezinhas, não me sinto representada por esse discurso. Nós não somos vítimas, nós somos fortes, nós temos capacidade de trabalho e eu pretendo, graças a Deus, que o trabalho me proporcione trabalhar até não ter mais forças para tal. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDANTE NÁDIA (DEM): O Ver. Matheus Gomes está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 002/20.

VEREADOR MATHEUS GOMES (PSOL): Eu quero falar para a população de Porto Alegre que está nos assistindo neste momento que este debate tem uma importância muito maior do que alguns vereadores estão colocando aqui. Na verdade, tem uma subestimação da importância do que pode ser votado na Câmara nas próximas sessões. Trata-se, sim, do direito à aposentadoria que não deve ser compreendido como um privilégio, e isso é uma questão que precisamos discutir.

No Brasil, nos últimos anos, se viu ser difundida uma ideia de que se aposentar é um privilégio, essa é a grande questão. Nós somos um País com o mundo do trabalho profundamente desigual, nós somos um País marcado por superexploração do trabalho, por baixos salários, por péssimas condições de trabalho, mas, se aposentar, virou um privilégio no discurso político dominante Brasil afora. Não é assim, não é

dessa forma que queremos pensar essa discussão. Por que fazer uma reforma profunda num regime que é superavitário? Essa é a primeira questão. Os dados apresentados pela análise do Previmpa mostram que o regime é superavitário. Por que fazer essa reforma? Na verdade, trata-se de uma política, de uma tentativa da Prefeitura de Porto Alegre se adiantar ao rombo que a política econômica que estão orientando neste momento vai deixar na nossa cidade. É uma escolha, e quem está nos assistindo tem de entender isso, tirar da população trabalhadora, tirar do serviço público e favorecer o grande empresariado que, na maioria das vezes, se quer é da nossa cidade ou do nosso Estado. Essa é uma grande questão.

Vamos olhar para o serviço público de Porto Alegre, o desmonte daquele serviço que deve ser prestado em cada comunidade, em cada periferia da nossa cidade, começa pela precarização das condições de trabalho. Olhem para a saúde! A Estratégia da Saúde da Família em Porto Alegre foi desorganizada na última gestão, a terceirização passou a ser a regra. Nada contra os trabalhadores que tem que optar por esse tipo de trabalho, eu mesmo sou formado, tenho licenciatura em História, e se tivesse que trabalhar na área, não ia escolher, nós temos que sobreviver. Agora, o Estado pode escolher o tipo de trabalho que vai organizar a forma como vai ser prestado o serviço público e a escolha das últimas gestões, referendada agora pelo prefeito Sebastião Melo, com um projeto que vem da outra gestão que ele tanto combateu, que disse que faria diferente, é dar continuidade a precarização do serviço público. Vamos ver o que aconteceu, nos últimos anos, com o DMAE, precarização também, apontado já por relatório do Tribunal de Contas do Estado, precarizar para depois privatizar. Está lá, não sou eu quem está falando, o relatório está publicizado para todo mundo ler, estudar e debater nesta tribuna. Vamos trazer os dados reais, o que está sendo discutido. É uma estratégia que está sendo colocada em vários âmbitos do serviço público na nossa cidade, e quem sofre com isso não é apenas o trabalhador do serviço público municipal, é toda a população de Porto Alegre que precisa de qualidade para sobreviver em várias áreas. Na educação, com professores e professoras que vão ser atingidos; saúde, transporte, várias questões, tudo isso é afetado. Vamos, então, olhar para o conteúdo.

A Ver.^a Reginete Bispo publicou, recentemente, um ótimo artigo sobre o impacto da reforma da previdência sobre as mulheres, que são a maioria no serviço público. Vamos pensar o que aconteceu no Brasil desde que foi aprovada a reforma da previdência em 2019: o mundo do trabalho melhorou? Não. Hoje a regra é informalidade, hoje a regra é não ter direito. A economia melhorou? Não melhorou. Tudo aquilo que foi dito nos debates de que o Brasil precisava disso para se salvar foi por água abaixo. E agora estão tentando aplicar essa história aqui na cidade de Porto Alegre como se fosse a tábua de salvação dos problemas das nossas comunidades. Não é, não é verdade isso. E é por isso que este debate está sendo feito desta forma, num período de pandemia, com dificuldade de participação social; é por isso que está sendo votado sem as galerias da Câmara estarem lotadas, sem ter a possibilidade de participação na construção dessa discussão.

Se não fosse pela ação da oposição, e encerro com isso, que entrou na justiça para que se cumprissem as regras, tivesse o relatório do Previmpa, talvez esse debate já teria sido feito de maneira atropelada. Então, vamos prestar atenção, não é bem assim, não é isso que estão dizendo, é um debate estratégico para a cidade de Porto Alegre, para o funcionalismo e para toda a comunidade que faz uso do serviço público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDATE NÁDIA (DEM): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 002/20.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa noite a todos e a todas, principalmente à população que está nos acompanhando. Esta é uma discussão muito importante porque não trata apenas de uma reforma da previdência dos servidores públicos, o que nós estamos debatendo aqui é uma concepção de mundo, uma concepção de cidade, uma concepção de Estado. Quando nós colocamos que defendemos, sim, plano de carreira, defendemos, sim, estabilidade, defendemos, sim, progressões, regimes, nós estamos falando de um Brasil que, cada vez mais, desregulamenta o seu trabalho. E falando de Brasil, esse País de passado escravocrata, esse País, em que o trabalho regulamentado a partir da carteira de trabalho assinada, o direito à aposentadoria foi questionado por todos os últimos governos de gestão federal, estadual e municipal, um Brasil que não investe no trabalhador. Quem defende estado mínimo defende a ampliação dos seus negócios privados para fazer negócios em cima da educação, para fazer negócios em cima da saúde, da assistência social, tudo aquilo que hoje é de responsabilidade do Estado, e o Estado tem que ser responsável, porque o Brasil é extremamente desigual. Como é que a gente quer falar de competitividade, como é que a gente quer falar de possibilidade de desenvolvimento de mulheres, de negros e negras, de pessoas pobres, trabalhadoras, sendo que o Estado é única medida, é o único caminho apresentado a partir do pagamento dos impostos, dessas próprias pessoas que são impactadas hoje por esse desmonte que está acontecendo? Como a gente quer garantir um Brasil mais equitativo, mais igualitário em relação a gênero, em relação à classe, em relação à raça com esse desmonte que está sendo posto? Atacar servidor público, atacar o concurso público é abrir espaço para a terceirização. E nós acompanhamos todas as lutas, as trabalhadoras terceirizadas, sejam as trabalhadoras da Multiclean, sejam as trabalhadoras da LG Terceirização, as trabalhadoras da N Serviços, que agora também estão passando por um processo de não ter VT, de não ter VA, de não receber o seu salário em dia, de serem assediadas moralmente... Nós sabemos o que é a terceirização! Nós sabemos o que é um bico, um trabalho intermitente por aplicativo! As pessoas tendo que trabalhar 10 horas, 12 horas, 16 horas por dia para conseguir um rendimento um pouco maior que um salário mínimo. Isso é uma vergonha e isso é o futuro do Brasil. Quando foi aprovada a terceirização das atividades fins, a reforma trabalhista, a reforma da Previdência, que é a grande desculpa

para aprovar essa tal reforma aqui no nosso Município, isso vem precarizando ainda mais a vida de quem trabalha, porque, sim, nós, que entramos nas universidades, queremos nos formar e ter emprego. A gente quer trabalhar na saúde, na assistência, na educação, no transporte, com plano de carreira, a gente não quer trabalhar por um prato de comida como os empresários que enviam esses projetos de lei aqui para a Câmara de Vereadores querem. Para eles, o trabalhador quanto mais barato melhor, quanto mais precária a força de trabalho, para eles, melhor. E isso é uma concepção de mundo, isso é uma concepção de cidade, isso é uma concepção de Estado, que vai aprofundar a desigualdade. Quando nós falamos que essa reforma é um ataque de gênero, misógina e machista é porque nós temos conhecimento de que nós, mulheres, somos aquelas que mais trabalhamos no trabalho doméstico para reprodução da vida, sem receber um centavo por isso. E são essas mulheres hoje que estão na linha de frente ao combate à pandemia, na assistência, na saúde.... E é irônico, porque os mesmos vereadores que vêm aqui defender esse ataque, querendo que as mulheres trabalhem mais, em condições mais precárias de trabalho, são aqueles que depois querem encaminhar moções de apoio, viva, palmas, aos trabalhadores da saúde, isso é uma ironia de péssimo gosto. Isso é mentir para os trabalhadores, porque quem está do lado do trabalhador está contra a desregulamentação do trabalho, quem está do lado do trabalhador sabe que o trabalhador está trabalhando mais, está vivendo mais, mas está vivendo mais em piores condições de vida, está vivendo com diabetes, está vivendo com hipertensão. Terceira idade, não queremos que o trabalhador trabalhe até quase se aposentar, não queremos que o trabalhador morra trabalhando. E é isso que está sendo proposto aqui, que tipo de terceira idade nós estamos garantindo para os nossos trabalhadores municipais, que tipo de garantia de qualidade de vida? Viver não é só trabalhar, que ataquem os privilégios do superescalão, do Exército, do Judiciário, dos políticos, dos grandes empresários que estão lucrando e muito nessa crise, que ataquem esses privilégios. Não, vamos atacar os da assistente, vamos atacar os do enfermeiro, vamos atacar os do médico. E é isso que vem sendo proposto aqui nesta Câmara e em outras câmaras Brasil afora porque isso é um ajuste, uma concepção de Estado, de Brasil e de mundo, que está levando a nossa vida para o buraco; por isso somos contra.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE COMANDATE NÁDIA (DEM): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 002/20.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sra. Presidente, colegas vereadores, algumas coisas temos que falar aqui, o Brasil inteiro, nas grandes capitais, inclusive em Fortaleza, no Ceará; inclusive em São Luís, no Maranhão, foi feita a reforma da Previdência. Agora o que tem que se falar aqui é como nós queremos que o servidor do Município de Porto Alegre... se pede muito que o servidor seja valorizado, que o servidor seja reconhecido, mas o caixa é um só. Não tem dois caixas. Nós temos um caixa para pagar os que já estão aposentados, em torno de 16 mil, e nós temos um

caixa para pagar os que estão na ativa, em torno de 13 mil. Agora, fazer discurso é barbada, porque quem começou essa coisa de reforma na Previdência foi o PT! Foi no governo Lula que começou a discutir essa questão de reforma da Previdência, foi o governo Lula que tirou o direito dos trabalhadores, das pessoas. Foram eles que tiraram! Então, não vem para cá se fazer de vítima, porque os trabalhadores... Os trabalhadores estão trabalhando! O meu caso, eu trabalho de carteira assinada desde os 14 anos, vou ter que trabalhar mais 10 anos para me aposentar! E estou vivo e ativo aqui. Agora querem se aposentar, como a ex-vereadora e hoje deputada, Sofia Cavedon, que está, mais nova do que eu, aposentada, ganhando 18 quilos. O que é isso, gente? O cofre é um só! E vários outros. E eu não vejo ninguém falar do salário inicial na Procuradoria e na Fazenda. Ninguém fala! São eles que vocês estão defendendo? Porque o pessoal que trabalha na saúde e o pessoal que trabalha na educação terão garantidas as suas aposentadorias especiais! Nós estamos falando aqui de 13 mil pessoas, nós estamos falando aqui de quem vai ingressar no serviço público e vai saber a regra do que quer. E não adianta o Ver. Robaina e o Ver. Jonas dizerem que o Ver. Janta, no outro governo... que o Ver. Janta, na questão dos cobradores... Quem garantiu os cobradores em Porto Alegre, modéstia à parte, foi a Ver.^a Mônica Leal e eu – está aqui o ex-líder do governo que pode afirmar. Vocês só ficam no discurso, só ficam na crítica, estratégia vocês não têm nenhuma! Vocês me desculpem, nenhuma – nenhuma! E, para quem estiver nos ouvindo agora, se tivessem estratégia, se não tivessem medo, teriam pedido para votar isso há duas semanas. Têm medo, porque querem fica no discurso: “Nós somos 13!” Não fazem nada, só que 19 fazem muita coisa aqui dentro desta Casa, e nós queremos ver quem são os 24! Nós queremos ver quem são as pessoas que têm, como foi dito – e isso é verdade, desde que o mundo é mundo –, as pessoas que têm CCs na Prefeitura não querem se comprometer com projeto de governo. Nós queremos ver! Desde que o mundo é mundo é assim! E eu iniciei isso, mostrando aqui nesta Casa, quando o Fortunati disse que eu tinha nove CCs, eu filmei meu gabinete vazio dizendo que eu não tinha nove CCs nenhum. Fiz isso com o Marchezan quando eu vim para a tribuna denunciar os CCs de partidos que diziam que não eram da base e estavam tudo entupidos de CCs. Então, nós queremos ver quem é quem. Base nós precisamos para votar este projeto, fora disso nós não precisamos de base, só 19 bastam. Nós precisamos para isso. E quero ver quem é base. Não adianta ter o secretário adjunto no governo e chegar na hora de votar aqui só votar as barbadas. Eu também só quero votar barbada, títulos... Não é, Ver. José Freitas? Só barbada, títulos, isso e aquilo; nós queremos votar o que é necessário para uma cidade. Nós queremos ajudar a cidade de Porto Alegre, que está dando a sua parcela de contribuição; nós queremos ajudar a cidade de Porto Alegre, que está necessitando. Não é que nem a ATP que quer dinheiro público; mas as empresas que quebraram, os restaurantes, bares, academias, lojas que quebraram? Aí não precisam de dinheiro público? Esse debate nós queremos fazer. Agora, vocês parem de botar rótulos nas pessoas. Nós estamos fazendo essa reforma da Previdência para 1,4 milhão de pessoas, nós estamos fazendo essa reforma para fazer entregas para a população de Porto Alegre, que necessita de saúde, que necessita abrir mais postos de saúde, que necessita abrir farmácia, ter escola em tempo integral, saneamento, tirar as

pessoas de cima de conduto e botar as pessoas a morar em uma casa decente, em um lugar decente. Por isso nós queremos essa reforma da Previdência. Muito obrigado, Sra. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDATE NÁDIA (DEM): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir, em 1ª sessão, o PELO nº 002/20.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PSL): Colegas vereadores, Presidente Nádia, quero fazer aqui uma rápida fala para mais de 1,488 milhão de porto-alegrenses. Fui citado aqui na condição de servidor público, e não quero ser prolixo, mas vou repetir o que já falei várias outras vezes, já houve a reforma federal, já houve a reforma estadual, e não somente do nosso Estado, mas em todos os estados, não seria diferente, nós temos obrigação de fazer a reforma municipal. E digo mais: é uma reforma leve, é uma reforma muito tranquila, eu até quero parabenizar o nosso prefeito Melo pelo diálogo. Esses dias eu critiquei o prefeito num programa de TV pelo excesso de diálogo, porque nós temos 10 vereadores de oposição, e os 10 parecem que têm mais fala e mais voz que os outros 26. A gente conversa, passa em comissão, tem debate, estudo, mas o povo de Porto Alegre, 1,5 milhão de pessoas já não aguenta mais! Nós queremos aprovar a reforma da Previdência, porque, em seguida, esses mesmos que vão aprovar a reforma da Previdência vão votar a diminuição do IPTU. Aí eu tenho certeza que os 36 vereadores vão querer fazer bonito e votar a diminuição do nosso IPTU.

Então, com muito carinho, com muita responsabilidade e muita humildade, eu digo aqui, colegas vereadores, eu comecei a trabalhar com 14 anos de idade como auxiliar de serviços gerais. Eu contribuo há 25 anos para a Previdência, sou servidor público há 23 anos praticamente, sempre trabalhando, contribuindo. Então, eu acho que, se os servidores federais fizeram a sua parte, se os servidores do Estado do Rio Grande do Sul fizeram a sua parte, por que os nossos 13 mil servidores municipais também não podem fazer a sua parte? É uma questão de razoabilidade. Então, eu quero dizer para o 1,5 milhão de habitantes de Porto Alegre: podem ficar tranquilos e podem confiar na sua Câmara de Vereadores.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE COMANDATE NÁDIA (DEM): Encerrada a discussão do PELO nº 002/20, em 1ª sessão.

Em votação o Requerimento nº 155/21.

Vereador Ramiro Rosário (PSDB) (Requerimento): Sra. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE COMANDATE NÁDIA (DEM): Solicito ao diretor legislativo que proceda à verificação de quórum, solicitada pelo Ver. Ramiro Rosário.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): (Procede à chamada nominal.) (Pausa.) (Após a chamada nominal.) Treze Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras responderam a chamada nominal.

PRESIDENTE COMANDATE NÁDIA (DEM): Não há quórum.
Estão encerrados a Ordem do Dia e os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 20h07min.)

* * * * *